

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS

Índice Geral

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO I - ATIVIDADES	10
1. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE	10
1.1. Os Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Viana do Castelo	10
1.1.1. Missão	10
1.1.2. Visão	10
1.1.3. Valores	11
1.2. Órgãos	11
1.2.1. Conselho de Ação Social	11
1.2.2. Administrador para a Ação Social	13
1.2.3. Conselho de Gestão dos Serviços de Ação Social	13
1.3. Estrutura Organizacional	14
1.4. Organograma	15
1.5. Recursos Humanos	16
1.5.1. Caracterização dos trabalhadores	17
1.5.2. Formação	19
1.5.3. Encargos com pessoal	19
1.6. Instalações	20
1.7. Ambiente	21
1.8. Responsabilidade Social	22
1.9. Controlo Interno	27
2.1. Apoios Sociais Diretos	30
2.1.1. Bolsas de Estudo	30
2.1.1. Bolsas de Apoio Social	34
2.2. Apoios Sociais Indiretos	36
2.2.1. Alimentação	39
2.2.2. Alojamento	48
2.2.3. Centro Desportivo	56
2.2.4. Oficina Cultural	62
2.2.5. Gabinete de Saúde	67
2.2.6. Gabinete de Apoio ao Aluno	70
2.2.7. Gabinete de Inserção na Vida Activa	73
2.2.8. Outros Serviços de Apoio ao Alunos: BUS Académico	77
2.2.9. Outros Serviços de Apoio ao Alunos: Mentoria de inter pares IPVC	78
2.3. Apoio ao Associativismo e Grupos Académicos	83
CAPÍTULO II – CONTAS	84
1. PRESTAÇÃO DE CONTAS	84
1.1. NOTA INTRODUTÓRIA	85
1.2. FACTOS MAIS RELEVANTES	85
1.2.1. SOFTWARE DE CONTABILIDADE E RECURSOS HUMANOS - SOFTWARE PRIMAVERA	85

1.2.2.	PLATAFORMA SASOCIAL	87
1.2.3.	AUMENTO DA CAPACIDADE DE ALOJAMENTO EM MELGAÇO E ARCOS DE VALDEVEZ	87
1.3.	Análise Orçamental	88
1.4.	Análise ao Desempenho Económico e Financeiro	91
1.4.1.	Análise da posição financeira: Balanço	91
1.4.2.	Análise desempenho financeiro: Demonstração dos Resultados	93
1.5.	Indicadores de Gestão	94
1.6.	Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício	95
1.7.	Perspetivas para o exercício de 2023	95
1.8.	Proposta de Aplicação dos Resultados	96
1.9.	Outras informações	96
2.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	97
2.1.	BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	97
2.2.	DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	99
2.3.	DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	100
2.4.	ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	101
	NOTA 1 – Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico	101
	NOTA 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	101
	NOTA 3 – Ativos intangíveis	102
	NOTA 5 – Ativos fixos tangíveis	104
	NOTA 13 – Rendimento de transações com contraprestação	110
	NOTA 14 – Rendimento de transações sem contraprestação	110
	NOTA 17 – Acontecimentos após a data de balanço	111
	NOTA 18 – Instrumentos Financeiros	111
	NOTA 19 – Benefícios dos empregados	116
	NOTA 20 – Divulgações de partes relacionadas	116
	NOTA 23 – Outras divulgações	117
3.	DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS	121
3.1.	DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL	121
3.2.	DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA	122
3.3.	DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA	123
3.4.	ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS	124

Índice de figuras

Figura 1 – Valores definidos para os SAS-IPVC.....	11
Figura 2 – Organograma dos SAS-IPVC.	15
Figura 3 – Dimensões Indicadores de Responsabilidade Social	23
Figura 4 – Níveis Indicadores de Responsabilidade Social	23
Figura 5 – Evolução do número de alunos bolseiros do IPVC	31
Figura 6 – Situação de alunos/candidatos/bolseiros	32
Figura 7 – Grau de satisfação de Bolsas de estudo	33
Figura 8 – Evolução da avaliação da satisfação das bolsas de estudo	33
Figura 9 – Satisfação bolsas de apoio social	35
Figura 10 – Evolução da satisfação de Bolsas de Apoio Social	35
Figura 11 – Refeições servidas por tipo de serviço prestado em 2022.....	40
Figura 12 – Distribuição da faturação da área de alimentação nos anos de 2019 a 2022.....	42
Figura 13 – Candidaturas ao alojamento.	51
Figura 14 – Tarifário por residência.	51
Figura 15 – Packs (Pensão Completa ou Meia Pensão).	52
Figura 16 – Utilização de equipamentos eletrónicos	52
Figura 17 – Receita por residência.....	53
Figura 18 – Receita por regime de alojamento.....	53
Figura 19 – Frequência de utentes no Centro Desportivo no ano de 2022.	56
Figura 20 – Evolução do número de acessos ao centro de fitness, entre os anos de 2015 e 2022.....	57
Figura 21 – Avaliação da satisfação Exposição "Pedaços de Silêncio" do artista Mário Rocha.	62
Figura 22 – Avaliação da satisfação Exposição "Agridoce" do Curso de Artes Plásticas e Tecnologias Artísticas do IPVC.....	63
Figura 23 – Avaliação da satisfação Exposição "Acaso Diverso" do Artista Arnaldo Alves.	63
Figura 24 – Evolução do número de inscrições com passe mensal	78
Figura 25 - Receita por Fonte de Financiamento dos SAS IPVC	89
Figura 26 – Evolução da despesa nos SAS-IPVC entre os anos de 2022 e 2021.....	90
Figura 27 – estrutura do balanço.	91

Índice de tabelas

Tabela 1 – Distribuição dos trabalhadores dos SAS por área em 31/12/2022.....	16
Tabela 2 – Número de efetivos por grupo profissional, relação jurídica de emprego e sexo.....	17
Tabela 3 – Número de efetivos por carreira, segundo o nível de habilitação literárias e género	17
Tabela 4 – Número de trabalhadores admitidos durante o ano de 2022 segundo o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação.....	18
Tabela 5 – Contagem de trabalhadores contratados por carreira e género, segundo o motivo de saída e género.....	18
Tabela 6 – Contagem dos dias de ausência ao trabalho durante o ano de 2022, segundo o motivo de ausência e género.....	18
Tabela 7 – Total dos encargos com pessoal durante o ano de 2022.....	19
Tabela 8 – Suplementos remuneratórios no ano de 2022.....	19
Tabela 9 – Encargos com prestações sociais	19
Tabela 10 – Resíduos produzidos.....	21
Tabela 11 - Boas Práticas Laborais, Serviços e Benefícios e o Apoio Profissional e Desenvolvimento Pessoal	24
Tabela 12 – Dados bolsas de estudo.....	30
Tabela 13 – Bolsas de estudo por escola.....	31
Tabela 14 – Complemento de alojamento	32
Tabela 15 – Caracterização da População Bolseira.....	32
Tabela 16 – Bolsas de apoio social.....	34
Tabela 17 – Características das unidades alimentares	39
Tabela 18 – Refeições servidas pela área de alimentação no ano de 2020.....	40
Tabela 19 –Refeições servidas pela área de alimentação nos meses de outubro e novembro dos anos de 2019, 2020, 2021 e 2022.....	41
Tabela 20 – Análise da receita entre os anos de 2019, 2020, 2021 e 2022.....	41
Tabela 21 – Custos diretos da área de alimentação.....	42
Tabela 22 –Formações realizadas pelos trabalhadores da área de alimentação.....	43
Tabela 23 – Resultados da avaliação da satisfação escala de 1 a 5.....	44
Tabela 24 – Distribuição do número de camas e tipo de gestão.....	48
Tabela 25 – Indicadores residências com gestão direta.....	49
Tabela 26 – Avaliação da qualidade dos utilizadores.....	50
Tabela 27 – Grau de satisfação de utentes utilizadores do centro desportivo.....	59
Tabela 28 – Evolução do número de alunos e do número de empresas registados no portal do emprego.....	73
Tabela 29 – workshops 2022	74
Tabela 30 – viagens efetuadas ao longo do ano letivo 2021/2022	78
Tabela 31 – Apoios atribuídos a associações académicas	83
Tabela 32 – Valores de receita cobrada líquida nos anos de 2022 e 2021.....	88
Tabela 33 – Receita por fonte de financiamento em 2022.....	89
Tabela 34 – Despesas por categoria	89
Tabela 35 – Indicador de despesa paga anos de 2022 e 2021.....	90
Tabela 36 – Ativo líquido nos anos de 2021 e 2020.....	91
Tabela 37 – Variação dos fundos próprios entre 2021 e 2020.....	92
Tabela 38 – Variação do passivo entre 2021 e 2020.....	92
Tabela 39 – Resumo demonstração resultados.....	93
Tabela 40 – Estrutura Rendimentos	94
Tabela 41 – Evolução dos gastos e perdas.....	94
Tabela 42 – Indicadores orçamentais	95
Tabela 43 – indicadores financeiros	95
Tabela 44 – Identificação dos Responsáveis.....	96
Tabela 45 – Desagregação de caixa e depósitos.....	101
Tabela 46 – Taxas de depreciações.....	105
Tabela 47 – Rendimentos de transações com contraprestação.....	110
Tabela 48 – Rendimento de transações sem contraprestação.....	111
Tabela 49 – Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos.....	112
Tabela 50 – Clientes, contribuintes e utentes.....	112
Tabela 51 – Cobranças duvidosas.....	113
Tabela 52 – Perdas por imparidade.....	113
Tabela 53 – Outros devedores.....	113
Tabela 54 – Caixa e depósitos.....	114
Tabela 55 – Fornecedores e fornecedores de investimento.....	114
Tabela 56 – Estado e outros entes públicos	115
Tabela 57 – Outras contas a pagar	115
Tabela 58 – Gastos com pessoal.....	116
Tabela 59 – Movimento de contas com o IPVC	117
Tabela 60 – Tipos de transação com o IPVC	117
Tabela 61 – Remuneração dos órgãos de gestão	117
Tabela 62 – Fornecimentos e Serviços Externos.....	118
Tabela 63 – Transferências e subsídios concedidos.....	118
Tabela 64 – Outros gastos e perdas.....	119

Tabela 65 – Diferimentos (Ativo).....	119
Tabela 66 – Diferimentos (Passivo)	119
Tabela 67 – Património líquido.....	120

Lista de Abreviaturas e Siglas:

CAS – Conselho de Ação Social

CD – Centro Desportivo do Instituto Politécnico de Viana do Castelo

DGES – Direção Geral do Ensino Superior

GAA – Gabinete de Apoio ao Aluno

GCI – Gabinete de Comunicação e Imagem do IPVC

IPVC – Instituto Politécnico de Viana do Castelo

IRS – Indicadores de Responsabilidade Social

ORSIES – Observatório da Responsabilidade Social e Instituições de Ensino Superior

RABEEES – Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior

SAS-IPVC – Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Viana do Castelo

SGQRS – Sistema de Gestão da Qualidade e Responsabilidade Social

SM+ - Saúde Mental Positiva

Introdução

O relatório de atividades e contas é de elaboração obrigatória nos termos da Resolução n.º 6/2022 Prestação de contas relativas ao ano de 2022 e gerências partidas de 2023, de 5 de janeiro de 2023.

Para além do cumprimento dos requisitos legais, a elaboração do presente relatório pretende apresentar a avaliação de desempenho dos Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (SAS-IPVC), através da reflexão sobre o desenrolar das atividades previstas e os recursos alocados, bem como uma análise da situação financeira da entidade, durante o ano de 2022.

Com base no plano de atividades e orçamento, foi implementada a estratégia para concretização dos objetivos traçados, garantindo as condições de equidade e a prestação de serviços sociais de qualidade que contribuam para o sucesso escolar, e fazendo a diferença juntos dos estudantes do IPVC, com especial relevo para os mais carenciados.

Assegurando a prossecução da missão das instituições de ensino superior, torna-se cada vez mais evidente a necessidade de implementar novos modelos de apoio social pró-ativos que antecipem e previnam os problemas, contrariando a atual abordagem reativa baseada da resposta aos problemas colocados pelos alunos.

No IPVC, o reforço da ação social é uma abordagem contínua através da melhoria de oferta de serviços de alojamento, criação das bolsas de apoio social, oferta diversificada na prestação de serviços de refeições e bar, apoio à mobilidade da Comunidade Académica, interação com a Região através das atividades desenvolvidas pela Oficina Cultura e Centro Desportivo e a inclusão dos alunos no mundo laboral através do gabinete de emprego. Nesta fase, tão atípica o reforço do apoio psicológico, através do gabinete de saúde é também um ponto essencial. Para cada apoio social, é apresentado um conjunto de indicadores.

Este documento divide-se em dois capítulos distintos:

- Capítulo I Atividades
- Capítulo II Contas

No primeiro capítulo é efetuada uma caracterização da Entidade – Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Viana do Castelo – onde são apresentados os órgãos, estrutura organizacional, missão, visão, bem como os serviços prestados e as atividades desenvolvidas durante o ano de 2022.

No segundo capítulo, “Contas” descreve-se a prestação de contas, contemplando análise orçamental, evolução da execução orçamental, análise ao desempenho económico e financeiro, indicadores de gestão, factos relevantes ocorridos após o termo do exercício e perspetivas para o exercício de 2023. São ainda apresentados as demonstrações financeiras e o anexo às demonstrações financeiras.

O presente relatório visa assim apresentar aos vários grupos de *stakeholders* informação sobre o desempenho dos SAS-IPVC numa ótica orçamental e patrimonial. Dando cumprimento ao diploma referido, os SAS-IPVC vêm submeter à apreciação de V.Ex^{as}. o Relatório de Atividades e Contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL EM NÚMEROS

ipvc sas
Serviços de Ação Social



2 197 388,32
Receita total



214 522,24
Resultados antes de depreciações



- 7 034,60
Resultado líquido do exercício

ipvc.pt/sas/

ipvc sas
Serviços de Ação Social

642
Camas



ipvc sas
Serviços de Ação Social

62
Trabalhadores



ipvc sas
Serviços de Ação Social

1 749
Bolsas atribuídas



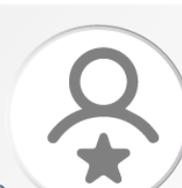
ipvc sas
Serviços de Ação Social

146 828
Refeições servidas



ipvc sas
Serviços de Ação Social

679
Horas de formação



Capítulo I - Atividades

1. Caracterização da Entidade

Os Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC), abaixo designados por SAS-IPVC, são uma unidade funcional do IPVC, dotada de autonomia administrativa e financeira

1.1. Os Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Viana do Castelo

Os SAS-IPVC trabalham próximos dos alunos e das associações de estudantes, de forma a garantir a prestação de serviços de elevada qualidade que fazem a diferença junto dos estudantes, especialmente os mais carenciados.

Em particular pretendem ajudar o aluno a:

- Incrementar o seu sucesso escolar
- Inovar na forma de resolver os problemas
- Responder com proximidade às necessidades
- Garantir a equidade no acesso ao Ensino Superior

Disponibilizam uma grande diversidade de serviços de suporte com vista a garantir que nenhum aluno seja impossibilitado de frequentar o IPVC ou tenha de abandonar os seus estudos por falta de apoio.

O que os alunos podem esperar dos Serviços de Ação Social:

- 1) Apoio financeiro através das bolsas de estudo e das bolsas de apoio social
- 2) Alimentação de qualidade com várias opções de escolha e de serviços
- 3) Alojamento com múltiplos serviços de apoio
- 4) Apoio na integração social e académica
- 5) Orientação financeira
- 6) Orientação vocacional
- 7) Combate ao abandono escolar
- 8) Apoio na transição para o mercado de trabalho
- 9) Serviços de saúde
- 10) Serviços desportivos
- 11) Serviços culturais

1.1.1. Missão

Os SAS -IPVC são o serviço do Instituto vocacionado para assegurar as funções da ação social escolar, tendo como missão garantir as condições de equidade no acesso ao ensino superior e à formação ao longo da vida, bem como, a prestação de serviços sociais que contribuam para melhorar o sucesso escolar dos estudantes do IPVC.

1.1.2. Visão

É uma organização inovadora, que trabalha próximo dos alunos e das associações de estudantes como forma a garantir a prestação de serviços de elevada qualidade e que faz a diferença junto dos estudantes, especialmente os mais carenciados

1.1.3. Valores



Figura 1 – Valores definidos para os SAS-IPVC

1.2. Órgãos

De acordo com o regulamento, são órgãos dos SAS -IPVC:

- O Conselho de Ação Social;
- O Administrador para a Ação Social;
- Conselho de Gestão dos Serviços de Ação Social.

1.2.1. Conselho de Ação Social

O Conselho de Ação Social (CAS), é o órgão superior de gestão da ação social, cabendo-lhe definir e orientar o apoio a conceder aos estudantes.

No ano de 2022, o CAS era constituído por:

- Pelo Presidente do IPVC, que preside, com voto de qualidade: Prof. Doutor Carlos Rodrigues
- Pelo Administrador para a ação Social: Prof. Doutor Luís Ceia;
- Por dois alunos indicados pela Federação Académica do IPVC, um dos quais bolseiro; André Filipe Gomes Neves na qualidade de aluno bolseiro e Presidente da Associação de Estudantes da ESTG e Vânia Raquel Lamas Rodrigues na qualidade de aluno não bolseiro ambos a frequentarem licenciaturas da Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Engenharia da Computação Gráfica e Multimédia e Gestão respetivamente.

Compete ao CAS:

- Aprovar a forma de aplicação nos SAS -IPVC da política de ação social escolar;
- Fixar e fiscalizar o cumprimento das normas de acompanhamento que garantam a funcionalidade dos SAS -IPVC;

- c) Dar parecer sobre o relatório de atividades, bem como sobre os projetos de orçamento para o ano económico seguinte e sobre os planos de desenvolvimento a médio prazo, para a ação social;
- d) Propor mecanismos que garantam a qualidade dos serviços prestados e definir os critérios e os meios para a sua avaliação.

1.2.2. Administrador para a Ação Social

O Administrador para a ação Social, Prof. Doutor Luís Ceia, enquanto dirigente de uma unidade funcional do Instituto, é livremente nomeado e exonerado pelo Presidente do IPVC de entre pessoas com saber e experiência na área da gestão.

Compete ao Administrador para a ação Social assegurar o funcionamento dos SAS -IPVC e a execução dos planos e deliberações aprovados pelos órgãos competentes. Compete, em especial, ao Administrador para a ação Social:

- a) Garantir a funcionalidade e assegurar gestão corrente dos SAS-IPVC;
- b) Superintender e gerir os recursos humanos, financeiros, materiais e patrimoniais;
- c) Elaborar a proposta de orçamento;
- d) Elaborar o plano anual e plurianual de atividades, com identificação dos objetivos a atingir pelos serviços, os quais devem contemplar medidas orientadas para a modernização administrativa, a racionalização e simplificação de procedimentos e a inovação.
- e) Elaborar da proposta de regulamento interno;
- f) Organizar a estrutura interna do serviço e a definição das regras necessárias ao seu funcionamento;
- g) Apresentar do relatório de atividades e contas ao presidente do Instituto, com a indicação dos resultados atingidos face aos objetivos definidos, bem como o balanço social, nos termos da lei aplicável;
- h) Propor ao Presidente do IPVC a prática dos atos de gestão para os quais não tenha competência própria ou delegada;
- i) Representar SAS -IPVC, assim como estabelecer as ligações externas, ao seu nível, com outros serviços e organismos da Administração
- a) Pública com outras entidades congéneres, nacionais, internacionais e estrangeiras;
- j) Desenvolver instrumentos de gestão previsional e a elaboração dos documentos de prestação de contas previstos na lei;
- k) Promover projetos de inovação social;
- l) Acompanhar a realidade social da instituição, identificar problemas e propor soluções corretivas;
- m) Promover ações de combate à discriminação social na instituição;
- n) Garantir a prossecução da política de ação Social do IPVC.

O Presidente do IPVC e o Conselho de Gestão do Instituto poderão delegar no Administrador as competências que considerem adequadas ao melhor funcionamento dos Serviços. No período deste relatório estavam em vigor as delegações de competências Despacho-IPVC-P-1/2020 Delegação e subdelegação de competências do Presidente do IPVC no Administrador dos Serviços de Ação Social do IPVC e a Deliberação n.º 190/2020, delegação de competências co Conselho de Gestão e no administrador dos SAS-IPVC

1.2.3. Conselho de Gestão dos Serviços de Ação Social

O Conselho de Gestão dos Serviços de Ação Social é composto por:

- a) O presidente do IPVC, que preside, Prof. Doutor Carlos Rodrigues
- b) O administrador para a Ação social, Prof. Doutor Luís Ceia
- c) O responsável pela área financeira, que secretaria, Pedro Rocha.

O conselho de gestão dos Serviços de Ação Social tem as competências que forem delegadas pelo conselho de gestão do IPVC:

Deliberação n.º 190/2020, delegação de competências co Conselho de Gestão e no administrador dos SAS-IPVC.

1.3. Estrutura Organizacional

Os SAS-IPVC englobam os seguintes serviços:

- a) Serviços Administrativos, Financeiros e Técnicos, que englobam as seguintes áreas:
 - Financeira: Contabilidade; Tesouraria e Património;
 - Recursos Humanos;
 - Aprovisionamento;
 - Tecnologias de informação;
 - Manutenção.

- b) Serviços de Apoio ao Aluno;
 - Bolsas;
 - Alojamento;
 - Alimentação: Cantinas, Bares e Inovação e Segurança alimentar;
 - Centro Desportivo e Cultural;
 - Centro Desportivo;
 - Oficina Cultural;
 - Gabinete de Saúde;
 - Gabinete de Apoio ao Aluno;
 - Gabinete de Inserção na Vida Ativa;
 - Outros Serviços de Apoio ao Alunos.

Para além dos serviços indicados, existem ainda os seguintes gabinetes de apoio ao administrador:

- a) Gabinete da qualidade;
- b) Gabinete de controlo interno;
- c) Gabinete de planeamento e controlo de gestão;
- d) Gabinete jurídico.

1.4 Organograma

A figura 1, apresenta organograma dos SAS com referência a 31/12/2022 indicando para cada área/ gabinete o responsável.

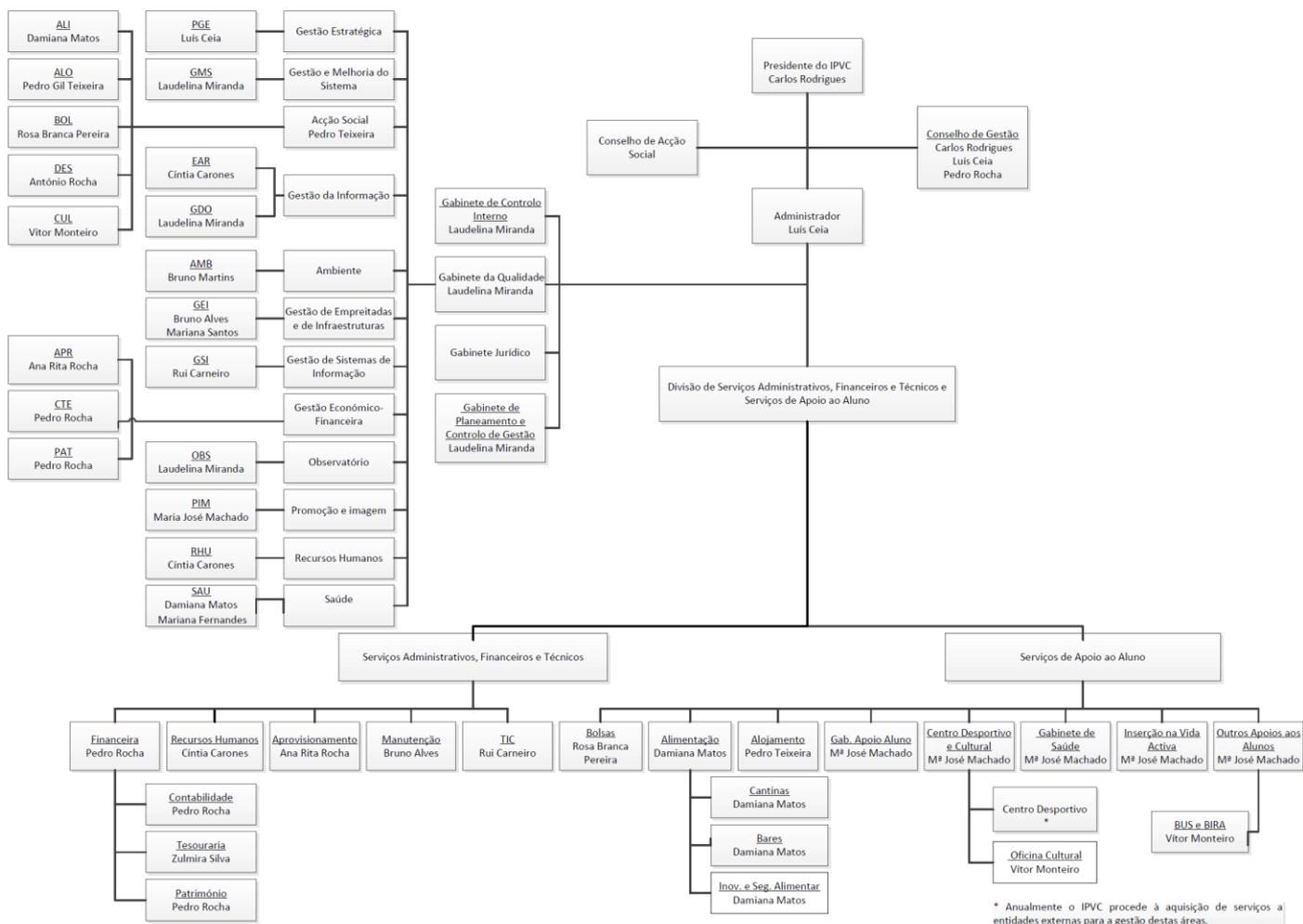


Figura 2 – Organograma dos SAS-IPVC.

1.5 Recursos Humanos

Os SAS-IPVC dispõem de mapa de pessoal próprio, nos termos legalmente definidos, sem prejuízo de poder partilhar serviços e pessoal do e com o IPVC, com o objetivo de racionalizar recursos humanos e financeiros.

Neste ponto caracterizam-se os recursos humanos da entidade ao nível de formação, paridade, categoria entre outros elementos apresentados de seguida.

O mapa de pessoal dos SAS-IPVC, com efeitos a 31/12/2022, é composto por 62 trabalhadores.

A tabela 1 apresenta os trabalhadores distribuídos por categorias e por área. Percebe-se que a que tem maior representatividade é a de assistente operacional com 71% dos trabalhadores dos SAS-IPVC, decorrentes das atividades operacionais desenvolvidas, nomeadamente nas cantinas, bares e residências. A categoria de assistente técnico e de técnico superior representa, respetivamente, 16% e 10% do total dos colaboradores.

Tabela 1 – Distribuição dos trabalhadores dos SAS por área em 31/12/2022

Área	Carreira	Categoria	Nº. de Efetivos em 31/12
Gabinete do Administrador	Dirigente	Administrador	1
Administrativa e Financeira	Técnico Superior	Técnico Superior	2
	Assistente Técnico	Assistente Técnico	3
Alimentação	Técnico Superior	Técnico Superior	1
	Assistente Operacional	Encarregado Operacional	1
		Assistente Operacional	30
Alojamento	Técnico Superior	Técnico Superior	1
	Assistente Técnico	Assistente Técnico	2
	Assistente Operacional	Assistente Operacional	10
Bolsas de Estudo	Assistente Técnico	Assistente Técnico	2
Gabinete de Emprego	Técnico Superior	Técnico Superior	1
	Assistente Técnico	Assistente Técnico	1
Gabinete de Saúde	Técnico Superior	Técnico Superior	1
Gabinete de Apoio ao Aluno	Assistente Operacional	Assistente Operacional	2
Gabinete de Controlo Interno	Assistente Técnico	Assistente Técnico	1
Oficina Cultural	Assistente Técnico	Assistente Técnico	1
Tecnologias de Informação	Informática	Técnico Inf. – Grau 2, nível 1	1
Manutenção	Assistente Operacional	Assistente Operacional	1
Total			62

1.5.1. Caracterização dos trabalhadores

O balanço social constitui um instrumento de planeamento e gestão dos Recursos Humanos, inserido no ciclo anual de gestão, encontrando-se consagrado no Decreto-Lei nº. 190/96, de 9 de outubro. Assim, estão refletidos nos quadros seguintes, um conjunto de indicadores sobre a organização e os seus recursos humanos. A tabela 2 apresenta o número de trabalhadores efetivos por grupo profissional, relação jurídica de emprego e sexo. Os trabalhadores com contrato em funções públicas por tempo indeterminado apresentam 16% de elementos do sexo masculino e 84% do sexo feminino. Especificamente por categorias, 67% dos Técnicos Superiores, 90% dos assistentes técnicos e 89% dos assistentes operacionais são mulheres.

Tabela 2 – Número de efetivos por grupo profissional, relação jurídica de emprego e sexo

Carreira	Comissão de serviço		CT em funções públicas por tempo indeterminado		Total
	M	F	M	F	
Dirigente Superior	1				1
Técnico Superior			2	4	6
Assistente Técnico			1	9	10
Assistente Operacional			5	39	44
Informático			1		1
Total	1		9	52	62

A tabela 3 apresenta o número de efetivos por carreira, segundo o nível de habilitação literárias e género.

Do total dos trabalhadores dos SAS-IPVC, 3% têm o 4.º ano de escolaridade, 13% tem o 6.º ano de escolaridade, 27% tem o 9.º ano de escolaridade, 5% tem o 11.º ano de escolaridade; 32% tem o 12.º ano de escolaridade, 2% tem bacharelato, 11% tem licenciatura, 5% tem mestrado e 2% tem doutoramento.

Em questões de género, os trabalhadores com o 4.º ano de escolaridade são do sexo feminino, 87,5% dos trabalhadores com o 6.º ano, 94% dos trabalhadores com o 9.º ano e os trabalhadores com o 11.º ano são do sexo feminino.

Uma vez que a maioria dos trabalhadores, devido à natureza dos serviços prestados, enquadram-se na carreira de assistente operacional, 44% dos trabalhadores tem escolaridade igual ou inferior ao 9.º ano de escolaridade, se contemplarmos o 12.º ano de escolaridade, o total de trabalhadores representado é de 81% (igual ou inferior ao ensino secundário). Assim, 19% dos trabalhadores tem formação superior, sendo que destes 64% são trabalhadoras do sexo feminino.

Tabela 3 – Número de efetivos por carreira, segundo o nível de habilitação literárias e género

Carreira	4.º ano		6.º ano		9.º ano		11.º ano		12.º ano		Bacharelato		Licenciatura		Mestrado		Doutoramento		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente																		1	1
Técnico Superior													1	2	1	2			6
Assis. Técnico						1			5		1	1	2						10
Assis. Operacional		2	1	7	1	15		3	11				1						44
Informático									1										1
Total		2	1	7	1	16		3	4	16		1	2	5	1	2	1		62

Com a elaboração da tabela 4, expõem-se o número de trabalhadores admitidos durante o ano de 2022, por carreira, segundo o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação. Assim, através de procedimento concursal, foram contratados 5 assistentes operacionais e 1 técnico superior

Tabela 4 – Número de trabalhadores admitidos durante o ano de 2022 segundo o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação.

Carreira	Procedimento Concursal		Mobilidade Interna		Total
	M	F	M	F	
Dirigente					
Técnico Superior		1			1
Assis. Técnico					
Assis. Operacional		5			5
Informático					
Total		6			6

Opostamente, a tabela 5 apresenta o motivo de saída de trabalhadores.

Tabela 5 – Contagem de trabalhadores contratados por carreira e género, segundo o motivo de saída e género.

Carreira	Licença sem vencimento de longa duração		Reforma / Aposentação		Conclusão sem sucesso do período experimental		Mobilidade		Outras Situações		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente											
Téc. Superior											
Assis. Técnico											
Assis. Operacional										1	1
Informático											
Total										1	1

Relativamente aos dias de ausência ao serviço percebeu-se, pela análise da tabela 6, que 52% das ausências diziam respeito a motivos de doença.

Tabela 6 – Contagem dos dias de ausência ao trabalho durante o ano de 2022, segundo o motivo de ausência e género.

Carreira	Parentalidade		Falecimento familiar		Doença		Acidente em serviço		Assistência a familiares		Por conta das férias		Greve		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente											24,5				24,5
Téc. Superior	7	8									46	73		1	135
Assis. Técnico		17				556	63			30	22	191,5	1	2	882,5
Assis. Operacional	25	21*		14	39	1189**	50	749			109	783,5	1	39	3019,5
Informático					15						25				40
Total	32	46		14	54	1745	113	749		30	226,5	1048	2	42	4101,5

*contabilizadas ausências por conta de assistência à primeira infância ou à deficiência na sequência do encerramento de estabelecimentos de ensino devido à situação epidemiológica do Coronavírus

** contabilizadas ausências por isolamento profilático devido à situação epidemiológica do Coronavírus

Em 2022, foi ainda transmitida a responsabilidade sobre 6 trabalhadores da Pousada de Juventude de Melgaço, titulares de contrato individual de trabalho, cuja sub-rogação dos SAS-IPVC como empregador produziu efeitos a 1 de fevereiro de 2022 no âmbito do protocolo celebrado com a Movijovem.

1.5.2. Formação

Ao nível de Formação, existe um plano de formação anualmente homologado pelo Presidente do IPVC, o qual é elaborado tendo em conta o Diagnóstico de Necessidades de Formação de cada colaborador/a, bem como os contributos dos superiores hierárquicos e responsáveis dos vários departamentos.

Importa ainda referir a atribuição do *plafond* anual no valor de 500.00 euros por colaborador/a que permite assegurar o contínuo desenvolvimento de qualificações e competências dos trabalhadores/as e também pode ser utilizado para apoiar a frequência de formação avançada para obtenção de graus académicos (licenciatura, mestrado, etc).

Em 2022, os trabalhadores/as dos SAS participaram em 27 ações de formação distintas, desde cursos de formação, seminários, workshops e webinars, contabilizando no total cerca de 679 horas. De entre estas, foram promovidas ações internas no âmbito dos Primeiros Socorros, Higiene e Segurança Alimentar e Alimentação Saudável e Nutrição, que totalizaram 239 horas.

1.5.3. Encargos com pessoal

De seguida apresentam-se os encargos com os trabalhadores dos SAS-IPVC.

Assim, a tabela 7 mostra os encargos totais com remunerações, suplementos remuneratórios, prestações sociais e outros encargos na ótica orçamental.

Tabela 7 – Total dos encargos com pessoal durante o ano de 2022.

Encargos com pessoal	2022	2021
Remuneração base (*)	790 259,26 €	703 222,42 €
Abonos variáveis ou eventuais	30 844,28 €	14 393,90 €
Prestações Sociais – inclui SS e CGA	233 521,77 €	170 030,63 €
Total	1 054 625,31 €	887 646,95 €

(*) Inclui subsídios de férias e Natal

A tabela 8 apresenta os vários suplementos remuneratórios atribuídos aos trabalhadores dos SAS no ano de 2022. Verifica-se que o que tem mais peso são as horas extraordinárias.

Tabela 8 – Suplementos remuneratórios no ano de 2022.

Suplementos remuneratórios	2022	2021
Ajudas de custo	156,69 €	39,80 €
Abono para falhas	1 256,26 €	971,54 €
Colaboração técnica especializada	4 040,00 €	420,00 €
Horas extraordinárias	11 772,22 €	5 573,46 €
Subsídio de turno	13 619,11 €	7 389,10 €
Total	30 844,28 €	14 393,90 €

Tabela 9 – Encargos com prestações sociais

Em termos de encargos sociais as contribuições para a segurança social são a maior despesa desta categoria.

Encargos com prestações sociais	2022	2021
Acidente em serviço e doenças profissionais	41 102,43 €	529,78 €
Caixa Geral de Aposentações	18 985,52 €	18 753,97 €
Segurança Social	171 969,84 €	150 570,53 €
Seguros de trabalho	1 463,98 €	176,35 €
Total	233 521,77 €	170 030,63 €

1.6 Instalações

Os Serviços de Ação Social gerem de forma direta um total de 5 edifícios residenciais, 17 estruturas alimentares e asseguram a manutenção de cerca de 5.000 equipamentos.

O elevado número de instalações e equipamentos geridos, associados ao facto da grande maioria dos equipamentos apresentarem mais de 15 anos de uso, ou seja, já esgotaram a sua vida útil, leva que na gestão operacional dos Serviços de Ação Social, a manutenção curativa e preventiva de edifícios/infraestruturas e equipamento tenha vindo a consumir um crescente número de recursos financeiros, humanos e materiais.

Dentro das possibilidades financeiras dos SAS e do IPVC, tem vindo a ser realizado um importante esforço ao nível substituição equipamentos críticos, e de melhoria das condições de funcionamento de diferentes espaços, de forma a melhorar as condições de trabalho dos funcionários, bem como da prestação de serviços aos alunos e restante comunidade académica.

Dentro dos diversos investimentos realizados no ano de 2022 destacam-se os seguintes:

- Área de alojamento:
 - ✓ Foram elaborados 2 protocolos, um com a Câmara Municipal de Arcos de Valdevez e outro com a Movijovem e Município de Melgaço. Em ambos os protocolos os SAS assumiram a gestão direta desses espaços. Neste âmbito foi instalada a rede EDUROAM e o controle de acessos por cartão e instalação de equipamentos na lavandaria *self service* na residência de Melgaço e instaladas câmaras de vigilância, sistema contra incêndios, plantas de emergência e novos equipamentos na cozinha da residência dos Arcos de Valdevez.
- Área de alimentação:
 - ✓ Aquisição de prensa para 10 cachorros em simultâneo e máquina de lavagem de louça automática de grandes dimensões para bar;
 - ✓ Adaptação de instalações sanitárias para PPMC na zona do bar e cantina;
 - ✓ Rampa de acesso ao bar/cantina diretamente o exterior na área de alimentação da ESA;
 - ✓ Fiambreira com banho antiaderente para bar da ESE, ESTG e ESA.
- Transversal a todas as áreas dos SAS;
 - ✓ Aquisição de equipamentos para melhorar as condições de trabalho e bem-estar dos colaboradores com base no levantamento das necessidades ergonómicas efetuado pelo gabinete de saúde.

1.7 Ambiente

Os SAS-IPVC encontram-se fortemente empenhados em contribuir para uma sociedade mais sustentável, no que respeita a questões sociais, ambientais e económicas, através de ações e atividades que envolvem a comunidade académica alinhadas com a Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável.

Pretende-se despertar na comunidade IPVC uma reflexão sobre a Responsabilidade Social para um “Desenvolvimento Sustentável”, de forma a incorporar a sustentabilidade em todas as suas atividades em particular no ensino, investigação e prestação de serviços, gestão do Campus e suas infraestruturas, e interação com a comunidade.

O [Guia de Boas Práticas Ambientais](#) identifica boas práticas nos temas da utilização da energia elétrica, água, consumíveis, espaços verdes e mobilidade, assim como boas práticas ao nível dos equipamentos laboratoriais. Este guia pretende ser um suporte eminentemente prático para que toda a comunidade escolar possa participar no esforço quotidiano do IPVC para o seu Desenvolvimento Sustentável.

Educar para o desenvolvimento sustentável faz parte integrante da Estratégia de Responsabilidade Social dos SAS-IPVC, neste contexto no ano de 2022 foram tomadas várias iniciativas no âmbito deste processo de forma a contribuir para a sensibilização da comunidade académica na redução de papel, plástico e consumíveis de escritório:

- Dando continuidade à Estratégia para a Inovação e Modernização do Estado e da Administração Pública entraram em produção os seguintes serviços de apoio à comunidade através da plataforma SASocial:
 - BIRA
 - Gestão de candidaturas
 - Pedidos de manutenção
 - Comunicação de avarias
 - Furtos
 - Mobilidade
 - Gestão de candidaturas ao passe mensal para o BUS Académico
 - Gestão de declarações passe Sub-23
 - Saúde
 - Gestão de marcações de consultas
 - Gestão de consultas
 - Voluntariado
 - Gestão de ações de voluntariado
 - Gestão de voluntários
- Instalação de máquinas de venda automática com possibilidade de utilização de copos reutilizáveis.

No que respeita à monitorização da quantidade de resíduos produzidos pelos SAS, a tabela 10 regista os valores dos três últimos anos, atendendo a que só no ano de 2019 se começou a fazer esta recolha de dados.

Tabela 10 – Resíduos produzidos.

Tipo de resíduos	Quantidade anual				Destino de resíduo
	2019	2020	2021	2022	
Resíduos biodegradáveis das cozinhas e cantinas	432 000 litros = 66 450 Kg	1.767 kg	9.189 Kg	9.500 Kg	Resulima
Papel e cartão	86 400 litros = 3 456 Kg	115 Kg	2.686 Kg	2.460 Ks	Ecoponto
Vidro	960 litros = 230,4 Kg	400 Kg	1.724 Kg	1.300 Kg	Ecoponto
Óleos e gorduras alimentares	40 litros = 36,8 Kg	69,01 Kg	225,40	828 Kg	Reciol
Resíduos de limpezas de esgotos	9 200 litros = 9 200 Kg	4.660 Kg	N/A	15.750 Kg	SAMBIENTAL

1.8 Responsabilidade Social

A identificação dos aspetos de responsabilidade social teve como base de orientação a listagem de aspetos de responsabilidade social, constantes do anexo B da NP 4469:2019 e foi realizada recorrendo a uma equipa de trabalho e auscultando as várias PI, tarefa esta transversal a todo o IPVC.

Foram tidos em conta como Aspetos da Responsabilidade Social Significativos todos aqueles que obtiveram uma pontuação superior a 6 (decorrente da aplicação do procedimento GMS-05) e se aplicam ao contexto dos SAS.

A responsabilidade social dos SAS-IPVC materializa-se em duas dimensões: a interna e a externa.

Na sua dimensão interna, as práticas socialmente responsáveis relacionam-se com a gestão dos recursos humanos, a saúde e segurança no trabalho, a adaptação à mudança e a gestão do impacto ambiental. Neste campo a Gestão de Topo do IPVC tem vindo a desenvolver ações tais como:

- ✓ Criação ao abrigo do artigo 12 do Regulamento de Organização do Tempo de Trabalho mais plataformas fixas de forma a facultar aos colaboradores a possibilidade de conciliar a sua vida profissional, familiar e pessoal em simultâneo com o cumprimento do horário de funcionamento dos serviços;
- ✓ A conclusão de procedimento concursal para ocupação de 2 lugares de técnicos superiores e 2 de assistentes operacionais nos SAS IPVC;
- ✓ Atualização de Manual de Acolhimento e Integração aos colaboradores/as do IPVC;
- ✓ Foi criado em 2022 um impresso na área de recursos humanos que permite aos colaboradores solicitarem a prestação de teletrabalho;
- ✓ Atendendo a que o sistema anteriormente utilizado de registo eletrónico da assiduidade já não respondia a todas as expectativas e necessidades inerentes ao cumprimento da Lei no ano de 2022 foi implementado um novo sistema de registo eletrónico da assiduidade que permitiu assegurar desde setembro o registo e controlo de presenças de todos os colaboradores
- ✓ Na sua dimensão externa a responsabilidade social materializa-se na rede de relações com as comunidades locais, com os clientes e fornecedores bem como na gestão global do meio ambiente.
- ✓ Foi reforçada a linha de apoio psicológico para a Comunidade IPVC para dar resposta às eventuais dificuldades;
- ✓ Elaboração de Protocolos com estabelecimentos hoteleiros da região em que o IPVC se insere de forma a assegurar condições de alojamento aos alunos estudantes.

Os SAS-IPVC fazem parte de um projeto piloto de uma rede colaborativa de Instituições de Ensino Superior, com o apoio da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior: O Observatório da Responsabilidade Social e Instituições de Ensino Superior (ORSIES). Neste sentido estes Serviços têm vindo a desenvolver e implementar estratégias e políticas internas de apoio aos estudantes e comunidade com os seguintes objetivos:

- Reforçar a consciência e a ação cívica da Comunidade;
- Desenvolver ações comuns, partilhadas e com impacto social na Instituição;
- Partilhar metodologias, instrumentos, experiências e boas práticas;
- Mobilizar outros stakeholders da comunidade, de âmbito local e nacional para a cooperação com a Instituição para a Responsabilidade Social;
- Desenvolver indicadores de monitorização e impacto em torno da Responsabilidade Social.

Os Indicadores de Responsabilidade Social (IRS), integram as recomendações apresentadas no Livro Verde sobre Responsabilidade Social e Instituições de Ensino Superior. Assim, os IRS incluem as seguintes Dimensões apresentadas na figura 3:

- A. Campus socialmente responsável
- B. Formação pessoal e profissional dos estudantes e relação com alumni
- C. Gestão socialmente responsável da produção e difusão do conhecimento
- D. Participação social na comunidade.



Figura 3 – Dimensões Indicadores de Responsabilidade Social

Cada Dimensão está dividida em diferentes Temas, apresentados na figura 4. Para cada Tema foram elaborados um conjunto de Indicadores, através de um processo colaborativo e participativo, envolvendo os SAS-IPVC e o ORSIES.



Figura 4 – Níveis Indicadores de Responsabilidade Social

Na vertente da promoção da Conciliação da Vida Profissional, Familiar e Pessoal o IPVC desenvolveu em 2021 doze sessões de *focus group* para auscultação direta aos colaboradores tendo sido utilizado o guião preconizado pela Norma 4552. Na sequência dos aspetos considerados mais relevantes em 2022 o Gabinete da Avaliação e Qualidade que é transversal a todo o IPVC elaborou um Programa da Gestão da Conciliação que abrange 3 domínios: As Boas Práticas Laborais, Serviços e Benefícios e o Apoio Profissional e Desenvolvimento Pessoal, sendo que cada um deles é subdividido em aspetos e medidas conforme se demonstra na tabela abaixo:

Tabela 11 - Boas Práticas Laborais, Serviços e Benefícios e o Apoio Profissional e Desenvolvimento Pessoal

Domínio	Aspetos	Medida	
Boas Práticas Laborais	Ambiente de Trabalho	Celebrações institucionais	Todos os anos, são celebrados o aniversário do IPVC (15 de maio) e de cada Escola. As cerimónias decorrem com programações com grande enfoque na comunidade do IPVC.
		Espaços de trabalho dotados de recursos para promoção de bem-estar.	Criação de espaços de trabalho agradáveis, acolhedores e acessíveis. Destacam-se os espaços de "marmita".
		Facilitação de marcação de reuniões com Gestão de Topo como Política de gestão de "porta aberta"	Capacitação da Gestão de Topo para Modelos de Liderança e Conciliação da VFP e reforço de canais de comunicação
		Ações de promoção do espírito de equipa e do bom ambiente de trabalho	Ações de Team Building e de Voluntariado para promoção do espírito de equipa, sentido de pertença e felicidade organizacional. Plataforma de Voluntariado em https://sasocial.sas.ipvc.pt/
	Formas de Organização do Tempo de Trabalho	Regulamento de Organização de Tempo de Trabalho	Perante a necessidade de flexibilidade de horário visando a conciliação, o/a colaborador/a deverá abordar o seu superior hierárquico, cuja solicitação será analisada assegurando que não conflitua com o regular funcionamento do serviço/unidade e legislação aplicável. - Dispensa de dia pelo Aniversário do/a colaborador/a e 1/2 dia por filho.
		Boas práticas de gestão de tempo	Nos SAS-IPVC está implementada a prática de rotação turnos pessoal das cantinas e bares para assegurar uma adequada gestão da equipa permitindo a conciliação e assegurando a prestação de serviços ao fim-de-semana
		Flexibilidade na marcação de férias	Perante a necessidade de flexibilidade de horário visando a conciliação, o/a colaborador/a deverá abordar a Gestão de Topo, cuja solicitação será analisada assegurando que não conflitua com o regular funcionamento do serviço e legislação aplicável.
	Informação/Comunicação	Divulgação, em local apropriado, da informação relativa aos direitos e deveres dos/as colaboradores/as, em matéria de conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal, proteção da parentalidade e igualdade de género.	Promoção da comunicação de informação relevante: Comunicação interna, reuniões, Email, ON.IPVC e Redes Sociais, Portal (FAQ's)
		Programa de Acolhimento de colaboradores/as	Manual de Acolhimento e Integração Colaboradores/as SAS IPVC
		Apoio em situação de emergência social	Os colaboradores podem solicitar apoio em situações de emergência social. Considera-se emergência social: situações de vulnerabilidades e desproteção que constituem um perigo real, atual ou eminentemente, resultantes de não

Serviços e Benefícios	Local de trabalho e distância		estarem asseguradas as condições mínimas de proteção, e que exijam uma intervenção imediata (exem-plos: situação grave de carência socioeconómica, emergência psicológica e/ou psiquiátrica, discriminação de identidades, assédio moral ou sexual, violência, bullying, etc.)
		Alteração de locais de trabalho	Mediante requerimento. Ex. Alteração de Escola por motivo de deslocação ao médico de forma a permitir menos gasto de tempo.
		Reconhecimento e valorização	São reconhecidos publicamente colaboradores/as com 15, 25, 35 e 45 anos de serviço e pessoas que concluem doutoramento
	Assistência à família	Programa de Elogios	Implementado em ON.IPVC espaço para elogios.
		Dispensa nas Festividades	Com vista a promover o tempo em família, os colaboradores beneficiam de dispensa na segunda-feira de Páscoa.
	Serviços de saúde e bem estar	Maternidade e paternidade	Conforme previsto na legislação e medidas de flexibilização previstas no regulamento OTT
		Gabinete de saúde; Ações de sensibilização; Rastreios;	Desenvolvimento de atividades de sensibilização, formação e rastreio para a promoção da saúde, bem-estar e de gestão do stress. Além da medicina no trabalho, os/as colaboradores/as dos SAS IPVC têm acesso a consultas de enfermagem, psicologia, terapia familiar, nutrição, sessões de massagens e de medicinas alternativas, entre outras. As consultas de enfermagem e de psicologia podem ser realizadas no Gabinete de Saúde e Bem-Estar e, por marcação prévia. O Gabinete de Saúde e Bem-Estar realiza periodicamente, consulta aos colaboradores/as na área da SST e diagnósticos de bem-estar (ex: FIB), campanhas de prevenção do VIH, dádivas de sangue, rastreios de saúde como o controlo de glicemia, ergonomia, sensibilização e formação sobre hábitos saudáveis, fomento de momentos de pausa ativa, sessões de relaxamento, entre outras ações.
		Centro Desportivo: Ginástica Laboral Modalidades Desportivas (próprias e protocoladas)	Aberto a todos os colaboradores e seus familiares diretos, o Centro Desportivo pretende contribuir para a promoção do bem-estar e incutir práticas de vida saudáveis. Para isso, disponibiliza várias modalidades desportivas e ginástica laboral, acompanhadas por técnicos especializados. Os/as colaboradores/as podem ainda usufruir de modalidades em serviços protocolados, como por exemplo natação, futsal, ioga, xadrez, judo, entre outras
		Disponibilidade de Atividades da Oficina Cultural	Espaço cultural dedicado à educação artística e ao acolhimento de exposições. Os colaboradores do IPVC podem visitar a galeria e expor os seus trabalhos. Informações em: https://www.ipvc.pt/viver/oficinacultural/
		Disponibilização de Lavandaria low cost	Disponível 24 horas por dia, em todos os dias do ano, a lavandaria de baixo custo do IPVC pode ser usada pelos/as colaboradores/as e seus familiares diretos.
Disponibilização de Serviço de Refeições e Takeaway nas cantinas do IPVC	As cantinas do IPVC disponibilizam refeições e o serviço de takeaway.		

		Certificação FISU - Healthy Campus	Reconhecimento público da implementação de práticas de Sustentabilidade e Saúde no IPVC
Apoio Profissional e Desenvolvimento Pessoal	Capacitação /desenvolvimento	Coaching individual	Mediante agendamento junto do Gabinete de Saúde e Bem-Estar e até ao limite de sessões financiadas pelo Projeto IPVConcilia.
	Formação profissional	Bolsa de formação (valor anual de apoio financeiro)	Para pessoal não docente existe um programa de incentivo à atualização de conhecimentos e à formação superior através do acesso a formação académica, em especial na instituição.
	Gestão de carreira	Apoio ao desenvolvimento da carreira	Adaptação de horário para trabalhador-estudante.

1.9 Controlo Interno

O Gabinete de Controlo Interno dos SAS também desenvolveu ao longo do ano de 2022 algumas ações de acompanhamento a diversas áreas de forma a que em conjunto com as auditorias internas integradas no Sistema de Gestão da Qualidade, permita melhorar a qualidade da organização interna do serviço, assegurar a legalidade dos atos praticados e assinalar as eventuais faltas e erros a fim de que possam ser reparados e evitar a sua repetição. Neste sentido, o GCI efetuou as seguintes ações de verificação:

- ✓ Auditoria documental no âmbito do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior a 170 processos de candidatura a bolsa de estudo do ano letivo 2021/2022, incidindo a mesma na revisão dos seguintes pontos:
 - Composição do agregado familiar;
 - Valor do património mobiliário;
 - Valor do património imobiliário;
 - Outros rendimentos não declarados em sede de IRS e
 - Existência de sociedades não declaradas.

Dos 170 processos abrangidos por esta auditoria documental, 37 foram reabertos para se proceder à atualização de informação e consequentemente ao reprocessamento do valor da bolsa anual atribuída. Este número significa uma percentagem de 21,7% dos processos auditados. A divergência de informação encontrada pautou-se por:

- | | |
|--|---------------|
| ○ Composição do agregado familiar diferente da candidatura | 11 processos; |
| ○ Valor do património mobiliário diferente da candidatura | 7 processos; |
| ○ Erro no valor do património imobiliário | 5 processos; |
| ○ Outros rendimentos não declarados em sede de IRS | 9 processos; |
| ○ Sociedades não declaradas | 5 processos. |

O GCI procedeu ao reajustamento dos valores declarados pelos candidatos a bolsa de estudo nos 37 processos de candidatura, ao seu reprocessamento e seguidamente notificou aqueles que tiveram alteração no valor da bolsa base anual. Para cada estudante bolseiro onde tenha sido detetado algum tipo de divergência foi efetuado um relatório que se encontra anexo ao seu processo de candidatura a bolsa de estudo, na plataforma da DGES.

- ✓ No período de 28 de abril a 25 de maio de 2022 o GCI em conjunto com um elemento da área de bolsas de estudo levou a cabo a realização de 56 visitas domiciliárias a alunos bolseiros do IPVC. Desta ação resultou a alteração de 11 processos de candidatura a bolsa de estudo devido à composição do agregado familiar. Em cada processo de candidatura a bolsa de estudo onde foram verificadas alterações foi efetuado um relatório que se encontra anexo ao seu processo de candidatura a bolsa de estudo, na plataforma da DGES.
- ✓ O GCI dos SAS ainda levou a cabo uma ação de verificação à área de aprovisionamento com incidência nos processos de contratação pública tendo sido escolhidos para o efeito dois procedimentos por ajuste direto, um concurso público e dois procedimentos por consulta prévia. No relatório efetuado foram emanadas algumas sugestões de melhoria que visam a necessidade de evidenciar o combate à corrupção e transparência dos processos de contratação pública.



BOLSAS SOCIAIS

SOCIAL GRANTS



ipvc sas
Serviços de
Ação Social

2 340
Candidatos
Bolsa de Estudos



ipvc sas
Serviços de
Ação Social

1 749
Alunos Boleiros



ipvc sas
Serviços de
Ação Social

378 445.42
Total de complemento
de alojamento

ipvc sas
Serviços de
Ação Social

428
Complemento
de Alojamento



ipvc sas
Serviços de
Ação Social

19 288.00
Despesas de Bolsa de
Apoio Social

ipvc sas
Serviços de
Ação Social

33
Bolsas de
Apoio Social



ipvc.pt/sas/

2.1. Apoios Sociais Diretos

São apoios sociais diretos Bolsas de estudo e auxílio de emergência.

2.1.1. Bolsas de Estudo

A Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto, prevê que no âmbito do sistema de ação social, o Estado conceda aos estudantes economicamente carenciados, apoios diretos nomeadamente bolsas de estudo suportadas integralmente pelo Estado a fundo perdido, que contribuem para custear as despesas de alojamento, alimentação, transporte e propinas do estudante.

O processo de candidatura a bolsa de estudo é realizado através da plataforma eletrónica da DGES e os prazos para submissão da mesma estão estipulados no RABEEES.

No processo de atribuição de bolsas de estudo os SAS têm vindo a utilizar critérios, que se pretendem cada vez mais rigorosos e transparentes, tendo em vista que os estudantes verdadeiramente carenciados possam usufruir, em tempo útil, dos benefícios a que têm direito. Assim, são promovidas entrevistas aos candidatos, quer por sua iniciativa, quer por iniciativa dos serviços, proporcionando aos estudantes um total esclarecimento da decisão ou esclarecendo dúvidas encontradas nos requerimentos. Os SAS promovem ainda auditorias documentais com o objetivo de apurar a veracidade dos elementos declarados na candidatura a bolsa de estudo. No ano de 2022 foram efetuadas 56 visitas domiciliárias.

No ano letivo 2021/22 candidataram-se a bolsa de estudo 2.340 alunos (41,16% dos alunos do IPVC) e obtiveram bolsa de estudos 1.749 alunos (31% dos alunos do IPVC). Verifica-se que no ano letivo 2021/2022 há um crescimento de alunos matriculados no IPVC o que reflete o crescimento económico da região versus os anos anteriores.

Tabela 12 – Dados bolsas de estudo

	2021/2022	2020/21	2019/2020	2018/2019
Número de alunos candidatos a bolsa	2 340	2 359	2 256	2 238
Alunos candidatos a bolsa em %	41,16%	43,9%	46,5%	48,3%
Número de bolseiros	1 749	1 837	1 720	1 697
Alunos bolseiros em %	31%	34,2%	35,5%	36,6%
Bolsa média	1 255,73 €	1 318,41 €	1 456,30 €	1 747,65 €
Número de alunos apoiados pela Bolsa de Apoio Social	33	24	29	26
Bolsas despachadas a 31 de dezembro em %	85%	80%	72%	81%

A figura 5 apresenta a Evolução do número de alunos bolseiros do IPVC entre os anos letivos 2013/2014 e 2021/2022.

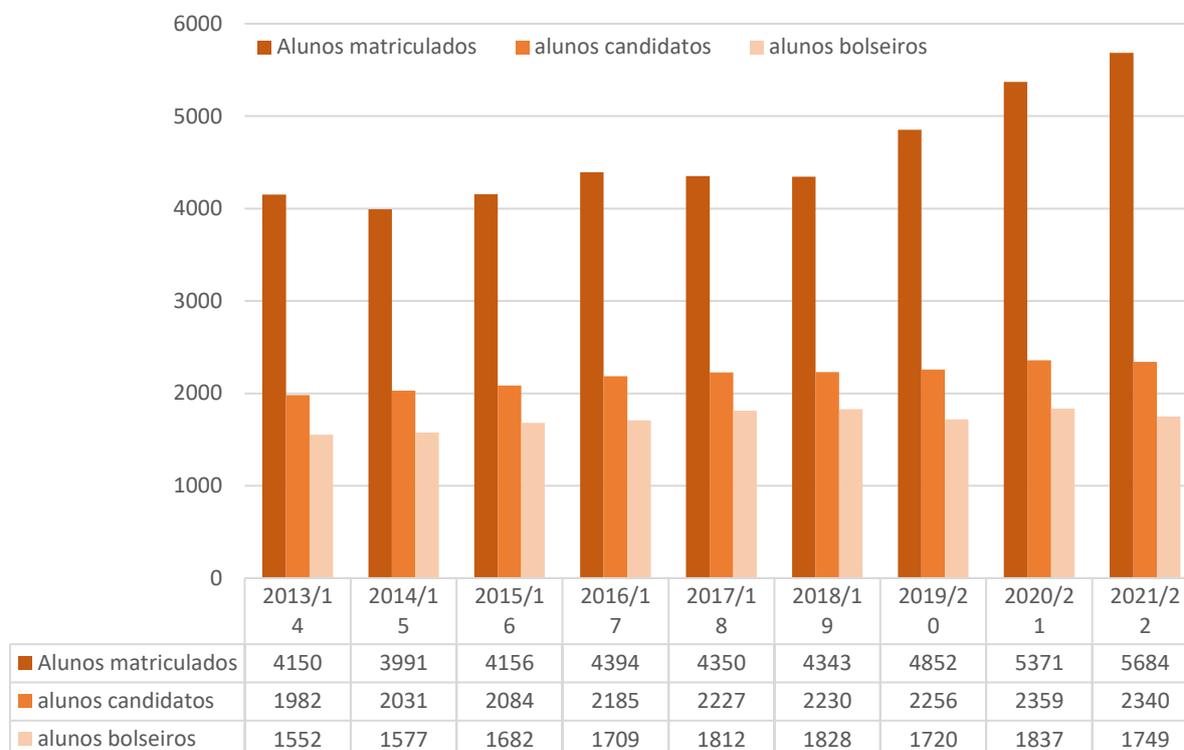


Figura 5 – Evolução do número de alunos bolseiros do IPVC

Tendo em vista garantir as melhores condições possíveis de frequência dos estudos no IPVC, os Serviços de Ação Social procuraram, mais uma vez, introduzir um conjunto de melhorias nos seus processos internos de análise dos pedidos de bolsa de estudo, de forma a reduzir o tempo necessário para o pagamento das mesmas.

Na tabela 13 é demonstrado o número de alunos candidatos a bolsa de estudo e bolseiros por cada escola que integra o IPVC.

Tabela 13 – Bolsas de estudo por escola.

Bolsas de estudo – dados gerais – Ano letivo 2021/2022				
Escola	Nº. de alunos	Nº. de candidatos a bolsa	Nº. de bolseiros	Bolsa média anual
ESE	721	365	288	1278,39€
ESA	688	232	162	1296,14€
ESTG	2604	988	706	1243,18€
ESS	511	239	198	1238,16€
ESCE	699	291	217	1297,68€
ESDL	461	225	178	1200,50€
Total	5684	2340	1749	

A figura 6 apresenta os resultados de candidaturas e bolseiros por escola superior do IPVC.

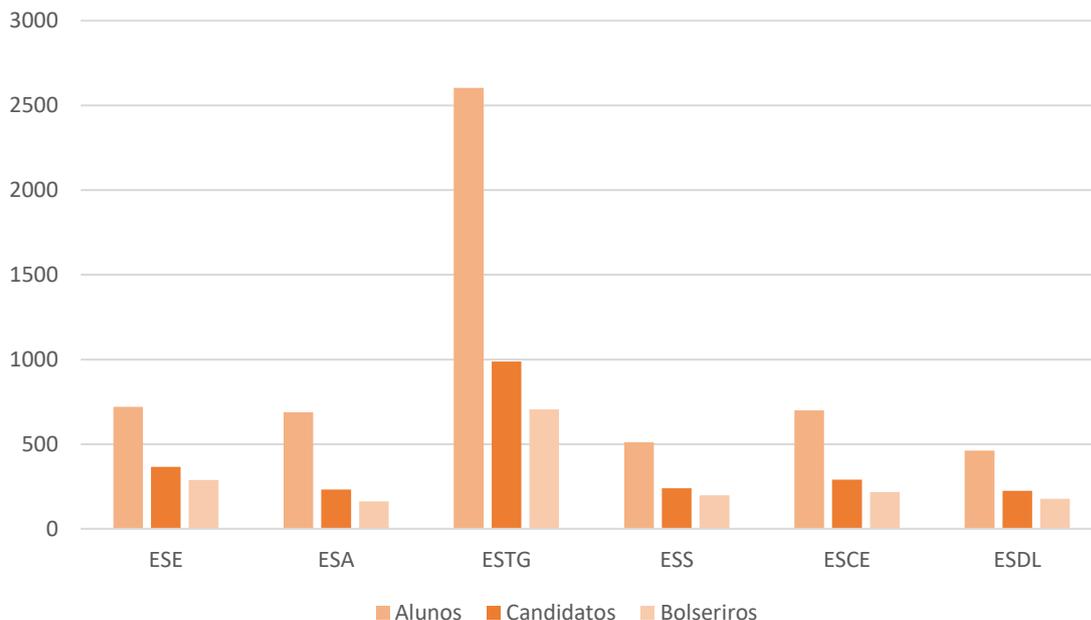


Figura 6 – Situação de alunos/candidatos/bolseiros

O número de complementos de alojamento atribuídos, ao abrigo do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior, foi no ano letivo de 2021/2022 de 428 com o encargo anual de 378 445,42 €. A tabela 13 apresenta a atribuição de complemento de alojamento por escola superior do IPVC

Tabela 14 – Complemento de alojamento

Complemento de alojamento ano letivo 2021/2022		
Escola	Nº. de alunos beneficiários	Valor anual despendido
ESE	71	49 338,48 €
ESA	66	46 074,00 €
ESTG	129	90 530,52 €
ESS	31	23 267,37 €
ESCE	96	121 987,18 €
ESDL	35	47 247,87 €
Total	428	

Tabela 15 – Caracterização da População Bolseira

Caracterização da População Bolseira – Ano Letivo 2021/22	
População escolar	5 684
Nº de candidatos a bolseiros	2 340
Nº de bolseiros	1 749

No âmbito do SGQRS foi apurado o grau de satisfação dos alunos que recorreram à área de bolsas de estudo, sendo que do universo da população académica a quem se destinou o inquérito (2338 alunos) responderam 193, o que corresponde a uma taxa de 8,25% de participação, que teve os seguintes resultados

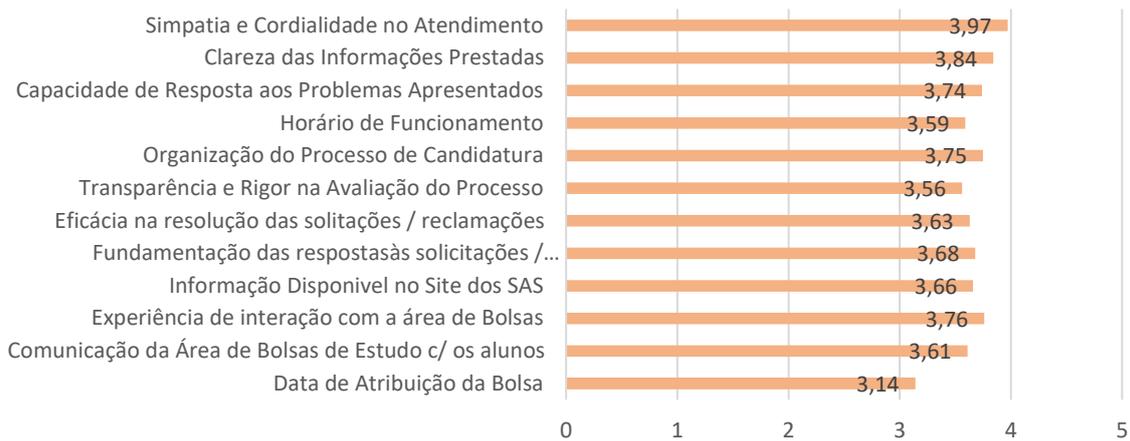


Figura 7 – Grau de satisfação de Bolsas de estudo

A avaliação global de satisfação atinge os 3,66 na escala de 1 a 5, o que corresponde a um nível médio de satisfação por parte dos estudantes, inferior ao do ano de 2020-2021 (ver gráfico abaixo).

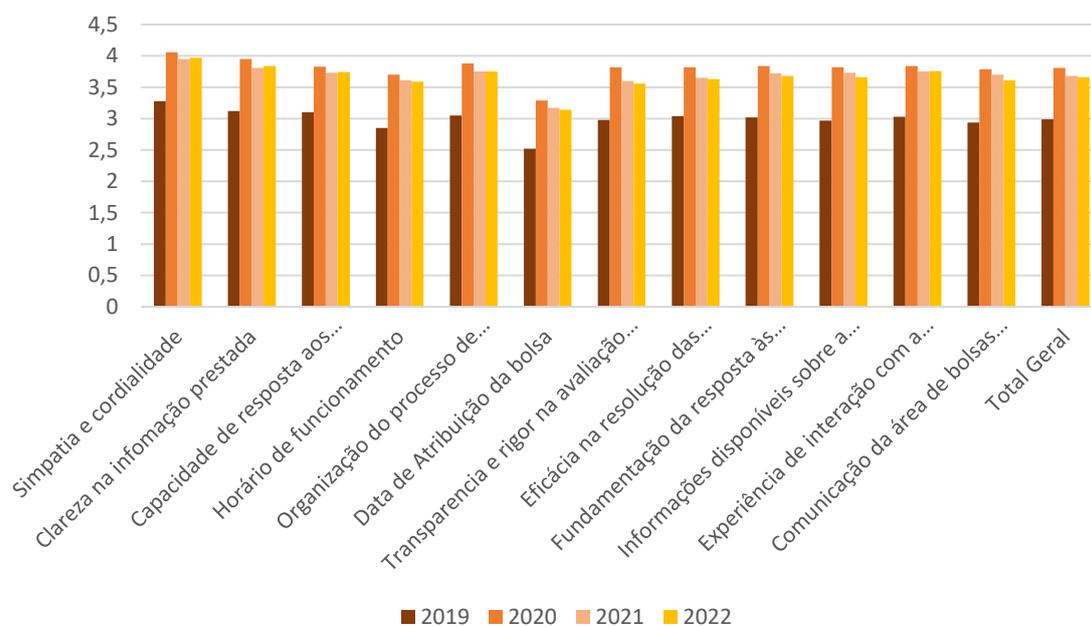


Figura 8 – Evolução da avaliação da satisfação das bolsas de estudo

2.1.1. Bolsas de Apoio Social

O Conselho de Ação Social do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, atento à evolução das necessidades de uma comunidade estudantil cada vez mais heterogénea (resultado do alargamento do ensino superior a novos públicos e a novos estratos sociais) e tendo por base os resultados de diversos trabalhos de investigação realizados na Europa, na América do Norte e na Austrália, a análise de algumas das melhores práticas nacionais e internacionais de apoio aos alunos do ensino superior, bem como o disposto na alínea b), do nº1, do artigo 24º da Lei n.º 62/2007 de 10 de Setembro (Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior), no qual é atribuída às instituições de ensino superior a incumbência, no âmbito da sua responsabilidade social, de “reforçar as condições para o desenvolvimento da oferta de atividades profissionais em tempo parcial pela instituição aos estudantes, em condições apropriadas ao desenvolvimento simultâneo da atividade académica”, desenvolveu no âmbito das competências previstas nos números 1 e 2 do artigo 11º do Decreto-lei n.º 129/93 de 22 de Abril, um formato de apoio social, ao qual deu o nome de bolsa de apoio social, a qual tem o seu Regulamento aprovado no Despacho nº. 12188/2015 de 29 de outubro.

Através deste formato de apoio social pretende-se responder a novos tipos de carências identificadas ao longo dos últimos anos nos estudantes do IPVC, as quais não possíveis de ser ultrapassadas pelos tradicionais formatos de apoio social direto e indireto. Paralelamente, importa referir que os alunos atualmente debatem-se com diversos problemas que influenciam o seu sucesso académico e eventualmente contribuem de forma significativa para o abandono escolar. Estes problemas são, não só de natureza financeira dos alunos e dos respetivos agregados familiares, mas também de integração social e académica na instituição, de desenvolvimento de competências transversais e de acesso ao mercado de trabalho.

Importa ainda referir que os resultados de diversos estudos internacionais concluíram que a compatibilização entre a colaboração em tarefas na instituição de ensino superior e a frequência de atividades letivas é possível e até desejável, uma vez que se traduz em níveis mais elevados de sucesso escolar, dado que estas atividades contribuem para ajudar os alunos a desenvolverem competências importantes na gestão das suas atividades de estudo, nomeadamente organização, responsabilidade, disciplina e método de trabalho.

Pretende-se assim, para além de apoiar economicamente os alunos mais necessitados, estimular igualmente o desenvolvimento do estudante como um todo, na certeza que para além de permitir reduzir as situações de abandono escolar, este formato de apoio irá contribuir de forma significativa para promover o sucesso académico e assegurar melhores condições de empregabilidade e sucesso profissional.

A tabela 16 apresenta os dados gerais das bolsas de Apoio Social

Tabela 16 – Bolsas de apoio social

Bolsas de Apoio Social 2021/2022				
Escola	Alunos matriculados	Alunos inscritos na BAP	Alunos selecionados	Verba despendida
ESE	721	18	2	2 798,40 €
ESA	688	24	11	2 432,00 €
ESTG	2604	55	16	12 953,60 €
ESS	511	6	0	0,00 €
ESCE	699	4	0	0,00 €
ESDL	461	12	4	1 104,00 €
Total	5684	119	33	19 288,00 €

No decorrer de 2022 e no âmbito do SGQRS foi apurado o grau de satisfação dos alunos candidatos a bolsa de apoio social através de inquérito, tendo sido inquiridos 119 alunos envolvidos em diversas iniciativas, tendo apenas 9 respondido ao Inquérito, o que corresponde a uma participação de 6,72%.

A avaliação global de satisfação da Bolsa de Apoio Social atinge o grau de satisfação de 3.96, de acordo com a figura 9.

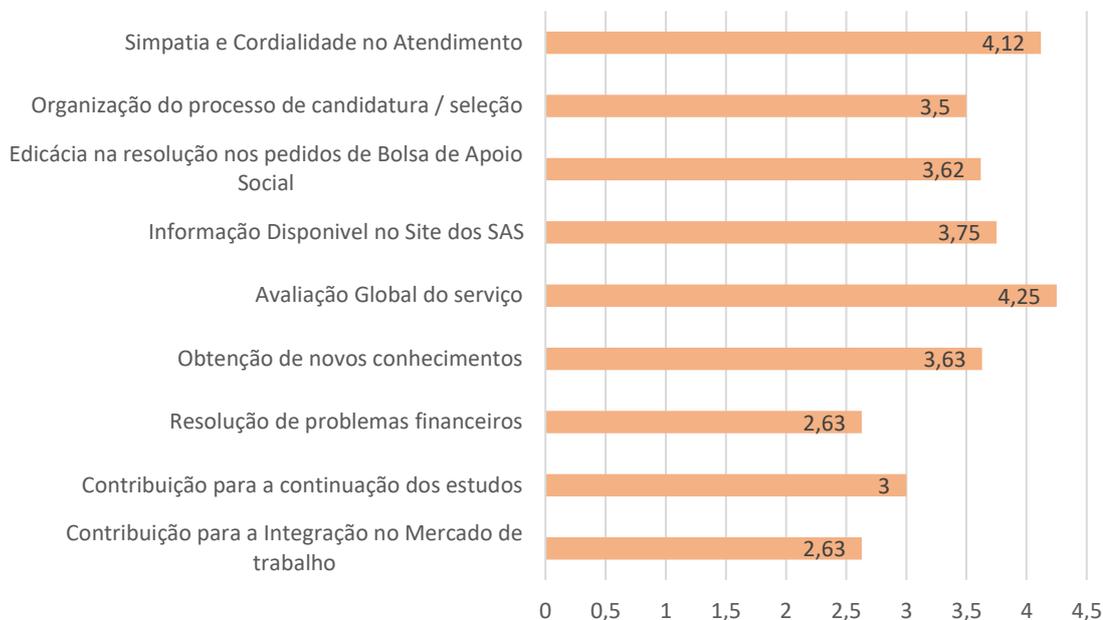


Figura 9 – Satisfação bolsistas de apoio social

Como se pode verificar na figura 9, a avaliação global de satisfação da Bolsa de Apoio Social atinge o grau de satisfação de 3.46. Comparando com o grau de satisfação do ano anterior de 2020-2021 (3,96), verificou-se uma descida na tendência de satisfação dos bolsistas (figura 10).

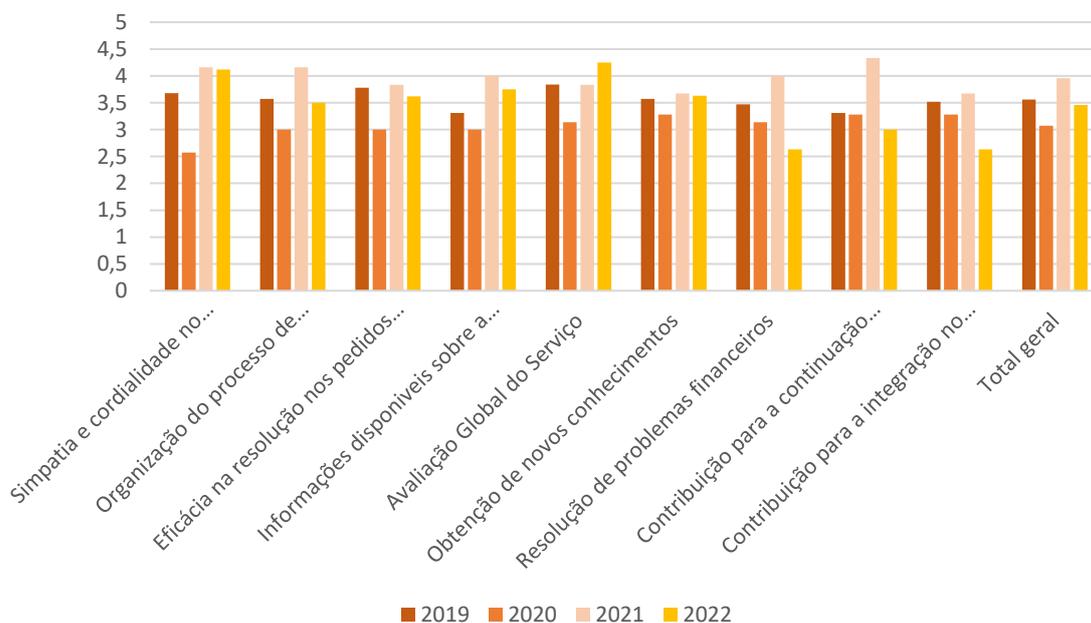


Figura 10 – Evolução da satisfação de Bolsas de Apoio Social.

2.2. Apoios Sociais Indiretos

São apoios sociais indiretos o acesso à alimentação e ao alojamento; aos serviços de saúde; apoio a atividades culturais e desportivas e acesso a outros apoios sociais.



ALIMENTAÇÃO FOODSERVICE



ipvc sas

Serviços de
Ação Social

146 828

Refeições
Servidas



ipvc sas

Serviços de
Ação Social

722

Nº médio de
refeições por dia



ipvc sas

Serviços de
Ação Social

257 331

Número de
atendimentos de bar



ipvc sas

Serviços de
Ação Social

369 450,98

Despesa em
géneros alimentares

ipvc.pt/sas/

2.2.1. Alimentação

Os SAS, através da área da alimentação, asseguram à comunidade académica refeições de elevada qualidade a preços subsidiados, sendo possível diariamente a opção entre carne, peixe, dieta, vegetariano, sugestão do chefe e grill. O preço de referência das refeições é, nos termos da Lei nº. 71/2017, de 16 de agosto, indexado a 0,63 % do Indexante de Apoios Sociais em vigor no início de cada ano letivo.

As unidades de alimentação estão distribuídas pelas Escolas do IPVC e Centro Académico, tendo assim em funcionamento 8 cantinas e 9 bares.

Em 2021 foi implementado o software SASocial na área de alimentação, melhorando a interação das vendas e comunicação, tendo no decorrer do ano de 2022 tendo sido introduzidas melhorias e ultrapassados erros.

As unidades alimentares mantiveram o seu normal funcionamento no ano de 2022, mantendo algumas das medidas de prevenção da propagação do vírus SARS-CoV-2, mas já de forma reduzida.

A área de Alimentação mantém-se continuamente com alterações, dada a constante preocupação com a segurança alimentar exigida em todas as unidades alimentares exploradas pelos SAS. A tabela que se segue apresenta alguns indicadores da área de alimentação.

Tabela 17 – Características das unidades alimentares

Caracterização das Unidades Alimentares - Cantinas	
N.º Unidades exploradas diretamente	8
Capacidade (Lugares)	1 059
Número de refeições servidas	146 828
Número de dias da semana em que estão abertas	5
Número de dias em que estão abertos por ano	199
Tipo de refeições servidas	Almoço e Jantar
Número de opções de compra de refeições	6
Caracterização de outras Unidades Alimentares (Snack–bares)	
Nº Unidades exploradas diretamente	9
Nº de dias da semana em que estão abertas	5
Nº de dias em que estão abertas por ano	209

Em 2022 foram realizadas várias as atividades pela área de alimentação, tendo-se verificado uma maior abertura das restrições implementadas decorrentes da pandemia. De seguida descrevem-se as mais relevantes.

Selo alimentação seguro

Foi dada continuidade à candidatura para atribuição de selo de excelência alimentação saudável no ensino superior, iniciada em 2020. Tendo os SAS feito esforços para melhorar a oferta de produtos mais saudáveis, estimulando a escolha de produtos mais saudáveis em detrimento de outros ricos em açúcar e gordura, a candidatura ao Selo Alimentação saudável no ensino superior permitiu uma autoavaliação dos serviços e produtos disponibilizados, tendo por base a *checklist* disponibilizada pela Direção Geral de Saúde. Foram solicitados e posteriormente remetidos esclarecimentos para a Direção Geral de Saúde (entidade que atribui o selo), tendo a certificação sido atribuída em março de 2023.

Máquinas de venda automática

Na sequência da experiência de conceção de máquinas de venda automática, desencadeou-se um concurso público para a conceção total das máquinas de venda automática no IPVC.

Com a instalação de forma concessionada melhorou-se a eficiência dos trabalhadores dos bares, que deixaram de ter a necessidade de exercerem funções nas máquinas de venda automática, estando mais

disponíveis para o serviço de balcão, por um lado, por outro diminui-se o número de reclamações.

Melhoria das condições de trabalho

Atendendo o apuramento das necessidades identificadas para a melhoria das condições de trabalho na área de alimentação, foram implementadas propostas para:

- Renovação total do fardamento de todos os trabalhadores, com linhas mais modernas e com enfoque na segurança do trabalho, uma vez que todas as peças têm a composição 100% algodão e foi também adquirido calçado de proteção.
- Aquisição de novos equipamentos para tornar o serviço mais eficiente
- Prensa para 10 cachorros sem simultâneo para o bar da ESTG;
- Máquina de lavagem de louça automática de grandes dimensões para bar da ESE;
- Fiambreira com banho antiaderente para bar da ESE, ESTG e ESA.

Refeições Servidas

No ano de 2022 foram servidas 146828 refeições, distribuídas de acordo com a tabela 18:

Tabela 18 – Refeições servidas pela área de alimentação no ano de 2020.

	2019	2020	2021	2022
Packs alojamento	não apurado	10 486	9 702	23 232
Serviço normal	118 879	44 258	75 232	112 733
Serviços catering internos IPVC	2 481	1 330	745	2 896
Serviços catering externos	21 068	468	1 540	7 967
Total	142 428	56 542	87 219	146 828

Decorrente do levantamento de restrições, o número de refeições servidas aumentou face aos anos de pandemia, verificando-se inclusive um aumento face a 2019.

Através da figura 11, é possível verificar que 16% das refeições servidas estão associadas aos packs de alojamento (Meia Pensão e Pensão Completa), 7% diz respeito a serviços extra (internos e externos) e os restantes 77% ao serviço normal de aquisição de refeições.

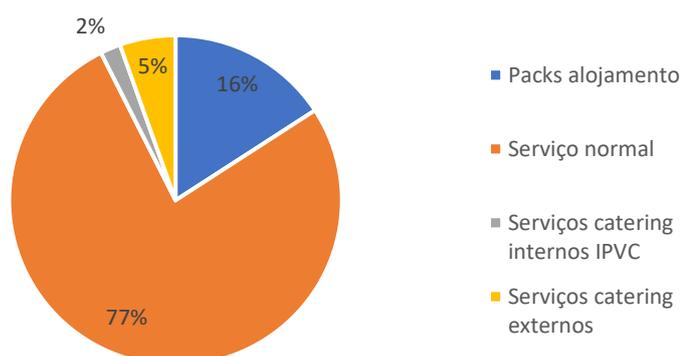


Figura 11 – Refeições servidas por tipo de serviço prestado em 2022.

Com o início do novo ano letivo, o número de refeições superou os valores registados em 2019. A tabela 19 apresenta, como exemplo, os meses de outubro e novembro:

Tabela 19 –Refeições servidas pela área de alimentação nos meses de outubro e novembro dos anos de 2019, 2020, 2021 e 2022.

	2019	2020	2021	2022
Outubro	19 995	8 237	18 696	22 239
Novembro	17 312	9 984	20 464	21 468

Receita e Despesa

Após o período de pandemia, o valor da receita está próximo dos valores de 2019, prevê-se que em 2023 os valores atinjam ou superem os valores de 2019.

Tabela 20 – Análise da receita entre os anos de 2019, 2020, 2021 e 2022.

	Cantina	Bar	Catering	Vending	Total
Total 2022	329 133,00 €	273 331,00 €	79 977,00 €	50 583,00 €	733 024,00 €
Total 2021	189 685,95 €	128 955,75 €	12 675,49 €	15 691,25 €	347 008,44 €
Total 2020	130 190,35 €	117 712,15 €	9 662,20 €	17 726,59 €	275 291,29 €
Total 2019	367 400,96 €	304 561,51 €	67 150,43 €	22 179,21 €	761 292,11 €

A figura 12 apresenta os dados graficamente da receita dos anos de 2019, 2020, 2021 e 2022.

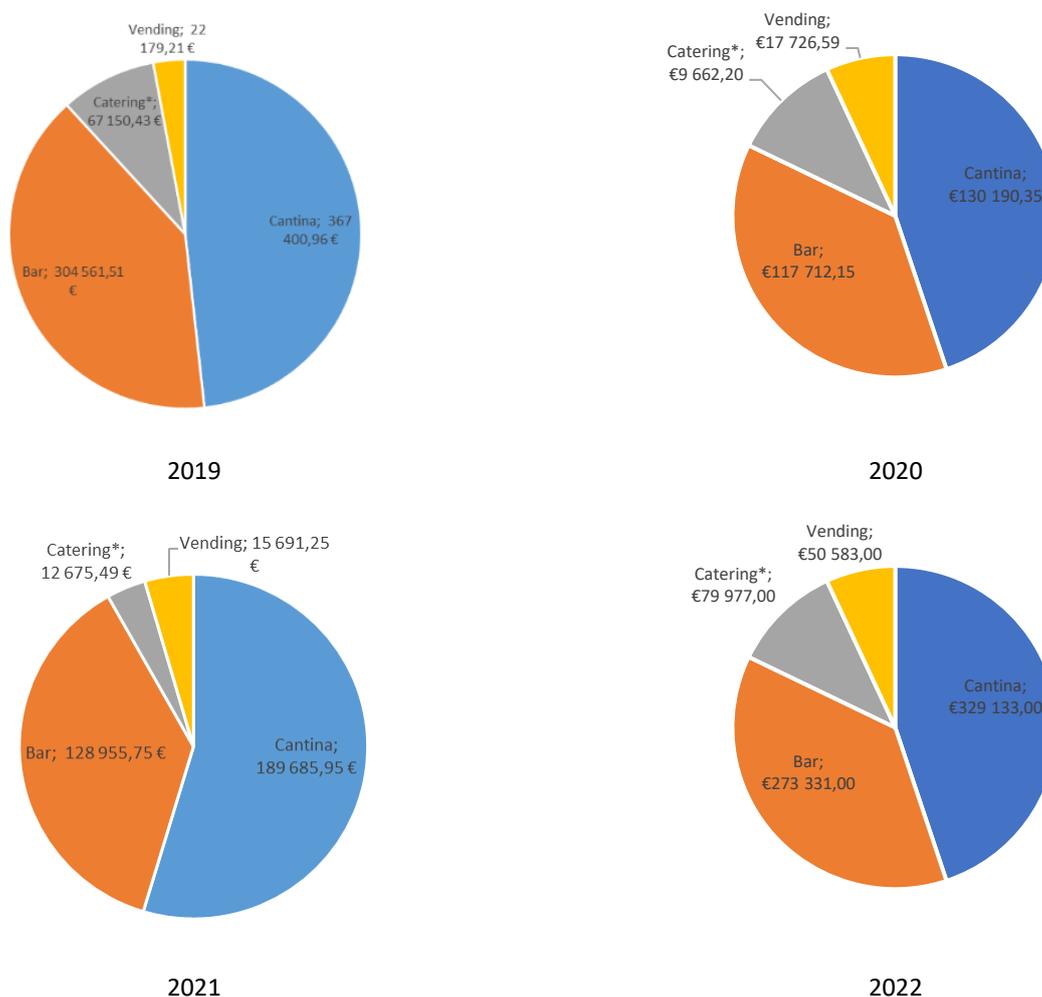


Figura 12 – Distribuição da faturação da área de alimentação nos anos de 2019 a 2022.

Relativamente a custos diretos 38% (47%, 31% e 30% em 2019, 2020 e 2021 respetivamente) representa custos em géneros alimentares para preparação de refeições e produtos de bar, 62% (56%, 70% e 70% em 2019, 2020 e 2021, respetivamente) representa mão-de-obra, da qual 38% (37%, 61% e 42% em 2019, 2020 e 2021, respetivamente) refere-se a despesa de pessoal interno e 24% (19%, 9%, 28% em 2019, 2020 e 2021, respetivamente) a contratos com empresas prestadoras de serviços de atendimento preparação e limpeza. A tabela 21 apresenta os custos totais diretos apurados.

Tabela 21 – Custos diretos da área de alimentação.

	Total de custo em géneros a	Total de custo Recursos Humanos SAS	Total de custo em mão de obra empresa prestadora de serviço
31/12/2022	369 450,98 €	364 599,51 €	237 207,77 €
31/12/2021	206 769,48 €	294 512,25 €	196 361,58 €
31/12/2020	180 696,22 €	355 526,08 €	51 201,04 €
31/12/2019	369 725,31 €	290 059,80 €	139 011,38 €

Trabalhadores e formação

A 31 de dezembro de 2022 estavam alocados à área de alimentação 30 assistentes operacionais, 1 encarregado operacional.

Foi aberto um procedimento concursal para a ocupação um posto de trabalho na área de alimentação de ESCE e ESDL, tendo sido preenchido apenas por uma trabalhadora na ESDL; e outro para Viana Ponte de Lima, tendo sido ocupados por 2 trabalhadores alocados à cantina da ESTG.

Foram ainda aceites as propostas de alocação a pequenos serviços de bar de trabalhadores com limitações para outros tipos de serviço, havendo deste modo uma maior rentabilidade das pessoas, originando uma retenção de custos.

De forma a manter a melhoria continua do desempenho dos trabalhadores, foram realizadas várias ações de formação, (perfazendo um total de 1102h de formação), apresentadas na tabela 22.

Salienta-se ainda a proposta de formação em cozinha ministrada pela Escola de Hotelaria e Turismo de Viana do Castelo para todas as trabalhadoras da área de alimentação, de forma financiada.

Tabela 22 –Formações realizadas pelos trabalhadores da área de alimentação.

Data Inicio	Tema	Entidade	Participantes
27/10/2022	“POWER BI – Elaboração de Dashboards (nível 2 - avançado)” (14h)	INA	Técnico superior
21/10/2022	“Otimização e Gestão de Dados em Excel” (28h)	INA	Técnico superior
17/10/2022	“Data Scientist - Transformar Dados Em Conhecimento (Fundamentos)” (7h)	INA	Técnico superior
07/10/2022	“POWER BI – Elaboração de Dashboards (nível 1 - inicial)” (14h)”	INA	Técnico superior
01/07/2022	“Edição de Folhas de Cálculo (28h)– Nível Avançado”	INA	Técnico superior
30/07/2022	“Engenharia de Menus” (8h)	Escola de Hotelaria e Turismo de Portimão	Técnico superior
27/07/2022	“Controlo de Gestão em Restauração” (8h)	Escola de Hotelaria e Turismo de Portalegre	Técnico superior
15/06/2022	“KPIs para Gestão em Hotelaria e Restauração” (8h)	Escola de Hotelaria e Turismo de Viana do Castelo	Técnico superior
13/06/2022	“Desafios de Gestão Operacional” (8h)	Escola de Hotelaria e Turismo de Portalegre	Técnico superior
09/06/2022	“Alimentação Consciente e Sustentável” (8h)	Escola de Hotelaria e Turismo de Porto	Técnico superior
03/06/2022	“Alergênicos alimentares” (8h)	Escola de Hotelaria e Turismo de Porto	Técnico superior
31/05/2022	“Desafios de Gestão Estratégica em Restauração” (8h)	Escola de Hotelaria e Turismo de Portalegre	Técnico superior
27/05/2022	“Cultura da Segurança Alimentar” (8h)	Escola de Hotelaria e Turismo de Porto	Técnico superior
19/05/2022	“Doença Celíaca” (2h)	Escola de Hotelaria e Turismo de Porto	Técnico superior
2022-02-15	Alimentação Saudável e Nutrição (3,5h)	Serviços de Ação Social do IPVC	Assistentes operacionais
2022-05-19	Serviço de Bar e Mixologia (12h)	Escola de Hotelaria e Turismo de Viana do Castelo	Assistentes operacionais
2022-06-13	Segurança Alimentar: Novas exigências e riscos emergentes (12h)	Turismo de Portugal, IP	Assistentes operacionais
2022-06-27	Bebidas de Cafeteria - Preparação e Serviço (6h)	Turismo de Portugal, IP	Assistentes operacionais
2022-06-30	Higiene e Segurança Alimentar (3h)	Serviços de Ação Social do IPVC	Assistentes operacionais
2022-07-25	Técnicas de Cozinha (20)	Escola de Hotelaria e Turismo de Viana do Castelo	Assistentes operacionais
2022-07-29	Qualidade, Higiene e Segurança Alimentar (4h)	Serviços de Ação Social do IPVC	Assistentes operacionais
2022-02-09	Gestão Integrada de Pragas (1,5h)	Zecafil Proteção Ambiental, Lda	Assistentes operacionais

Avaliação da Satisfação dos serviços prestadas pela área de alimentação

Todos os anos, é efetuada a avaliação da satisfação dos utilizadores do serviço de alimentação. O ano de 2022 apresentou índices semelhantes aos anos anteriores

Tabela 23 – Resultados da avaliação da satisfação escala de 1 a 5.

	Cantina	Bar
2022	3,76	3,90
2021	3,96	3,90
2020	4,03	3,96
2019	3,40	3,55

Tal como nos anos anteriores os parâmetros de maior satisfação são a simpatia e higiene no atendimento e a higiene das instalações e equipamentos. Estes resultados refletem as sensibilizações/ formações ministradas aos trabalhadores da área de alimentação.

Relativamente às medidas implementadas devido à pandemia:

- O grau de satisfação com adaptação das cantinas perante o contexto covid-19 (planos de contingência/medidas de segurança) foi de 4,03 (escala 1 a 5);
- O grau de satisfação com adaptação das dos bares perante o contexto covid-19 (planos de contingência/medidas de segurança) foi de 4,14 (escala 1 a 5).
- 84% dos inquiridos mantêm os consumos normais nas cantinas e nos bares dos SAS;

Comparativamente a outras Instituições de Ensino Superior:

- 75% consideram que os serviços de cantina funcionam de modo igual ou melhor face ao funcionamento dos serviços de cantina noutros estabelecimentos de ensino;
- 73% consideram que os serviços de bar funcionam de modo igual ou melhor face ao funcionamento dos serviços de bar noutros estabelecimentos de ensino.

Sustentabilidade

A sustentabilidade é uma preocupação transversal a todo o IPVC. A área de alimentação tem tido algumas preocupações e existem várias medidas implementadas:

- Campanha de sensibilização para que os consumidores da cantina peçam apenas a quantidade de alimentos que desejam consumir, por um lado, e por outro os trabalhadores ao servirem diminuam a capitação dos alimentos mais desperdiçados, devendo quem desejar solicitar maior quantidade ao colaborador da cantina;
- Recolha de óleos alimentares usados para valorização;
- Recolha de resíduos orgânicos para compostagem e posterior valorização;
- Separação de matérias recicláveis (papel, plástico e vidro);
- Recolha de refeições sobranças, não servidas para Re-Food, que posteriormente distribui por famílias carenciadas;
- Substituição de garrafas de água de plástico em eventos, por garrafas de vidro e canecas;
- Substituição de copos de plástico por copos de vidro, em eventos e por copos de papel no serviço de venda automática;
- Instalação de máquinas de venda automática com possibilidade de utilização de copos reutilizáveis;
- Substituição de refrigerantes na cantina por chá e água aromatizada;
- Substituição de saquetas de papel para embalagem de talheres, por dispensadores que asseguram a higiene dos talheres;
- Eliminação de toalhetes de papel para tabuleiros, através de campanha de sensibilização.
- Eliminação de senhas de papel para utilização de serviço de bar e de cantina;
- Verificação mensal de datas de validade de produtos em armazém de forma a não serem desperdiçados por caducidade;
- Formação dos trabalhadores para as questões da sustentabilidade;
- Aquisição de produtos alimentares à produção interna da quinta da Escola Superior Agrária;
- Promoção de utilização de embalagens reutilizáveis no serviço de take-away.
- Programação de máquinas de venda automática de café para fornecimento de 5g de açúcar no máximo.

Especificamente em 2022, alargamento à maioria das máquinas de venda automática a possibilidade de utilização de copos reutilizáveis e avaliação de qualidade de óleos de fritura, substituindo equipamento descartável por medidores reutilizáveis mais eficazes.

Para tentar perceber a comunidade académica relativamente a este tema, em 2021 foram introduzidas quatro questões sobre sustentabilidade nos inquéritos de avaliação do serviço de alimentação.

Concluiu-se que em 2022:

- 96% considera importante a implementação de medidas que promovam a sustentabilidade alimentar;
- 99% considera importante a implementação de medidas de combate ao desperdício alimentar;
- 91% considera pertinente a inclusão de produtos biológicos nos bares e cantinas do IPVC;
- 61% pagaria mais por produtos mais saudáveis.

Neste sentido, pretende-se continuar a implementar medidas para a disponibilização de um serviço mais sustentável.

Software SASocial - alimentação

Em 2021 foi implementado o software SASocial na área de alimentação, melhorando a interação das vendas e comunicação com os alunos, por um lado e melhorando a gestão e organização do serviço interno por outro. Em 2022, introduziram-se novas opções para monitorização e eficácia do serviço, contudo, devido ao aparecimento de erros ainda não foi possível atingir o nível pretendido. Introduziu-se a opção “direito ao arrependimento” que possibilita a anulação de refeições devido a enganos, nos 10 minutos seguintes da compra.

Prevê-se a implementação de novas funcionalidades durante o ano de 2023, que permitirão apoio à gestão do serviço de alimentação, bem como aos requisitos de segurança alimentar.



ALOJAMENTO ACCOMMODATION



ipvc sas
Serviços de
Ação Social

3

Residências
Próprias



ipvc sas
Serviços de
Ação Social

7

Unidades
Protocoladas



ipvc sas
Serviços de
Ação Social

77,56

Mensalidade
Aluno bolsheiro



ipvc sas
Serviços de
Ação Social

106

Mensalidade
Aluno não bolsheiro

ipvc sas
Serviços de
Ação Social

642

Camas



ipvc.pt/sas/

2.2.2. Alojamento

São atribuições da área de alojamento a promoção do acesso aos estudantes a condições de alojamento que propiciem um ambiente adequado ao estudo, estando definido no Regulamento Interno das Residências as condições de ingresso e de utilização dos equipamentos, as obrigações e direitos dos residentes, as suas formas de participação na gestão, conservação e limpeza das instalações.

O preço social do alojamento, em 2021/2022, foi de 77,56€, conforme o estabelecido no nº.1 do art.º 19º. do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo vigente. Este ano, pela primeira vez, os SAS dispõem de uma plataforma de candidatura ao alojamento (SASocial), permitindo uma maior eficácia na colocação dos alunos nas diversas residências. O acesso a esta plataforma está disponível em www.sas.ipvc.pt.

Os estudantes que ingressam pela primeira vez nas residências dos SAS-IPVC têm um prazo de 30 dias, após a matrícula, para se candidatarem à residência. Os alunos com mais de uma matrícula no IPVC entregam a sua candidatura nos prazos que são afixados anualmente, e que regra geral decorre em junho. Têm prioridade no acesso ao alojamento os estudantes bolseiros.

Na política de alojamento dos SAS-IPVC também é assegurado o alojamento a estudantes não bolseiros embora a preços diferenciados.

O serviço de Alojamento dos SAS-IPVC conta com 10 residências académicas, das quais 5 com gestão direta (ver tabela 24), disponibilizando 640 camas na totalidade.

Tabela 24 – Distribuição do número de camas e tipo de gestão.

Residências	nº camas	Tipo Gestão
Residência da ESA	139	Gestão SAS-IPVC
Residência da ESE	119	Gestão SAS-IPVC
Residência do CA	200	Gestão SAS-IPVC
A`Vianesa Guest House	5	Protocolada
Pousada da Juventude de Melgaço	58	Protocolada-Gestão SAS-IPVC
Pousada da Juventude de Viana do Castelo	27	Protocolada
Pousada de Juventude de Ponte de Lima	22	Protocolada
Pousada de Juventude de V. N. de Cerveira	12	Protocolada
Residência ERASMUS	43	Protocolada
Residência AVV	15	Protocolada-Gestão SAS-IPVC

Este serviço é de uma primordial importância para os estudantes do IPVC, servindo como uma forma preventiva de um eventual abandono escolar. Para melhorar a qualidade e conforto e segurança nas residências, os SAS-IPVC têm vindo a melhorar os mecanismos de segurança e a reforçar as equipas recursos humanos para o serviço de limpeza através da contratação pública, para nas Residências sobre a sua gestão.

De forma a solucionar, em parte, a procura de alojamento, os SAS-IPVC assinaram um protocolo de colaboração com a Movijovem e o Município de Melgaço para a gestão da pousada da Juventude de Melgaço, esta parceria permitiu solucionar as dificuldades de alojamento para os estudantes da ESDL. Simultaneamente, já no final de 2022, foi assinado um protocolo de colaboração com o Município de Arcos de Valdevez para a implementação de uma residência com capacidade de 15 camas, já em funcionamento com gestão direta dos SAS-IPVC para os estudantes do polo da ESTG a funcionar nos Arcos de Valdevez.

A tabela 25 apresenta alguns indicadores da área de alojamento relativamente às residências com gestão dos SAS-IPVC.

Tabela 25 – Indicadores das residências com gestão direta.

	CA	ESE	ESA	ESDL	AVV
N.º de camas	200	119	134	58	15
N.º de quartos individuais	0	0	34	0	0
N.º de quartos duplos	14	1	14	9	4
N.º de quartos triplos	48	39	24	0	1
N.º de quartos quádruplos	7	0	0	10	1
N.º de quartos para deficientes	0	1	1	2	0
N.º de camas para estudantes femininas	108	110	80	18	3
N.º de camas para estudantes masculinos	92	9	54	40	12
N.º de meses ocupada por estudantes	11	11	11	11	11
N.º de meses ocupada por ano	12	12	12	12	12
N.º médio de estudantes alojados	187	110	117	40	6
Comparticipação do estudante bolseiro (ano letivo 2021/22)	77,56 €	77,56 €	77,56 €	220,00 €	220,00 €
Comparticipação do estudante não bolseiro (ano letivo 2021/22)	106,00 €	106,00 €	106,00 €	220,00 €	220,00 €

Avaliação da qualidade dos utilizadores

O inquérito deste subprocesso foi aplicado aos estudantes residentes em todas as residências no final do ano letivo 2021/2022. Tendo em conta o nº de residências, a análise foi agrupada em 2 tipos: Residências geridas diretamente pelos SAS-IPVC (R.CA, R.ESE e R.ESA) e Residências protocoladas (Pousada de Melgaço e de Viana do Castelo e Hostel A' Vianesa); Residências ERASMUS.

Tabela 26 – Avaliação da qualidade dos utilizadores.

PARÂMETROS	Média dos Graus de Satisfação (1 a 5)		
	R. SAS	R. Erasmus	Média total
1. Qualidade e conforto nas instalações (quartos/ espaço/ cama)	3,40	3,50	3,45
2. Higiene e limpeza	3,65	3,88	3,60
3. Tempo de resposta às comunicações de anomalias	3,02	4,63	3,82
4. Tratamento e lavagem de roupa	3,79	4,00	3,90
5.1. Empregadas de andar / quarto	4,65	4,63	4,64
5.2. Operadoras de Lavandaria	3,91	4,25	4,08
5.3. Governante de Residência	4,16	4,38	4,27
5.4. Portaria / Guardas - Noturnos	4,05	4,38	4,21
5.5. Portaria / Telefonistas	4,02	4,25	4,14
6.1. Governante de Residência	4,02	4,25	4,14
6.2. Portaria / Guardas - Noturnos	4,07	4,38	4,22
6.3. Portaria / Telefonistas	4,12	4,25	4,18
7. Facilidade de contacto com os responsáveis	3,74	4,50	4,12
GRAU MÉDIO TOTAL GERAL	3,89	4,25	4,05

Numa escala de 1 a 5, o grau médio de satisfação obtido pelos estudantes residentes nas residências dos SAS-IPVC foi de 3.89 no ano de 2022. O parâmetro “Empregadas de andar quartos” destaca-se com maior grau de satisfação (4.65) e “Tempo de resposta às comunicações de anomalias” com menor grau de satisfação (3.02).

Na Residência do Centro Social e Paroquial de Santa Maria Maior(CSPSMM) onde são alojados prioritariamente os estudantes ERASMUS, o grau de satisfação dos estudantes foi superior (4.25), destacando-se o “Tempo de resposta às comunicações de anomalias”, ao contrário das outras residências, com maior grau de satisfação e a “Qualidade e conforto nas instalações (quartos/ espaço/ cama)” com menor grau de satisfação (3.50).

Relativamente às candidaturas ao alojamento, na figura 13, estão representadas as candidaturas ao alojamento nas seis escolas do IPVC por estado, verificando-se um maior número de candidaturas da ESTG (179) e com menor número na ESDL (41).

Uma vez que não há residência académica em Valença, constata-se que alguns estudantes apresentaram candidaturas para outras residências fora desta localidade, fazendo uso do BUS Académico.

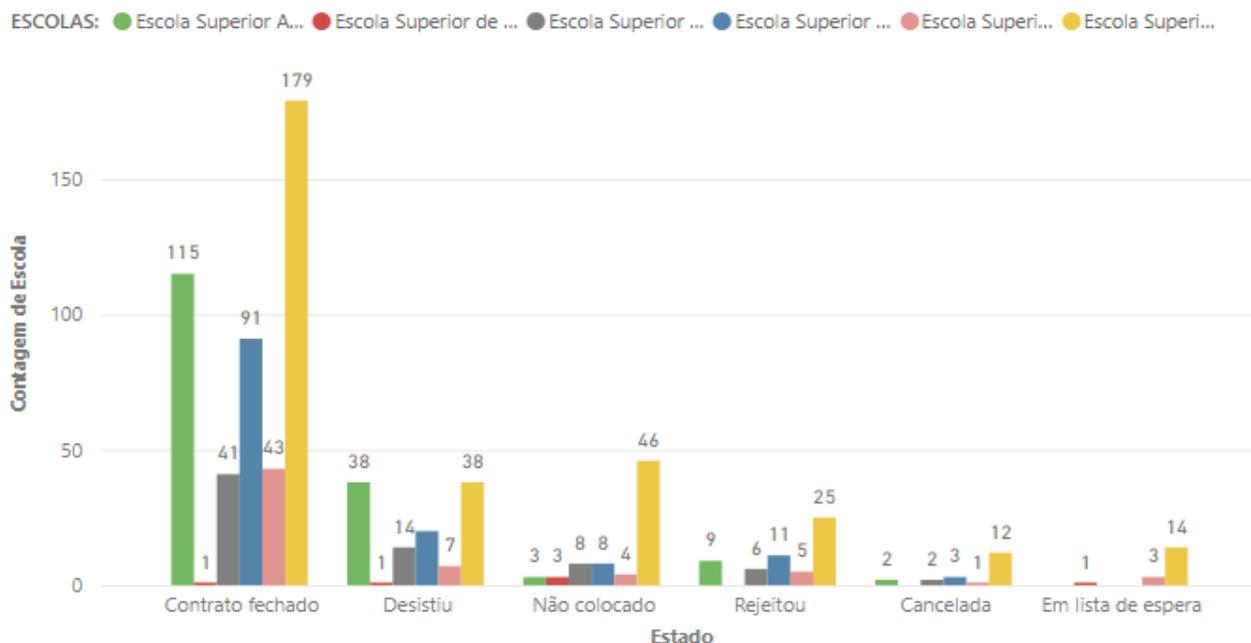


Figura 13 – Candidaturas ao alojamento.

De acordo com a figura 14, em todas as Residências incluindo a Pousada de Juventude de Viana do Castelo, os alunos bolsheiros são em maior número. Neste sentido, ficou demonstrada a prioridade dada em cada uma das fases da candidatura aos estudantes potencialmente bolsheiros, como previsto no Regulamento Interno de Residências do IPVC, Despacho 11870/2022 de 10 de outubro e no Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior, republicado pelo Despacho n.º 9138/2020, de 25 de setembro.

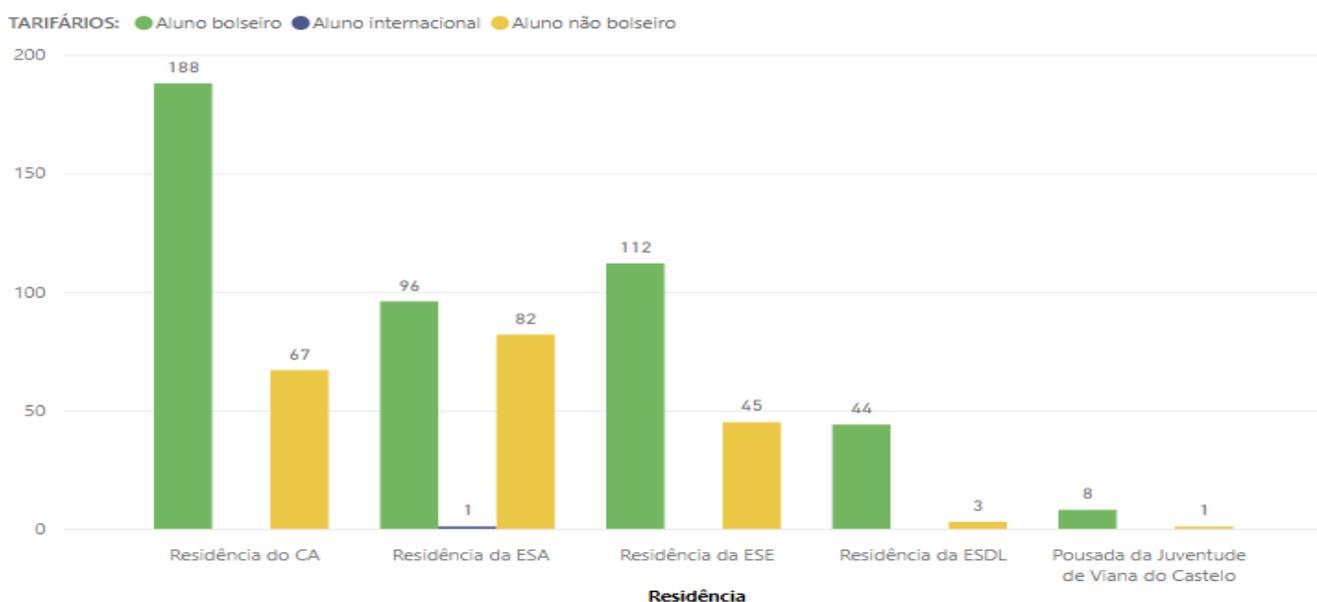


Figura 14 – Tarifário por residência.

De forma a garantir melhores condições de alojamento nas residências dos Serviços de Ação Social, os estudantes alojados podem optar na fase de candidatura por pensão completa ou meia pensão. Ao aderir aos Regimes (mensalidade base mais o Pack) o estudante pode beneficia de uma refeição completa a partir de 2,04€. Os estudantes podem aderir, cancelar ou mudar de Pack em qualquer mês do período de alojamento contratado.

Como se pode verificar na figura 15, a adesão aos Packs (Pensão Completa ou Meia Pensão) tem sido bastante utilizada pelos estudantes alojados nas residências dos SAS-IPVC com maior incidência da pensão completa na Residência da ESA (50) e da Meia Pensão na Residência do CA (18).

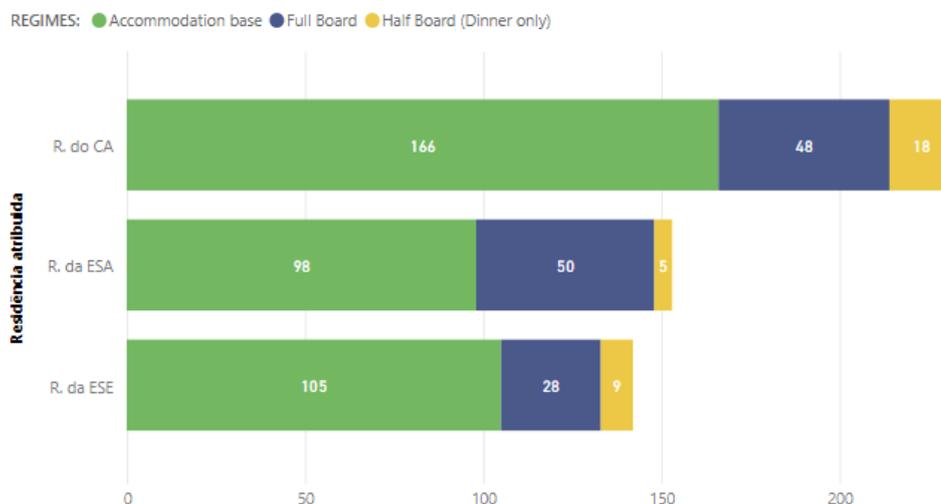


Figura 15 – Packs (Pensão Completa ou Meia Pensão).

Na candidatura às residências propriedade dos SAS-IPVC, os estudantes podem optar por escolher a utilização de equipamentos elétricos previamente definidos, mediante o pagamento mensal de um valor previsto na Tabela de Preços aprovada para cada ano letivo, juntamente com a mensalidade base do alojamento. A utilização deste serviço extra, tem maior expressividade na Residência do CA com 54 e menor número (33) na Residência da ESA (figura 16). É de referir que os estudantes podem aderir ou cancelar os serviços extras em qualquer mês do período de alojamento contratado.

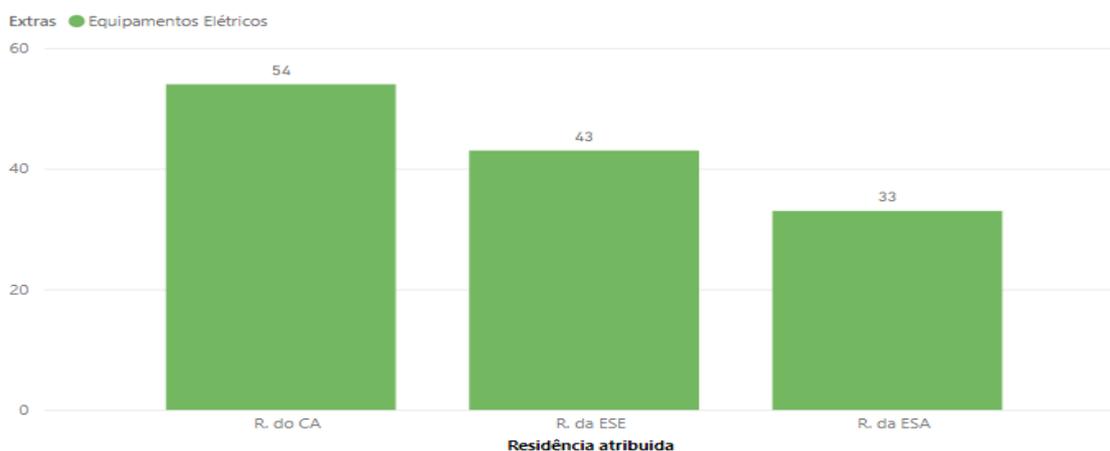


Figura 16 – Utilização de equipamentos eletrónicos.

Na figura 17 está representada a receita por residência no último ano letivo, verificando-se ainda em dívida aos valores no estado de faturado. As mensalidades do alojamento são pagas através da conta corrente do estudante na plataforma SASocial onde são lançadas as faturas após o processamento e os recibos após o pagamento para consulta do residente. O total de valor em dívida vencida é de 5 437€, sendo a residência da ESE a que apresenta o maior valor e a residência da ESA o menor.

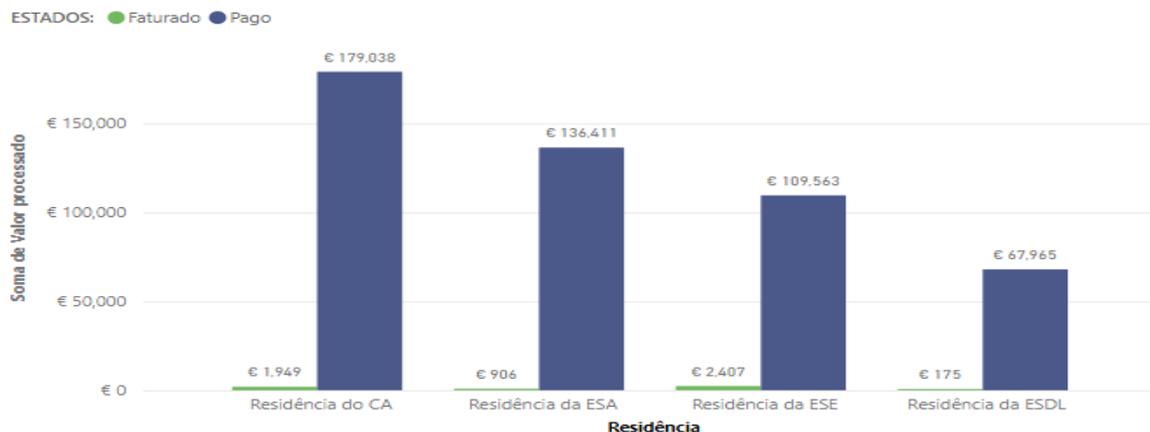


Figura 17 – Receita por residência.

As Residências dos SAS-IPVC, têm como principal objetivo assegurar o alojamento da comunidade académica do Instituto Politécnico de Viana do Castelo.

Desde que devidamente autorizado, poderão beneficiar do serviço de alojamento nas residências sob gestão dos SAS-IPVC, os externos à comunidade Académica.

As residências académicas dos SAS-IPVC bem como as protocoladas com gestão direta dos SAS-IPVC, apresentam um crescente dinamismo em várias dimensões, designadamente: alojamento a terceiros, com maior predominância nos meses de julho e agosto; alojamento de verão (sistema de Booking na Pousada da Juventude de Melgaço); alojamento académico a alunos que solicitam prolongamento para os meses de julho e agosto por motivo de realização de atos curriculares; comissões e comparticipações no âmbito de protocolos assinados com entidades externas (Figura 18).

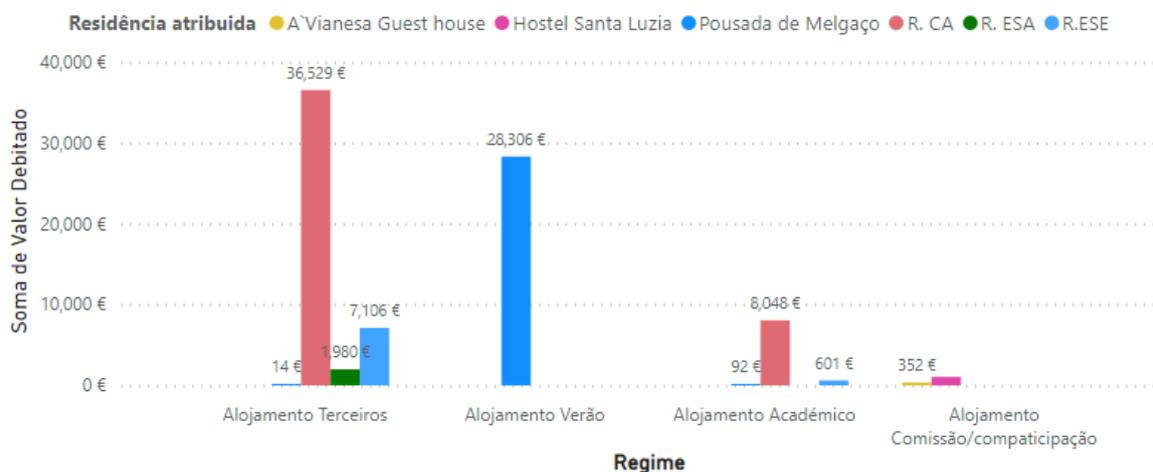


Figura 18 – Receita por regime de alojamento.

Recursos Humanos no Alojamento

Na Área do Alojamento prestam serviço 18 colaboradores repartidos pelas 5 residências com gestão dos SAS-IPVC, designadamente nos serviços de lavandaria, segurança, limpeza e receção. Prestam serviço 1 Técnico superior, 2 Assistentes Técnicas, 6 Guardas Noturnos (1 a tempo parcial), 6 Assistentes Operacionais (2 com incapacidade declarada), 1 Empregada de Andar/Quartos e 2 Rececionistas. De forma a podermos disponibilizar o apoio necessário e eficaz aos estudantes alojados nas diversas residências, os SAS-IPVC contratualizam entidades externas de serviços variados para tarefas pontuais e imprescindíveis ao funcionamento das unidades e alojamento.



CENTRO DESPORTIVO
SPORTS CENTER

**CENTRO
DESPORTIVO**
SPORS CENTER



ipvc sas

Serviços de
Ação Social

14 943

Acessos ao
Centro fitness



ipvc sas

Serviços de
Ação Social

10

Modalidades
FADU



ipvc sas

Serviços de
Ação Social

4,0

Grau de satisfação
de utentes



ipvc sas

Serviços de
Ação Social

3

Instalações
Desportivas

ipvc.pt/sas/

2.2.3. Centro Desportivo

Os SAS, através do Centro Desportivo (CD-IPVC), asseguram à comunidade académica a possibilidade de praticarem atividades físicas e desportivas a preços sociais durante todo o ano bem como o apoio às Associações de Estudantes na organização e realização das suas atividades, sendo igualmente promovido o contacto entre alunos das diferentes Escolas Superiores e a participação dos alunos em campeonatos nacionais universitários organizados pela Federação Académica do Desporto Universitário. É, também, assegurada a direção técnica das infraestruturas desportivas do IPVC.

As instalações do Centro Desportivo encontram-se sedeadas atualmente no Centro Académico, no Largo 9 de Abril (antigo Largo BC 9).

O Centro Desportivo tem sob sua responsabilidade as seguintes instalações:

- Centro Académico: onde se encontra uma sala para sede do Centro Desportivo, bem como um Centro de Fitness;
- Campus da ESTG: dois campos de jogos exteriores e balneários;
- Campus da ESE: um campo relvado sintético de futebol de 7.

O Centro de Fitness de Viana do Castelo é a estrutura responsável por assegurar atividades físicas com carácter contínuo e regular para a instituição, servindo alunos, funcionários, docentes e, através de protocolos, algumas associações desportivas bem como alguns externos à Comunidade IPVC.

No ano início de 2022, este serviço debateu-se com algumas dificuldades em aumentar o número de acessos e de inscritos no centro de fitness do Centro Desportivo do IPVC. A transição da pandemia do covid-19 e as sucessivas alterações regulamentares a que estiveram sujeitos os centros de fitness, tornou inevitável um arranque de ano mais modesto no que ao número de frequência de utentes diz respeito. No entanto, após o levantamento das restrições impostas até então, o número de acessos aumentou exponencialmente em relação ao ano transato. A figura 19 apresenta a frequência de utentes no CD no ano de 2022.

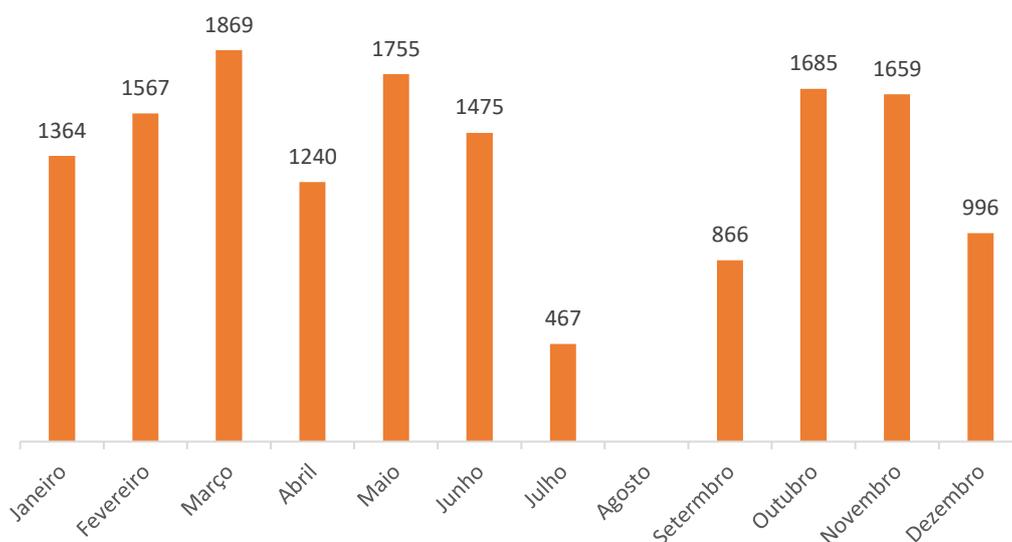


Figura 19 – Frequência de utentes no Centro Desportivo no ano de 2022.

Todavia, os valores apresentados são superiores ao ano de 2021. Neste sentido, a com a figura 20 verifica-se a evolução do número de acessos dos últimos 8 anos.

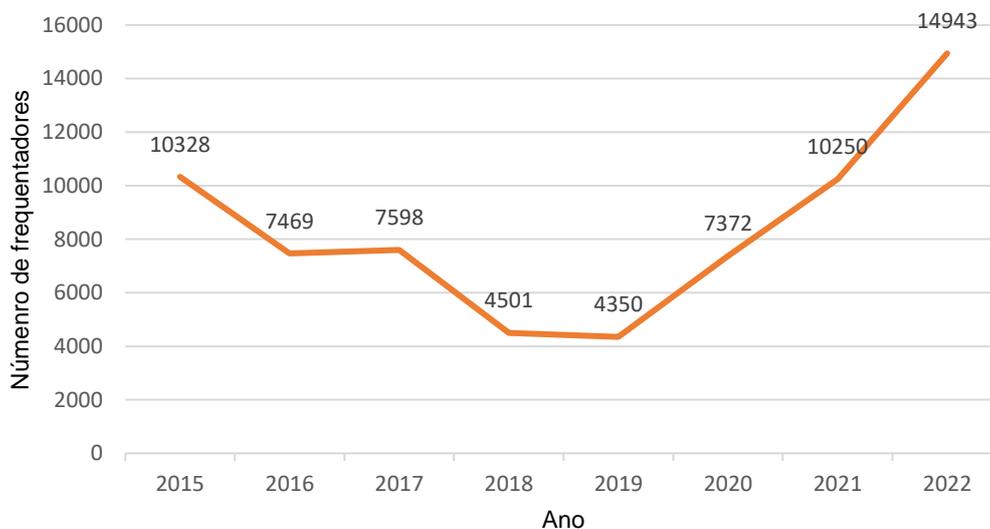


Figura 20 – Evolução do número de acessos ao centro de fitness, entre os anos de 2015 e 2022.

Durante o ano de 2022 foram desenvolvidas várias atividades pelo Centro Desportivo. Assim, enumeram-se se seguida todas as atividades realizadas.

- Participação em vários Campeonatos Nacionais Universitários promovidos pela FADU;
- Dinamização de treinos regulares de várias modalidades (11 modalidades) com o intuito de participação em Campeonatos Nacionais Universitários promovidos pela FADU;
- Centro de Fitness do Centro Desportivo do IPVC;
- Ginástica Laboral para os funcionários IPVC;
- Produção de diversos vídeos de atividade física para incentivo ao exercício em casa durante o confinamento decretado por causa da pandemia do covid-19;
- Colaboração com a Áshrama Viana do Castelo - Centro de Yoga;
- Colaboração com a Associação de Atletismo de Viana do Castelo;
- Colaboração com a Associação de Judo do Distrito de Viana do Castelo;
- Colaboração com a Associação de Natação do Minho;
- Colaboração com a Associação de Ténis de Mesa de Viana do Castelo;
- Colaboração com a Associação Viana Academia Futfênix;
- Colaboração com o Centro de Atletismo de Mazarefes;
- Colaboração com o Clube de Atletismo Olímpico Vianense;
- Colaboração com o Clube de Basquete de Viana;
- Colaboração com a Sociedade de Tiro de Viana do Castelo;
- Colaboração com o Viana Natação Clube;
- Colaboração com o Volei Clube de Viana;
- Colaboração com a Associação Desportiva e Cultural de Perre;

2.2.3.1. Academia Júnior

A edição da Academia Júnior de 2022 contou com 1600 participações ao longo de 4 semanas de funcionamento. As atividades foram dinamizadas em várias escolas do IPVC.

Cooperaram com a academia júnior aproximadamente 50 docentes e funcionários da Escola Superior de Educação do IPVC, Escola Superior de Tecnologia e Gestão do IPVC, Escola superior de Saúde do IPVC e Escola Superior Agrária do IPVC, assim como 5 monitores do centro de fitness do Centro Desportivo de IPVC, 2 funcionários da Oficina Cultural do IPVC e 1 enfermeira do Gabinete de Saúde do IPVC.

Foram realizadas diversas atividades, coordenadas pelo diretor técnico da Academia júnior, tais como:

- Água, Plantas e Árvores
- Aprender Saúde a brincar
- Brinquedos Ópticos
- Colagens | Gravura verde
- Construir uma tabela periódica
- Desenho
- Fitness Kids
- Gincana de raças autóctones
- Jardim dos Sentidos
- Jogos de Cálculo Mental | Coloração de Mapas
- Jogos na Natureza
- Mistérios que a ciência explica
- Modalidades Alternativas
- Modelação em Barro
- Música em Ação
- Oficina de Programação Criativa
- Os 5 sentidos e as bolachas | Aprender o processo produtivo da manteiga
- Pelos Jardins da Matemática
- Percurso de Descoberta do Jardim da ESA-IPVC | Comedouros para passáros
- Quebra-Cabeças | Os Edifícios não se Medem aos Palmos
- Ser Feliz com o nosso Cão Feliz
- Simulação em Saúde
- Tosquia de Ovelhas
- Viver em Português
- Workshop de Design de Produtos e Impressão 3D (parte 1)
- Workshop de Design de Produtos e Impressão 3D (parte 2)
- Yoga no Mosteiro

Os recursos humanos que o Centro Desportivo dispõe é de 6 colaboradores na modalidade de prestadores de serviços, sendo que um deles assume a função de diretor técnico e é responsável pela coordenação dos restantes.

Verifica-se que nos últimos cinco anos o nível de satisfação dos utentes permanece entre os 3,6 e os 4,1. No ano de 2022 este nível de satisfação pautou-se por 4,0, numa escala de 1 a 5, conforme se verifica na seguinte tabela:

Tabela 27 – Grau de satisfação de utentes utilizadores do centro desportivo

Ano	Nº. De colaboradores	Grau de satisfação
2018	9	3,8
2019	9	3,6
2020	9	3,8
2021	6	4,1
2022	6	4,0

Após análise global dos parâmetros relativamente aos serviços prestados pelo Centro Desportivo, concluiu-se que 97,7% dos inquiridos estão satisfeitos.

Se verificarmos parâmetro a parâmetro, os que apresentam menor grau de satisfação são:

- Centro de Fitness – balneários com 3,3;
- Centro de Fitness – sala de musculação com 3,3;
- Centro de Fitness – sala de cárdio-fitness com 3,3;
- Centro de Fitness – limpeza com 3,3;
- Desporto Universitário de Competição – preços praticados com 3,2.

Os que apresentam maior grau de satisfação são:

- Centro de Fitness - técnicos das aulas de grupo - competência e simpatia com 4,6;
- Centro de Fitness - técnicos da sala de cárdio e musculação - competência e simpatia com 4,4;
- Centro de Fitness – técnicos da receção - competência e simpatia com 4,4;
- Centro de Fitness – rigor e clareza das informações prestadas com 4,3;
- Desporto Universitário de Competição – treinador da modalidade, competência e simpatia com 4,2;
- Desporto Universitário de Competição – modalidades oferecidas com treinos regulares com 4,2.

Tendo em conta os resultados das respostas do inquérito de avaliação de satisfação dos serviços prestados pelo Centro Desportivo do IPVC, podemos concluir que os utentes inquiridos se encontram globalmente satisfeitos, valorizando a competência, fiabilidade, empenho, rigor, clareza, simpatia, cortesia, como também o tempo de resposta às solicitações.

Em termos gerais e em forma de conclusão, podemos dizer que os nossos alunos de certa forma estão satisfeitos pelos serviços prestados pelo Centro Desportivo do IPVC sediado no SAS-IPVC.



OFICINA CULTURAL

CULTURAL WORKSHOPS



ipvc sas

Serviços de
Ação Social

3

Exposições
organizadas

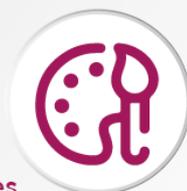


ipvc sas

Serviços de
Ação Social

4,1

Grau de
satisfação utentes



ipvc sas

Serviços de
Ação Social

3

Exposições
externas apoiadas



ipvc.pt/sas/

2.2.4. Oficina Cultural

A oficina cultural é uma estrutura que visa fomentar o desenvolvimento de atividades de índole artística e cultural no IPVC, orientadas para a promoção da educação artística, não só ao nível dos alunos do IPVC, mas também das crianças e jovens da região e comunidade em geral, numa perspetiva de aproximação entre os alunos e antigos alunos da instituição com esta comunidade, conforme consta do Regulamento criado no ano de 2015.

Além disso, a Oficina Cultural do IPVC é um espaço que fomenta a criatividade e o desenvolvimento de talentos, permitindo que as pessoas explorem suas habilidades artísticas e sejam incentivadas a expressar-se livremente. Essa liberdade de expressão é essencial para a formação de indivíduos críticos e conscientes, capazes de entender e apreciar as diferenças culturais e valorizar a diversidade.

As atividades culturais promovidas pela Oficina Cultural servem como um meio para que pessoas de diferentes origens e contextos sociais se encontrem e se relacionem, criando um ambiente de convivência e respeito mútuo. Esse ambiente é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

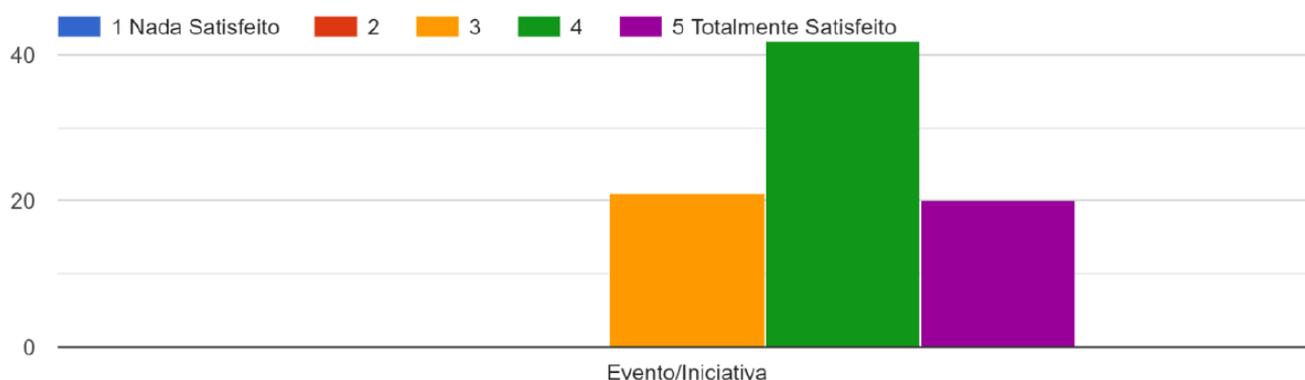
No decorrer do ano de 2022, foram realizadas três exposições na Oficina Cultural:

A exposição de Mário Rocha, intitulada "Pedacos de Silêncio" que esteve em exibição de 06 de abril a 06 de junho de 2022, foi uma oportunidade para apreciar as obras deste artista, conhecido por suas pinturas de paisagens naturais.

O artista Mário Rocha explorou o conceito de natureza e paisagem em suas obras, demonstrando a beleza e a simplicidade da natureza da Serra D'Arga.

As obras de Mário Rocha são conhecidas por sua abordagem contemplativa e poética, que convida o espectador a refletir sobre questões existenciais e emocionais. A exposição "Pedacos de Silêncio" não foi exceção, exibindo um conjunto de trabalhos que exploraram a sensação de paz e introspeção por meio de uma variedade de técnicas e materiais.

Exposição "Pedacos de Silêncio" do artista Mário Rocha (7 janeiro a 30 de maio):



(21 – 42 – 20)

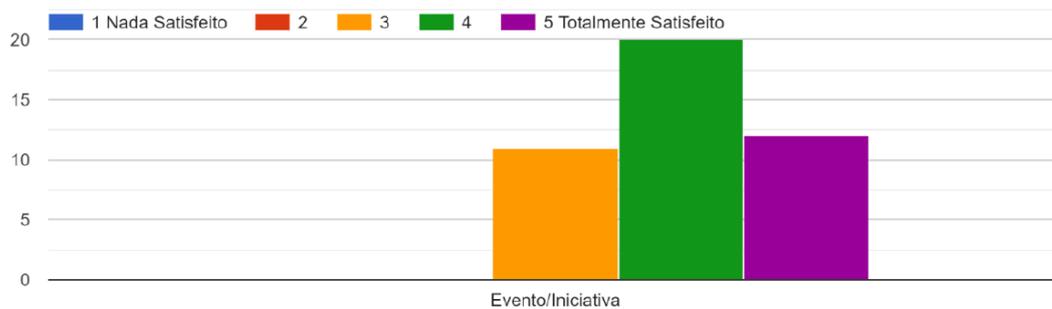
Grau de satisfação: 4

Figura 21 – Avaliação da satisfação Exposição "Pedacos de Silêncio" do artista Mário Rocha.

A exposição "AGRIDOCE" apresenta obras criadas pelos alunos finalistas do curso de Artes Plásticas e Tecnologias Artísticas. Apresentação decorreu do dia 06 de abril ao dia 06 de junho de 2023 e apresentará trabalhos em diferentes áreas, como pintura, desenho, escultura, instalação e arte digital.

O nome "AGRIDOCE" sugere a presença de elementos contrastantes e contraditórios nas obras expostas, que podem explorar temas como o conflito, a dualidade, a ambiguidade e a tensão. Além disso, a exposição também pretende refletir sobre a relação entre arte e tecnologia e como essas áreas podem se complementar e influenciar mutuamente.

Exposição "Agridoce" do Curso de Artes Plásticas e Tecnologias Artísticas do IPVC (Alunos Finalistas) 2022 (06 julho – 13 setembro):



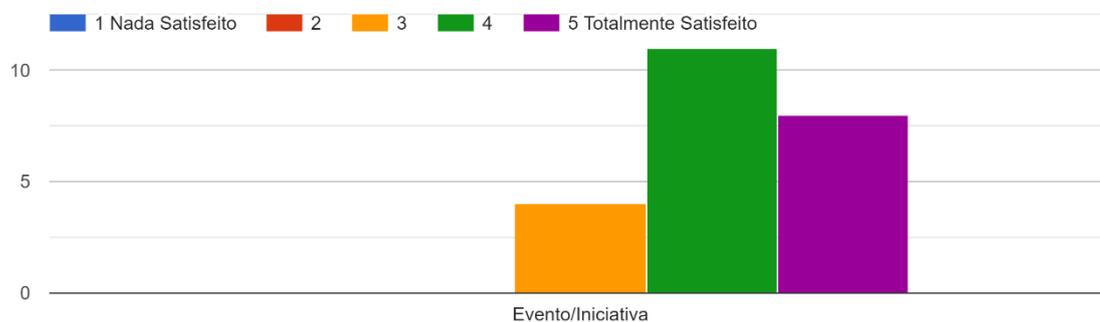
(11 – 20 -12)

Grau de satisfação: 4,0

Figura 22 – Avaliação da satisfação Exposição "Agridoce" do Curso de Artes Plásticas e Tecnologias Artísticas do IPVC.

A exposição do artista Arnaldo Alves, intitulada "Acaso Diverso" que decorreu entre 02 de novembro e 30 de dezembro de 2022, sendo uma amostra que apresentou um conjunto de trabalhos em cerâmica, que retrataram de forma singular a sua obra.

Exposição "Acaso Diverso" do Artista Arnaldo Alves (2 novembro – 30 dezembro)



(4 – 11 - 8) Grau de satisfação: 4,2

Figura 23 – Avaliação da satisfação Exposição "Acaso Diverso" do Artista Arnaldo Alves.

A oficina Cultural coorganizou a Arte na Leira na Serra D'Arga, foi um evento que aconteceu entre os dias 23 de julho a 21 de agosto de 2022. A Arte na Leira foi uma oportunidade única para vivenciar a arte e a natureza de forma integrada e enriquecedora. Além de promover a cultura e a arte na região, o evento também contribuiu para o fortalecimento entre as instituições e para o desenvolvimento de uma consciência mais ampla e responsável em relação ao meio ambiente e à preservação da natureza.

Apoiar exposições externas ao espaço da Oficina Cultural é uma iniciativa para promover a arte e a cultura em diferentes locais e públicos. Essa ação pode ser realizada por meio de parcerias com instituições e espaços culturais, como galerias de arte, museus, centros culturais e outras organizações que compartilhem dos mesmos objetivos de disseminar a cultura e a arte.

A Oficina Cultural apoiou a exposição de Cabral Pinto, intitulada "Olhar O Tempo no Futuro que passa" que decorreu entre os dias 09 de novembro a 16 de dezembro. Esta exposição do artista Cabral Pinto foi uma oportunidade para a comunidade conhecer e apreciar a obra de um artista com grande expressão e relevância no cenário da arte contemporânea. As obras apresentadas foram um conjunto de trabalhos em diferentes áreas, como pinturas, desenhos e esculturas, que refletiram a linguagem poética e a sensibilidade do artista.

A exposição da artista Claire Maca decorreu entre os dias 09 de abril a 07 de maio de 2022, e apresentou um conjunto de obras de pintura e escultura. As obras expostas foram uma oportunidade para o público apreciar a produção artística de uma artista Belga. A exposição decorreu no Porto, na Associação Cultural Macaréu com apoio da Oficina Cultural na montagem.

Estas exposições e ações externas são um exemplo do compromisso da Oficina Cultural do IPVC em promover a arte e a cultura, fomentando a criatividade e o desenvolvimento cultural e social da região. Com estas iniciativas, a Oficina Cultural do IPVC cumpre seu papel de incentivar a formação de uma sociedade mais crítica, consciente e inclusiva.

A avaliação da Oficina Cultural é efetuada tendo em conta a média da satisfação obtida nas três exposições realizadas no ano de 2022, sendo os valores cotados de 1 a 5.

A avaliação em termos globais do funcionamento da Oficina Cultural foi positiva, com um grau total de satisfação de 4,1 (Este valor provém da média das 3 exposições realizadas no espaço da Oficina Cultural).



SAÚDE E BEM-ESTAR
WELLBEING

**SAÚDE E
BEM-ESTAR**
WELLBEING



ipvc sas
Serviços de
Ação Social

189
Consultas
Psicologia



ipvc sas
Serviços de
Ação Social

732
Consultas
Enfermagem



ipvc.pt/sas/

2.2.5. Gabinete de Saúde

O Gabinete de Saúde constitui um espaço inovador, que funciona no Centro Académico dos SAS do IPVC, com o propósito maior de promover a saúde, a qualidade de vida e o bem-estar da Comunidade Académica do IPVC, a ser tomado como um contributo importante para o desenvolvimento, realização e sucesso de todos os seus membros.

Como principal missão, este Gabinete, orientado para os estilos de vida saudáveis, pretende proporcionar a possibilidade de acesso a serviços de saúde de forma gratuita, com o intuito de contribuir para a promoção da saúde (física, mental e social) e bem-estar de todos/as os/as estudantes e colaboradores/as (docentes e não docentes), oferecendo um conjunto de serviços de saúde especializados e orientando projetos de intervenção, em parceria com outras entidades do distrito de Viana do Castelo.

Com a prestação de cuidados de saúde primários e promoção de estilos de vida saudáveis e prevenção da doença, o Gabinete de Saúde e Bem-Estar pretende que a experiência no Ensino Superior seja o mais saudável e positivo, de forma a proporcionar aos estudantes as melhores condições de estudo e de vida académica, mediante a prestação de serviços e a concessão de apoios, de acordo com as suas necessidades e preferências. Promove, ainda, a literacia em saúde, enquanto prioridade atual de Saúde Pública, na Promoção da Saúde Mental Positiva (SM+) e na prevenção de perturbações mental.

Integra, atualmente, duas valências especializadas de consulta: Psicologia e Enfermagem, para além de todo um corpo de estratégias de intervenção mais alargado em parceria com outras entidades promotoras da saúde no distrito, como campanhas de sensibilização, formação de pares voluntários, intervenção em contexto recreativo, entre outras. Ainda, na Escola Superior de Saúde do IPVC existe uma Unidade de Intervenção em Saúde, com consultas de terapia sistémica, acupuntura, medicina tradicional chinesa, reflexologia, relaxamento e meditação.

Serviço de Psicologia

O Serviço de Psicologia disponibiliza consultas no âmbito do aconselhamento psicológico, apoio psicopedagógico e rendimento académico, desenvolvimento interpessoal e orientação vocacional. Ainda, dinamiza momento de formação e espaços para grupos de reflexão sobre várias temáticas da saúde e sucesso académico e participando em projetos mais abrangentes do Gabinete de Saúde e outras unidades da instituição. Também está envolvido numa rede de parceiros promotores da saúde estratégicos no concelho, sendo desenvolvidos projetos interventivos para a população académica (como a redução de riscos no consumo de substâncias e a prevenção do VIH/SIDA no ensino superior). No ano de 2022 foram efetuados 189 atendimentos.

Neste mesmo ano, para além das consultas acima referidas, foram desenvolvidas outras atividades pelo serviço de Psicologia, em parceria com as Escolas do IPVC e entidades externas nomeadamente:

- Informativos sobre temáticas em saúde;
- Reuniões com docentes;

Serviço de Enfermagem

Com este serviço pretende-se que toda a Comunidade Académica tenha a oportunidade de aceder, de forma gratuita, a cuidados de Enfermagem, que englobam consultas curativas (tratamentos, pensos, administração de injetáveis, ...), consultas preventivas e de vigilância da saúde (avaliação e controlo de tensão arterial, níveis de glicemia, níveis de colesterol, níveis nutricionais, exame rápido à urina, vigilância de saúde reprodutiva e sexual, avaliação de hábitos etílicos, ...) e sessões educativas (sessões de educação para a saúde, com o intuito de prevenir maus hábitos e promover a saúde).

Além desta vertente de cuidados individualizados, também é da responsabilidade do Serviço de Enfermagem, a organização e planeamento de campanhas de promoção da saúde comunitária, educação para a saúde e prevenção da doença (como rastreios da hipertensão arterial, colesterol, diabetes, tabagismo e obesidade e doenças sexualmente transmissíveis).

No ano de 2022 foram realizados 732 atendimentos.

Para além dos atendimentos acima referidos, no ano de 2022, o serviço de Enfermagem teve intervenções nos seguintes âmbitos:

- Formação à Comunidade nos mais variados âmbitos da saúde;
- Acompanhamento de estudantes com necessidade de apoio de emergência;
- Gestão de exames desportivos;
- Integração e dinamização de semana UBUNTU;
- Gestão do serviço de medicina no trabalho (planeamento, agendamento, acompanhamento e encaminhamento);
- Sessões de yoga no IPVC;
- Ação de sensibilização sobre Epilepsia;
- Ação de sensibilização sobre Paralisia Cerebral;
- Gestão do processo de recolha de resíduos hospitalares;
- Gestão de acidentes em serviço e doenças profissionais;
- Intervenção na avaliação de postos de trabalho e implementação de medidas preventivas e de redução de risco;
- Acompanhamento dos casos de Estudantes com Necessidades Educativas Especiais (ENEE);
- Prevenção VIH no Ensino Superior;
- Intervenção no Projeto de Ginástica Laboral, em parceria com o Centro Desportivo;
- Gestão da caixa de primeiros socorros;
- Campanhas informativas;
- Participação ativa na prevenção da infeção SARS-CoV-2 (covid-19: realização de testes covid-19);
- Promoção de campanhas de dádiva de sangue;
- Eventos académicos em parceria com a FA;
- Celebração de dias alusivos a temáticas de saúde
- Testagem COVID-19 à Comunidade Académica;
- Academia Júnior.



APOIO ALUNO
STUDENT SUPPORT

2.2.6. Gabinete de Apoio ao Aluno

O Gabinete de Apoio ao Aluno (GAA) é um serviço integrado SAS-IPVC, de suporte à atividade académica. Tem como finalidade a promoção do sucesso escolar e o combate ao abandono escolar, procurando promover um maior bem-estar ao estudante ao longo do seu trajeto na instituição, contribuindo para o fortalecimento da confiança na relação desta Instituição de Ensino Superior com os alunos.

O GAA zela pelos interesses dos alunos, garantindo que os seus problemas, pretensões, sugestões e opiniões sejam ouvidos e tenham o devido seguimento na estrutura do IPVC. Todos os problemas e sugestões, desde os mais pequenos, aos mais significativos, estão na esfera de atuação deste gabinete.

Os alunos poderão dirigir-se a este gabinete para obter esclarecimentos de dúvidas e obtenção de todo o tipo de informação útil para o seu percurso académico.

O GAA tem como missão preservar a confiança e satisfação dos Alunos, assegurando e encontrando as soluções mais adequadas, com rapidez e eficácia.

No âmbito das suas funções, o GAA avalia sugestões, ideias e pedidos de informação, garantindo o acompanhamento e a sua resolução, propondo soluções e procedimentos que contribuam para a melhoria da qualidade do serviço prestado e assegurando um nível elevado de satisfação dos Alunos. Tem como objetivos:

- Assegurar o atendimento presencial, telefónico e por e-mail;
- Garantir o encaminhamento para o apoio psicológico, psicopedagógico e orientação vocacional aos estudantes do IPVC;
- Dinamizar atividades do interesse dos estudantes, promotoras de sucesso académico;
- Desenvolver metodologias e programas de intervenção junto dos estudantes;
- Acompanhar e orientar os estudantes no sentido de facilitar o seu acesso a outros recursos e serviços do IPVC;
- Orientar os estudantes em assuntos relacionados com bolsas de estudo, alojamento, alimentação, gabinete de saúde, centro desportivo, bolsa de colaboradores, passes e seguros escolares, declarações de bolseiro, entre outros;
- Dinamizar outras atividades consideradas do interesse dos estudantes.

No intuito de tornar mais célere a comunicação/informação para os alunos o GAA no início do ano letivo de 2021, prestou um serviço presencial em todas as Escolas.

Foi criado um “canal aberto” permanente para todas as Unidades Orgânicas, permitido esclarecer qualquer dúvida por parte dos alunos ou funcionários e aproximar os Serviços de Ação Social dos alunos.



EMPREGO EMPLOYMENT



ipvc sas

Serviços de
Ação Social

283

Alunos registados
portal emprego



ipvc sas

Serviços de
Ação Social

177

Empresas
registadas



ipvc sas

Serviços de
Ação Social

7

Workshops



ipvc sas

Serviços de
Ação Social

1019

Participantes em
Workshops



ipvc.pt/sas/

2.2.7. Gabinete de Inserção na Vida Activa

O Gabinete de Emprego é uma estrutura integrada nos Serviços de Ação Social do IPVC que tem como objetivo facilitar a transição dos alunos do IPVC para o mercado de trabalho, bem como apoiar as empresas na divulgação/publicação de ofertas de emprego e estágios.

Para aceder às oportunidades de emprego e estágio, os alunos e antigos alunos do IPVC, bem como a comunidade em geral, podem utilizar o Portal do Emprego e seguir o facebook do Gabinete- do Aluno e o linkedin do Gabinete Emprego IPVC. Os interessados poderão aceder às ofertas disponibilizadas por empresas parceiras do IPVC, assim como às ofertas colocadas através das redes, permitindo desta forma tomar contacto com um elevado número de ofertas de emprego em Portugal e no estrangeiro.

Existe ainda um serviço de atendimento presencial e/ou telefónico do Gabinete de Emprego, a que todos os interessados podem recorrer, quer sejam empresas, quer sejam pessoas à procura de oportunidades de emprego, para obter aconselhamento ou esclarecer dúvidas.

Para além destes serviços, o Gabinete de Emprego organiza ainda workshops relacionados com a temática do empreendedorismo e empregabilidade, ajudando, desta forma, os alunos do IPVC a desenvolver competências importantes na transição para o mercado do trabalho.

A Feira de Emprego realiza-se anualmente, tem evoluído no seu conceito, dinâmica e abrangência de atividades, sendo atualmente mais do que um espaço com stands de empresas, incluindo ações relacionadas com o emprego, recrutamento e networking entre os alunos do IPVC e as empresas, tornando-se mais interativa e geradora de conhecimento.

Atualmente tem como principal objetivo reunir empresas nacionais e internacionais interessadas em divulgar ofertas de emprego/estágios e em recrutar estudantes, recém-graduados e alumni do IPVC.

No ano 2022 a feira de emprego realizou-se dia 3 e 4 de março, no dia 3 esteve aberta à comunidade das 10:00h às 20:00h e no dia 4 até aos 18:00 horas, possibilitando, desta forma, a visita a famílias que por questão de horário não conseguiam fazer. As empresas fizeram apresentações em palco, decorreram ações de formação orientadas para as estratégias na procura ativa de emprego, redes sociais e a medidas ativas de emprego para trabalhar na Europa, ou ter sucesso numa entrevista de emprego, estas ações foram transmitidas via streaming no canal do Youtube do IPVC

Em simultâneo esteve a decorrer o IPVC Feira Virtual, um espaço Online onde os candidatos poderiam contactar empresas registadas, e ter acesso às ofertas de emprego ou estágios disponíveis, as empresas.

O Portal de Emprego é uma plataforma online de apoio aos alunos /alumni do IPVC, onde as empresas e outras entidades empregadoras estão presentes com estágios e empregos.

Como podemos verificar nas tabelas que se seguem, o número de alunos registados no portal do emprego e o número de empresas/instituições têm vindo a aumentar significativamente desde 2016, sendo este um indicador demonstrativo da relevância deste gabinete para a comunidade académica e para a região.

A tabela 28 apresenta Evolução do número de alunos e do número de empresas registados no portal do emprego. Verifica-se que em 2022, o número de alunos registados no portal de emprego foi de 283. Este facto resulta de ter sido disponibilizada uma nova plataforma, que substituiu a anterior. De notar que a primeira foi desativada em meados de março e a nova só viria a ser implementada em meados de novembro de 2020. Relativamente às empresas verificou-se o registo de 177 em 2022. À semelhança do que aconteceu com os alunos, também as empresas são em número mais reduzido comparativamente ao ano de 2019. Todavia, convém reforçar que as diferenças verificadas se devem ao facto de ter entrado em funcionamento uma nova aplicação e esta não ter acumulado os registos da anterior.

Tabela 28 – Evolução do número de alunos e do número de empresas registados no portal do emprego.

	Nº. de alunos registados no portal do emprego	Nº. de empresas registadas no portal do emprego
2016	1 089	166
2017	1 739	298
2018	1 984	400
2019	2 194	491
2020	320	151
2021	189	106
2022	283	177

Workshops e eventos desenvolvidos no âmbito da empregabilidade no ano 2022

O Gabinete de Emprego levou a cabo a realização de vários workshops e seminários. Abaixo enumeramos alguns eventos:

Feiras de Emprego 2022

- 3 e 4 de março - Feira de emprego presencial
- 3 e 4 de março - Feira de Emprego Virtual

A tabela 29 apresenta os workshops presenciais que decorreram em 2022.

Tabela 29 – workshops 2022

designação	data	Local	Participantes
Como construir um CV	03/03/2022	Feira de Emprego	200
Soft Skills (saber estar)	03/03/2022	Feira de Emprego	200
LinkedIn e Redes Sociais	03/03/2022	Feira de Emprego	200
Medidas Ativas de Emprego	03/03/2022	Feira de Emprego	200
Trabalhar na Europa	03/03/2022	Feira de Emprego	200
pitch eficaz	13/12/2022	ESTG	10
Simulador de Entrevista	15/12/2022	ESA	9



**BUS
ACADÉMICO
MOBILITY**



ipvc sas
Serviços de
Ação Social

216
Passes mensais



ipvc sas
Serviços de
Ação Social

113
Utilizadores de
bilhetes diários



ipvc sas
Serviços de
Ação Social

16,50 - 44
Mensalidade
Passe Mensal

ipvc sas
Serviços de
Ação Social

74 736
Nº total de viagens
efetuadas por alunos



ipvc sas
Serviços de
Ação Social

0,72 - 5,72
Valor
Bilhetes Diários

ipvc sas
Serviços de
Ação Social

329
Utilizadores



ipvc.pt/sas/

2.2.8. Outros Serviços de Apoio ao Alunos: BUS Académico

O IPVC em conjunto com a Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, criou um serviço de transportes low-cost para os seus estudantes. Sendo este um projeto único que apresenta uma abordagem desenvolvida especificamente para este efeito, os primeiros sete anos foram marcados pela construção e desenvolvimento deste modelo de serviço de apoio social. Neste sentido, ao longo dos últimos sete anos foram introduzidas um conjunto de medidas para aumentar a adequação dos serviços às necessidades dos utilizadores, de forma a valorizar os diversos stakeholders.

Ainda assim, apesar destes constrangimentos, estes primeiros sete anos de funcionamento do projeto Bus in Alto Minho foram altamente positivos, não só pelos resultados conseguidos ao nível do número de utilizadores, mas principalmente, pelo seu impacto na promoção do acesso ao ensino superior, no combate ao abandono escolar e pela capacidade em estancar a natural mobilidade dos jovens do interior para o litoral, aspeto que apresenta uma grande relevância no atual contexto de evolução demográfica do Alto Minho.

De facto, este projeto tem permitido a muitos jovens proveniente de famílias com carências económicas aceder ao ensino superior e aumentar a probabilidade da sua permanência no IPVC. Foram diversos os comentários realizados por alunos utilizadores do Bus Académico, no âmbito do processo de avaliação de satisfação deste serviço, afirmando que se este serviço não estivesse disponível, não poderiam estudar no ensino superior, dado que as suas famílias não apresentam condições financeiras para suportar os custos associados ao facto de ter de viver fora do agregado familiar (a despesa média de um estudante que vive fora do agregado familiar é de, aproximadamente, 700€/mês, valor incomportável para muitas famílias, mesmo quando os alunos beneficiam de bolsa de estudo).

É um projeto de promoção de equidade no acesso ao ensino superior, de combate ao abandono escolar e, em última instância, de promoção da coesão social, uma vez que irá permitir, a médio e longo prazo, a mobilidade social de um importante número de pessoas. Os preços praticados variam entre os 16,50€ e os 44€, por mês, para o serviço de passe mensal, e entre os 0,72€ e os 5,72€, por viagem, para o serviço de bilhetes diários.

No ano letivo 2021/2022, utilizaram o serviço de passe mensal do Bus Académico um total de 216 pessoas. Para além dos utilizadores de passe mensal, 113 pessoas utilizaram o serviço de bilhete diário, pelo que o Serviço de Bus Académico foi utilizado ao longo do ano letivo por 329 pessoas diferentes.

Estes números superam largamente os objetivos inicialmente definidos e permitem comprovar de forma inequívoca a sua utilidade social.

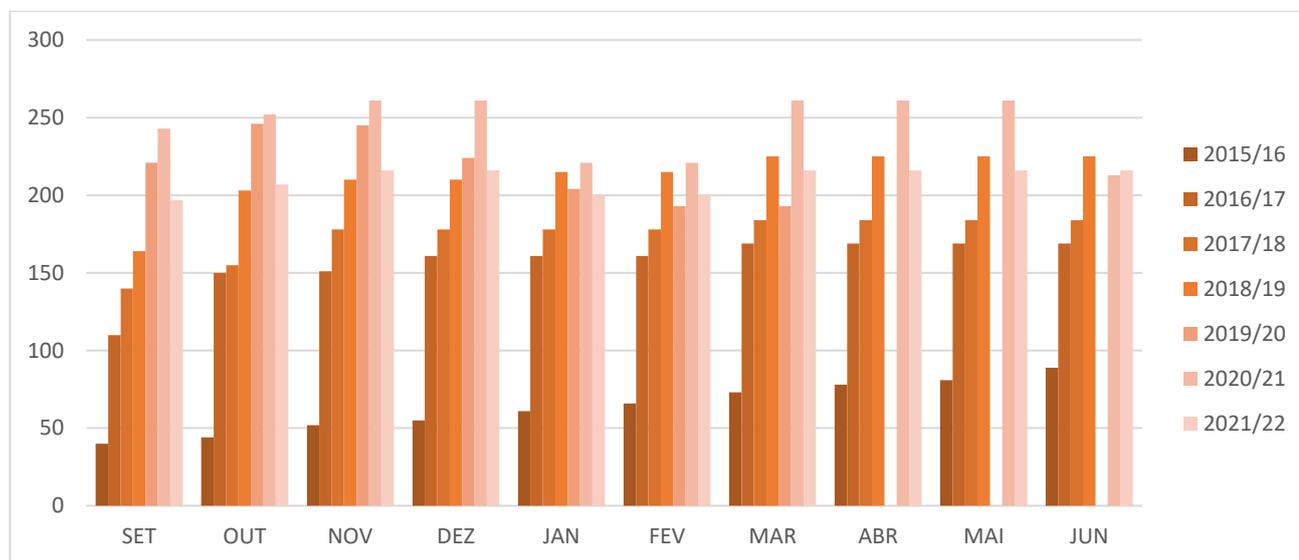


Figura 24 – Evolução do número de inscrições com passe mensal

Número de viagens efetuadas ao longo do ano letivo 2021/2022

Os dados apresentados mostram-nos que os autocarros do serviço do Bus Académico em 173 dia úteis transportaram em média, ao longo do ano letivo 2021/2022, 74 736 utilizadores com passe mensal e 319 com bilhete diário, perfazendo 75 055 no total.

Importa referir que o potencial máximo de utilização deste serviço encontra-se praticamente esgotado nas rotas principais, pelo que, um eventual crescimento no número de utilizadores só será possível nas rotas com menor utilização e através do alargamento do número de autocarros a circular.

Tabela 30 - viagens efetuadas ao longo do ano letivo 2021/2022

Percurso	Dias úteis	Nº. Passes mensais	Nº total de viagens efetuadas pelos alunos
Ida e Volta	173	216	74 736

2.2.9. Outros Serviços de Apoio ao Alunos: Mentoria de inter pares IPVC

A mentoria inter pares tem sido uma solução implementada por muitas instituições de ensino, tanto em território nacional como europeu, procurando estimular o apoio aos novos alunos na sua integração e sucesso académico através de outros alunos em níveis mais avançados de formação, num processo relacional dinâmico e bidirecional, pois facilita o desenvolvimento dos mentorados mas também dos mentores, envolvidos numa intervenção de proximidade e solidariedade pela construção de relações e de redes de apoio.

Neste sentido, também o IPVC valoriza e procura potenciar uma experiência positiva a todos os novos alunos e, no ano letivo 2018/19, foi implementada a primeira edição do projeto de mentoria inter pares, Mentoria IPVC, um dispositivo coordenado por uma equipa de orientadores, num processo colaborativo com a Federação Académica e Associações de Estudantes das Escolas, que assenta no apoio entre alunos (de alunos em níveis mais avançados de formação para os alunos que estão a chegar) para uma transição saudável para o ensino superior.

Espera-se um importante contributo deste projeto de mentoria para a integração dos novos alunos desde a sua chegada ao IPVC, no momento da inscrição, assim como uma redução no abandono e insucesso académico, pela identificação de situações

vulneráveis que possam beneficiar, rapidamente, de orientações a partir desta rede interna de apoio (pessoal, social e académico). Espera-se, ainda, além do desenvolvimento das potencialidades dos alunos e a promoção do seu sucesso/progresso académico, contribuir para promoção das suas competências relacionais e de resolução de problemas, assim como da responsabilidade, da participação e da autonomia, favorecendo uma maior consciência do novo papel de aluno do ensino superior e do seu envolvimento com a comunidade.

Esta primeira atividade interventiva contou com 25 mentores voluntários, com formação de 5 horas em mentoria, integração, comunicação e serviços de apoio que orientou todos os novos alunos em processo de matrícula nos SAS e ESCE.

No ano de 2019 estiveram abertas as inscrições, no período de junho a setembro, para os alunos interessados em participar nesta iniciativa dos SAS-IPVC, mas apenas uma estudante se inscreveu. Atendendo a que um dos principais objetivos destes mentores é acompanhar os alunos, na fase da matrícula, que ingressam pela primeira vez no Ensino Superior e estas decorrem num período ainda de pausa letiva não se verificou uma grande adesão. No próximo ano letivo os SAS-IPVC terão de fazer uma abordagem diferente para conseguir captar um número de voluntários significativo para esta iniciativa.

Em 2020 foi criado um Programa Cooperação Entre Pares contribuir para a promoção das competências de resolução de problemas, assumindo-se uma prática inovadora na identificação de situações vulneráveis que possam beneficiar do dispositivo de apoio no sentido de prevenir o abandono e o insucesso académico e garantir a equidade no acesso e sucesso de todos os estudantes das Unidades Orgânicas.

Em 2021 o Programa Cooperação Entre Pares estendeu-se a todas as Escolas do IPVC.

Os princípios orientadores são:

- RESPEITO: contribuir para a criação de redes relacionais igualitárias com o maior respeito pelo outro;
- EQUIDADE: ajustar as oportunidades de acesso e sucesso no Ensino Superior para uma maior equidade;
- ACEITAÇÃO: promover dinâmicas de convívio e partilha com total aceitação da individualidade/diferença;
- INCLUSÃO: assegurar um dispositivo de apoio entre pares que favoreça a inclusão (com sentimentos de bem-estar e pertença);
- SOLIDARIEDADE: consciencializar para a importância de práticas de integração solidárias, salientando a importância do envolvimento de toda a comunidade académica na relação com o outro (num exercício de cidadania);
- CONSCIÊNCIA: ter presente o impacto da qualidade dos relacionamentos interpessoais no processo de integração e sucesso dos estudantes;
- DESENVOLVIMENTO: promover potencialidades/competências dos estudantes para o sucesso/desenvolvimento pessoal, social e académico (com prevenção do insucesso e abandono).

Os estudantes, com mais de uma matrícula na instituição, podem participar como pares cooperantes através da inscrição no Programa Cooperação Entre Pares, disponibilizada aquando da apresentação do curso. Os estudantes do primeiro ano podem inscrever-se ao longo de todo o ano letivo. Não há um número limitado de vagas. A cessação da relação de cooperação pode ser decidida a qualquer momento, com informação por email ou presencial à coordenação do programa. O acompanhamento será assegurado através de encontros: entre pares e pares interventores/mediadores, pelo menos, de 2 em 2 meses; entre pares interventores/mediadores e docentes envolvidos na coordenação, pelo menos, trimestralmente; entre pares, pares interventores/mediadores e docentes envolvidos na coordenação, pelo menos, semestralmente.

O Reconhecimento Da Atividade De Par – Suplemento ao Diploma; é atribuído mediante a frequência obrigatória do curso formativo para cooperação entre pares; exercício da função de par durante, pelo menos, um ano letivo; participação nas reuniões/encontros do programa (pelo menos 70% de presenças); elaboração de relatório sobre a experiência como par (autoavaliação do processo e competências desenvolvidas, posicionamento crítico relativamente ao programa, reflexão sobre o processo de aprendizagem e desenvolvimento pessoal e académico).

Ano 2022 foram criados 2 projetos:

- 1- Projeto RES4ALL, focado na prevenção e na capacidade dos estudantes de avaliarem sinais de alerta sobre Saúde Mental, contribuindo assim para a construção de um discurso que faça efetivamente parte dos alunos(as).

O projeto tem duas linhas de intervenção:

1- O programa de Saúde Mental Positiva – Menti Plus+, no qual serão trabalhados os seis fatores/ dimensões da saúde mental Positiva (Satisfação Pessoal; Atitude Pró-Social; Autocontrolo; Autonomia; Resolução de Problemas e Auto atualização e as Competências de Relação Interpessoal.

2 – Campus Resiliente – Nesta linha de intervenção “pretende-se transformar o ambiente do Campus, tornando-o amigo da saúde mental dos estudantes, e, por isso, potenciador da resiliência”. A transformação irá incidir ao nível dos espaços físicos, na criação de recursos digitais e na realização de atividades positivas.

No âmbito da criação de recursos digitais o grupo de trabalho propõe, entre outras, a criação de um “Resiliometro”, que ficará alojado no site institucional dos serviços de ação social do Politécnico de Viana do Castelo, ficando acessível a todos os estudantes.

O projeto contempla ainda a realização de um conjunto de ações transversais às seis escolas interligando a projetos já existentes na instituição, como é o caso do projeto INPEC+ - Academias Gulbenkian do Conhecimento, das Escolas transformadoras, da Escola Inclusiva, do projeto emocionalmente Sub 25, entre outros internos e externos.

- 2- Foi implementado a Academia UBUNTU no IPVC com o apoio do IPAV, este projeto é orientado para a capacitação dos estudantes, professores, funcionários com elevado potencial de liderança, provenientes de meios desafiantes ou que neles queiram trabalhar. Pretende-se acompanhar, facilitar, enriquecer e consolidar

o desenvolvimento de cada participante enquanto líder ao serviço da comunidade, promovendo competências humanas e técnicas relevantes para o seu percurso de vida.

Estes “líderes” dinamizam atividades com grupos de estudantes de forma a haver uma partilha contínua baseada no desenvolvimento de cinco pilares centrais – Autoconhecimento, Autoconfiança, Resiliência, Empatia e Serviço – e também na promoção da ética do cuidado, da construção de pontes e da liderança servidora.

Durante uma semana os novos alunos foram acolhidos com o objetivo de partilharem experiências e criar uma rede de conhecimentos, para se sentirem integrados na academia.



**ASSOCIATIVISMO
ACADÉMICO**
ACADEMIC ASSOCIATIONS

ASSOCIATIVISMO ACADÉMICO

ACADEMIC ASSOCIATIONS



ipvc sas
Serviços de
Ação Social

3

Associações
académicas apoiadas



53 916,45
Apoios Atribuídos

ipvc sas
Serviços de
Ação Social

ipvc.pt/sas/

2.3. Apoio ao Associativismo e Grupos Académicos

Assumindo-se cada vez mais, como um parceiro social de corpo inteiro, o movimento associativo tem concorrido de forma determinante, para a coesão institucional com base numa participação cívica cada vez mais efetiva, em relação às políticas públicas de ensino superior, ao nível da oferta formativa, da qualidade e avaliação, do financiamento, da ação social escolar, da investigação, da inovação, da internacionalização, da dinamização cultural, recreativa e desportiva das academias.

O IPVC através dos SAS contribuem com a Federação Académica, as Associações Académicas e as Tunas com o objetivo de apoiar o associativismo estudantil que merece uma atenção pelo seu significado e alcance social, no contexto da vida interna do IPVC, como forma de potenciar o ambiente académico entre a população estudantil e, ainda, promover o desenvolvimento de atividades de carácter social, cultural, desportivas, recreação, formação e empreendedorismo, visando o alcance da plenitude das competências do IPVC no espaço do ensino superior português.

Este apoio concretiza-se através de apoios monetários diretos, através da atribuição de refeições ou serviços de catering, através de disponibilização das residências para pernoitar também através da disponibilização de espaços para ensaios e de espaços para as sedes dos grupos.

Em 2022, foram atribuídos os seguintes apoios:

Tabela 31 – Apoios atribuídos a associações académicas

Associação	Atividade desenvolvida	Apoio financeiro
Federação Académica do IPVC	Apoio para participação no CNU de Atletismo pista coberta	339,00 €
Federação Académica do IPVC	Apoio para participação no CNU Futsal Feminino 1ª Jornada	1 195,00 €
Federação Académica do IPVC	Apoio para participação no CNU Basquetebol Masculino 1ª Jornada.	1 012,00 €
Federação Académica do IPVC	Apoio para participação no CNU Futsal Masculino 2ª Jornada.	1 566,00 €
Associação de Estudantes da ESTG	Apoio pagamento coima ACT	2 040,00 €
Federação Académica do IPVC	Apoio para participação no CNU Basquetebol Masculino 2ª Jornada.	1 864,00 €
Federação Académica do IPVC	Apoio para participação no CNU Futsal Feminino 2ª Jornada.	1 750,00 €
Federação Académica do IPVC	Apoio plano atividades Federação Académica	35 000,00 €
Federação Académica do IPVC	Apoio para participação no CNU REMO	440,00 €
Federação Académica do IPVC	Apoio para participação no CNU Atletismo Ar Livre	1 237,00 €
Hinoportuna - Tuna Académica do I.P.V.C.	Apoio para a realização do Lethes	5 120,45 €
Federação Académica do IPVC	Apoio para participação no CNU Atletismo Ar Livre	425,00 €
Joana Raquel Teixeira Morgado	Apoio para participação no CNU FADU de Judo.	128,00 €
Rui António Gomes de Mendonça	Apoio para participação no CNU FADU de Karting.	50,00 €
	TOTAL	52 166,45 €

Capítulo II – Contas

1. Prestação de Contas



1.1. Nota introdutória

A preparação das demonstrações e análises orçamentais, económicas e financeiras e de gestão foram baseadas nos normativos legais em vigor, incluindo o SNC-AP que abrange os subsistemas de contabilidade orçamental, financeira e de gestão, bem como instruções da Comissão de Normalização Contabilística, UniLEO e Tribunal de Contas, o Decreto-Lei de Execução Orçamental e a Lei do Orçamento do Estado.

O objetivo desta análise é apresentar de forma comparativa e analítica a informação orçamental e financeira contida nos mapas de prestação de contas, complementando as Demonstrações Orçamentais, conforme a Norma de Contabilidade Pública (NCP), com as Demonstrações Financeiras presentes na NCP 1, relativamente aos Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Viana do Castelo.

Nos pontos que se seguem, apresentam-se informações relacionadas com os dois subsistemas da contabilidade (financeira e orçamental), de forma a permitir a tomada de decisão, reforçando a transparência das contas públicas e a aplicação dos recursos públicos, promovendo práticas de responsabilidade dentro da Administração Pública.

1.2. Factos Mais Relevantes

No ano de 2022 os factos mais relevantes estiveram associados à implementação de dois novos softwares: o Software de Contabilidade e Recursos Humanos (Software Primavera) e a Plataforma SASocial. A nível de atividade operacional destacam-se os esforços para o aumento da capacidade de alojamento em Melgaço e Arcos de Valdevez.

1.2.1. Software de Contabilidade e Recursos Humanos - Software Primavera

Em 2022 foi implementando um novo software em toda a área financeira do IPVC e dos SAS-IPVC e Recursos Humanos (software Primavera), sendo esta uma alteração crítica e com grande impacto em toda a Instituição.

A implementação de um novo software de contabilidade pode trazer muitas vantagens para a Instituição, com vista a otimizar a gestão financeira. Sendo a contabilidade um setor fundamental para qualquer área de atuação, é importante garantir que a sua gestão seja eficiente e precisa.

Uma das principais vantagens da implementação de um novo software de contabilidade é a automatização de processos. Com a utilização de tecnologia atualizada, o software é capaz de processar dados com maior rapidez e precisão do que os métodos manuais tradicionais. Isso permite que a Instituição rentabilize tempo e consequentemente dinheiro, além de reduzir os erros humanos. Neste sentido, aumenta a capacidade de análise mais detalhada com recursos a relatórios e indicadores criados de encontro às necessidades e estratégia definidas, permitindo acesso a informações em tempo real, possibilitando tomada de decisões informadas com vista ao alcance dos objetivos.

Contudo, existiu um elevado risco na implementação, pois foram reconhecidas várias dificuldades. Uma das mais desafiantes é a resistência à mudança por parte dos trabalhadores, que muitas vezes estão habituados a utilizar os métodos tradicionais de contabilidade. De forma a ultrapassar esta situação foram desencadeadas várias ações de formação/ sensibilização, bem como um acompanhamento personalizado dos trabalhadores. Outro desafio é a integração do novo software com os sistemas já existentes na Instituição. É necessário garantir que a nova solução possa trabalhar em conjunto com outros softwares e que a transferência de dados ocorra de forma segura e eficiente. A falta de compatibilidade entre sistemas pode levar a erros e atrasos na análise contabilística.

Ainda de realçar a necessidade de esforço acrescido, pois para garantir toda esta implementação foram realizadas mais de 260 horas de reuniões com os consultores do software Primavera, para garantir todas as parametrizações e requisitos necessários específicos dos SAS-IPVC. Neste aspeto é importante destacar a importância da escolha do *softwarehouse*, pois a escolha de um parceiro de confiança pode aumentar as probabilidades de uma implementação bem-sucedida e que os benefícios sejam usufruídos de forma mais eficiente.

Em suma, a implementação de um novo software de contabilidade trouxe várias vantagens para a Instituição, desde a automatização de processos até a geração de relatórios mais precisos e detalhados. No entanto, é importante estar preparado para enfrentar os desafios da mudança, dispor dos recursos necessários com o intuito de garantir uma implementação bem-sucedida.

1.2.2. Plataforma SASocial

No ano de 2022 entrou em total funcionamento a plataforma SASocial. Este novo projeto resultou de um trabalho colaborativo entre oito Instituições de Ensino Superior Politécnico e tem como objetivo a centralização de todos os serviços oferecidos pelos Serviços de Ação Social (SAS) de cada instituição num só canal digital facilitando o acesso aos apoios e serviços por parte dos alunos.

Os Serviços de Ação Social estão alinhados com este objetivo, disponibilizando, através deste projeto, o acesso a um leque de serviços digitais suportados nas mais recentes tecnologias, com ganhos de comodidade e rapidez para a comunidade académica, tornando, assim, mais fácil aos estudantes aceder aos serviços e apoios disponibilizados pelos SAS

A plataforma SASocial é uma solução tecnológica, multiplataforma, baseada nas mais recentes evoluções da engenharia de software e de desenho de serviços digitais centrada, desde a sua génese, nas necessidades dos alunos e na simplificação e melhoria no acesso aos serviços de apoio aos alunos. Toda a interação dos SAS com os alunos passa a ser efetuada através da plataforma SASocial.

Através desta plataforma, os alunos têm já acesso:

- ofertas de alojamento nas instalações do SAS, podendo encontrar fotografias dos alojamentos e várias informações, nomeadamente, uma breve descrição, preços, comodidades, localização e contactos;
- os serviços de alimentação em todas as cantinas do SAS, podendo consultar a ementa diária através de fotografias e descrição, preços, alergénios associados, bem como adquirir a refeição antecipadamente;
- informação relacionada com a Bolsa de Colaboradores, um apoio social que funciona através da participação dos estudantes em atividades do SAS adequadas e pela atribuição de um apoio monetário proporcional ao número de horas prestadas pelo estudante; o acesso ao serviço;
- requisição de bicicletas do programa U-bike;
- participação em ações de voluntariado;
- marcação de consultas no gabinete de saúde;
- reserva de bilhetes para o serviço de Bus Académico;
- informação de conta corrente (faturas, pagamentos efetuados, saldo disponível).

Por outro lado, estão associadas operações de *BackOffice* que tem o objetivo de aumentar a eficiência dos serviços prestados:

- Alojamento: alocação de quartos, manutenção, entre outros;
- Alimentação: gestão de stocks, relatórios de vendas, números de refeições, entre outros;
- Voluntariado: disponibilização de ações;
- Comunicação interna;
- Gestão de energia.

É uma plataforma dinâmica que pretende continuar a evoluir para ir de encontro às necessidades da comunidade académica.

Tal como anteriormente referido, a plataforma SASocial é o resultado de uma candidatura dos SAS-IPVC juntamente com mais oito Instituições de Ensino Superior Politécnico, e que foi financiada pelo Programa SAMA de modernização administrativa. Desde 2017 que foi desenvolvida internamente, com co-financiamento europeu, sendo reconhecido contabilisticamente como um ativo fixo em curso, no início de 2022 com a entrada em produção da plataforma o mesmo foi reconhecido como um Ativo Intangível.

1.2.3. Aumento da capacidade de alojamento em Melgaço e Arcos de Valdevez

No final do ano de 2021 foi assinado um protocolo entre a Movijovem (Mobilidade Juvenil, Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada), Município de Melgaço e SAS-IPVC, com a conceção da exploração direta da Pousada Juventude de Melgaço aos SAS-IPVC, com efeitos a partir de janeiro de 2022. Esta nova unidade de alojamento permitiu o aumento da capacidade em 58 camas.

Este protocolo permitiu alargar substancialmente a oferta de alojamento aos alunos afetos à Escola Superior de Desporto e Lazer localizada no município de Melgaço. Nesta sequência, foram transmitidos para os SAS-IPVC os vínculos laborais de todos os trabalhadores afetos à Pousada da Juventude de Melgaço (total e seis trabalhadores), durante a vigência do Protocolo, aplicando

o acordo de trabalho da Empresa Movijovem. O impacto deste protocolo no orçamento dos SAS foi em 2022 de cerca de 125 000,00 €.

No mesmo sentido, no final do ano de 2022, foi assinado um protocolo de colaboração entre o Município de Arcos de Valdevez e os SAS-IPVC para a implementação de uma residência de estudantes com capacidade para 15 camas, com gestão direta dos SAS-IPVC. Tal como em Melgaço, este protocolo tem o objetivo de mitigar as necessidades de alojamento dos alunos afetos ao polo da ESTG a funcionar nos Arcos de Valdevez.

1.3. Análise Orçamental

Este relatório apresenta uma análise do desempenho orçamental, económico e financeiro dos SAS relativo ao ano de 2022 e visa evidenciar os principais acontecimentos e atividades relevantes ocorridas no período. Pretende analisar a situação económica relativa ao exercício e demonstrar a situação financeira através da análise de alguns indicadores de gestão financeira e orçamental.

A prestação de contas é feita nos termos previstos no SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, conjugado com a resolução n.º 6/2022 Prestação de contas relativas ao ano de 2022 e gerências partidas de 2023, de 05 de janeiro de 2023.

Evolução do Orçamento executado em 2022

Receita

Em 2022, o orçamento aprovado foi de 2 076 475,00 €. No decorrer do ano foram feitas alterações que determinaram um aumento do orçamento em 399 985,00 € ficando o orçamento final corrigido em 2 476 460,00 €.

Os factos que determinaram o aumento do orçamento inicial foram:

Integração dos saldos de gerência de 2022, no montante de 11 762,00€;

Reforço da dotação das transferências do IPVC, no montante de 87 784,00 €;

Reforço da dotação das receitas próprias no montante de 300 429,00 €.

O orçamento corrigido corresponde a uma variação positiva de 11 % comparativamente ao orçamento de 2021, o saldo de gerência da execução orçamental de 2022 a transitar para 2023 é de 4 220,99 €.

De acordo com a tabela 32, na ótica orçamental o total da Receitas cobradas líquidas dos SAS-IPVC foi, em 2022, de 2 197 388,32 €, tendo-se verificado um aumento de 27% relativamente a 2021, de facto o ano de 2022 foi já um ano de total normalidade relativamente ao covid-19, tendo se registado níveis de receita da atividade operacional superiores aos de 2019, o último ano antes de sermos condicionados pela pandemia. As transferências do Orçamento de Estado, em 2022, aumentaram em 10 270 €, correspondendo a um aumento de 2 % em linha com que têm sido decretado no decorrer dos últimos anos. As transferências do IPVC registaram uma diminuição de 3 %. As transferências de fundos europeus registaram uma diminuição de 80 %, isto deve-se ao facto de a execução do projeto cofinanciado ter terminado no decorrer de 2022. O valor cobrado de receitas próprias registou uma forte recuperação de 86 % relativamente a 2021, tal como indicado anteriormente o valor das receitas próprias voltou a valores pré-pandémicos, sendo aliás 4 % superior ao valor da receita própria cobrada em 2019.

Tabela 32 – Valores de receita cobrada líquida nos anos de 2022 e 2021.

Receita Cobrada líquida	2022		2021		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receitas do Orçamento de Estado	555 970,00 €	25%	545 700,00 €	32%	10 270,00 €	2%
Saldos da Gerência anterior	7 471,67 €	0%	20 938,66 €	1%	-13 466,99 €	-64%
Receitas Próprias	1 372 843,02 €	62%	739 844,68 €	43%	632 998,34 €	86%
Transferências IPVC	222 521,20 €	10%	228 315,70 €	13%	-5 794,50 €	-3%
Receitas de Fundos Europeus	38 582,43 €	2%	191 033,45 €	11%	-152 451,02 €	-80%
Total de Receitas	2 197 388,32 €	100%	1 725 832,49 €	100%	471 555,83 €	27%

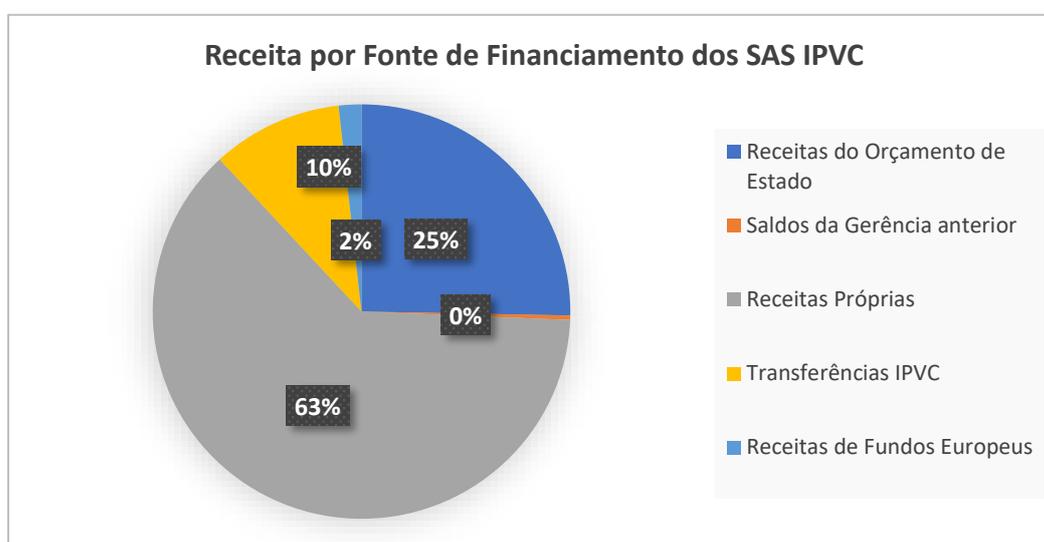
Em 2022 as receitas liquidadas atingiram o montante de 2 394 013,62 € um aumento de 668 181,13 € comparativamente a 2021. Ficaram por cobrar os montantes de 124 546,98 €.

Tabela 33 – Receita por fonte de financiamento em 2022

Fonte de Financiamento	Previsões corrigidas	Receitas liquidadas	Receita cobrada líquida	Receita por cobrar
Receitas do Orçamento de Estado	555 970,00 €	555 970,00 €	555 970,00 €	
Saldos da Gerência anterior	7 474,00 €	7 471,67 €	7 471,67 €	
Receitas Próprias	1 651 649,00 €	1 569 468,32 €	1 372 843,02 €	124 546,98 €
Transferências IPVC	222 784,00 €	222 521,20 €	222 521,20 €	
Receitas de Fundos Europeus	38 583,00 €	38 582,43 €	38 582,43 €	
Total de Receitas	2 476 460,00 €	2 394 013,62 €	2 197 388,32 €	124 546,98 €

Conforme se verifica na figura 25, a autonomia orçamental dos SAS-IPVC, em 2022, no que se refere à receita própria total arrecadada (receita cobrada líquida) é de 63%. O financiamento do Orçamento de Estado representa cerca de 25 % da receita global, sendo o seu valor integralmente aplicado nas despesas com pessoal. As transferências do IPVC representam 10 % do total da receita e as receitas de fundos europeus representam nem sequer 1 % do total do orçamento da receita.

Figura 25 - Receita por Fonte de Financiamento dos SAS IPVC



Despesa

Em 2022, os SAS-IPVC assumiram compromissos no montante 2 318 715,09 €, destes transitaram para 2023 o valor de 6 102,89€. Foi registado o valor de 2 312 612,20€ de obrigações e a despesa efetiva paga em 2022 registou o montante de 2 193 167,33 €, transitando para 2023 o valor de 119 444,87 € de obrigações por pagar.

Tabela 34 – Despesas por categoria

Rubrica	Dotações corrigidas	compromissos	obrigações	Despesa paga líquida	obrigações a transitar
D1 - Despesas com pessoal	1 102 121,00 €	1 054 625,31 €	1 054 625,31 €	1 054 528,31 €	97,00 €
D2 - Aquisição de bens e serviços	1 151 667,00 €	1 050 141,55 €	1 047 205,91 €	931 796,81 €	115 409,10 €
D3 - Juros e outros encargos	5 268,00 €	5 184,99 €	5 184,99 €	5 184,99 €	0,00 €
D4 - Transferências e subsídios correntes	86 722,00 €	85 170,46 €	85 170,46 €	85 170,46 €	0,00 €
D5 - Outras despesas correntes	13 609,00 €	7 762,21 €	7 762,21 €	7 762,21 €	0,00 €
D6 - Aquisição de bens de capital	117 073,00 €	115 830,57 €	112 663,32 €	108 724,55 €	3 938,77 €
Total	2 476 460,00 €	2 318 715,09 €	2 312 612,20 €	2 193 167,33 €	119 444,87 €

No que concerne às despesas pagas registou-se um aumento de 474 806,51 € no total de despesa paga em comparação com 2021, registando uma melhoria da atividade operacional dos SAS em face de termos um ano sem as restrições da pandemia do covid-19.

A tabela 35 apresenta alguns indicadores relativamente à despesa paga. Assim, conclui-se que houve um aumento de 21% com as despesas de pessoal, este forte aumento deve-se em larga medida à incorporação dos funcionários da pousada de Melgaço. Verifica-se um aumento da despesa paga com a aquisição de bens e serviços no montante de 272 669,57 € como referido anteriormente deve-se ao aumento da atividade operacional para níveis pré-pandémicos e à concessão da pousada de Melgaço, levando a um aumento da atividade operacional dos SAS por esta via. A rubrica outros encargos, que se referem exclusivamente a despesas bancárias aumentaram 4 597,92 € isto porque grande parte da cobrança de receita própria efetuada pelo SAS é através da plataforma SASocial e dos seus vários canais (web, tpa, mobile) sendo que os custos e comissões com estas transações aumentaram muito comparativamente ao ano anterior. As transferências e subsídios concedidos aumentaram 4 %, as outras despesas correntes, que se referem ao IVA pago ao estado aumentou 7 225,91 €, quanto às despesas em bens de investimento aumentaram 4%.

Tabela 35 – Indicador de despesa paga anos de 2022 e 2021.

Despesas Pagas	2022		2021		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
D1 - Despesas com pessoal	1 054 528,31 €	48%	871 247,71 €	51%	183 280,60 €	21%
D2 - Aquisição de bens e serviços	931 796,81 €	42%	659 127,24 €	38%	272 669,57 €	41%
D3 - Juros e outros encargos	5 184,99 €	0%	587,07 €	0%	4 597,92 €	783%
D4 - Transferências e subsídios correntes	85 170,46 €	4%	82 125,56 €	5%	3 044,90 €	4%
D5 - Outras despesas correntes	7 762,21 €	0%	536,30 €	0%	7 225,91 €	1347%
D6 - Aquisição de bens de capital	108 724,55 €	5%	104 736,94 €	6%	3 987,61 €	4%
Total das Despesas	2 193 167,33 €	100%	1 718 360,82 €	100%	474 806,51 €	28%

A figura 26 apresenta a evolução da despesa nos SAS-IPVC comparativamente aos anos 2022 e 2021. Tal como constatado anteriormente verifica-se um grande aumento da despesa total.

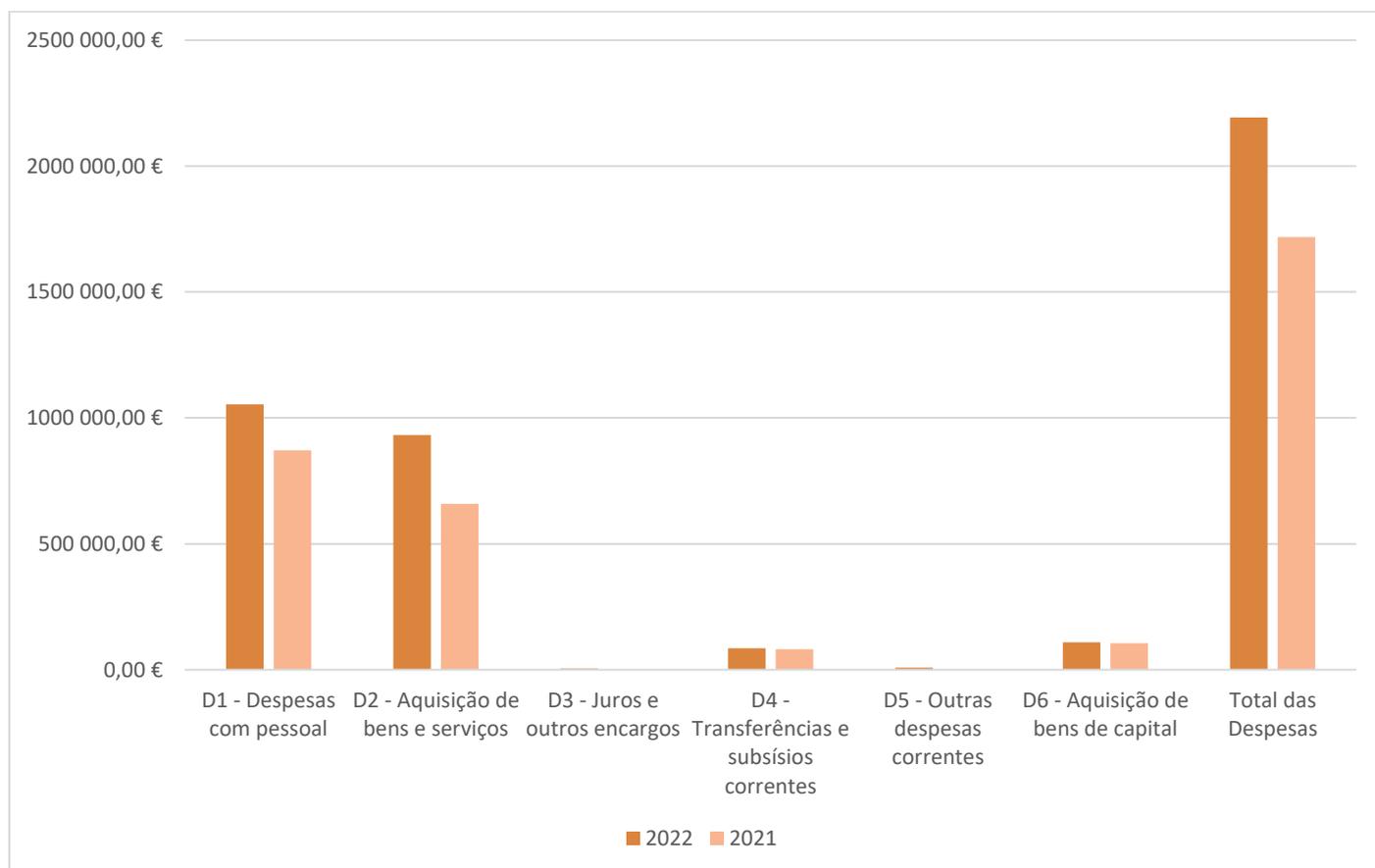


Figura 26 – Evolução da despesa nos SAS-IPVC entre os anos de 2022 e 2021.

1.4. Análise ao Desempenho Económico e Financeiro

1.4.1. Análise da posição financeira: Balanço

A figura 27 apresenta a estrutura do balanço, em termos globais a posição financeira manteve-se igual, o ativo diminuiu 0,46% face ao ano anterior, o património teve uma diminuição de 0,51% e o passivo aumentou 0,94%. o rácio de autonomia financeira que traduz a percentagem do ativo que está a ser financiada pelos capitais próprios da entidade situa-se nos 96% indicando um valor apropriado.

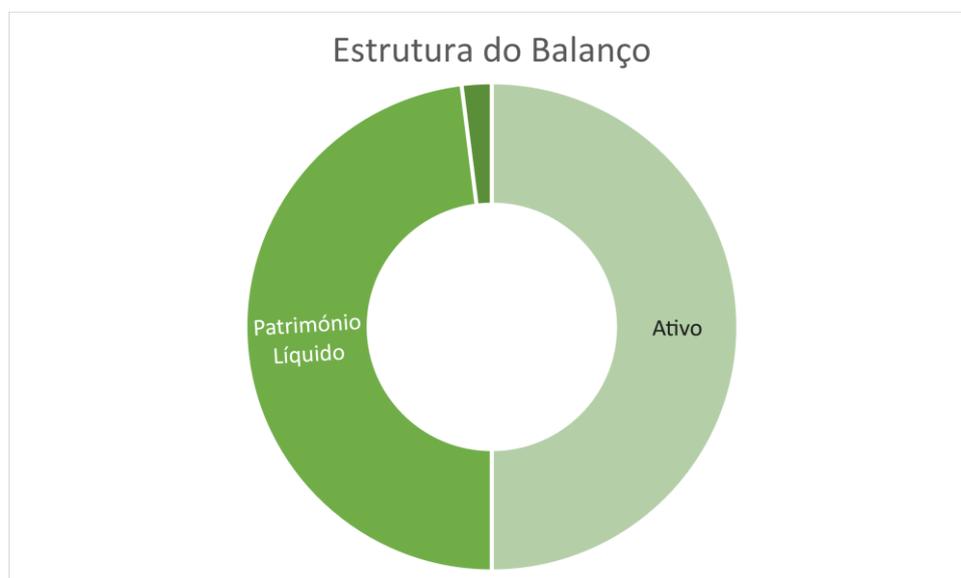


Figura 27 – estrutura do balanço.

Ativo

A tabela 36 apresenta o ativo líquido de 2022 nos SAS-IPVC desagregado nas suas várias componentes. O total do Ativo não corrente situou-se nos 9 210 875,25 €, tendo diminuído em 141 341,65 €. A rubrica dos Ativos fixo tangíveis representa 93,36 % do total do ativo, a segunda componente com mais peso no balanço, os ativos intangíveis diminuíram em 30 764,71 €, representando 4,16% do total do ativo. Os devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis diminuíram em 27 682,70€, fruto da conclusão operacional do projeto SASocial ter ocorrido em 2022, estando agora apenas por receber os 5% referentes à conclusão financeira do projeto SASocial e fi@SAS.

Tabela 36 – Ativo líquido nos anos de 2022 e 2021.

Ativo	2022		Variação		2021	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Ativos Fixos Tangíveis	8 817 802,17 €	93,36%	-110 576,94 €	-1,24%	8 928 379,11 €	94,10%
Ativos intangíveis	393 073,08 €	4,16%	-30 764,71 €	-7,26%	423 837,79 €	4,47%
Inventários	29 114,58 €	0,31%	3 865,88 €	15,31%	25 248,70 €	0,27%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	49 600,12 €	0,53%	-27 682,70 €	-35,82%	77 282,82 €	0,81%
Cientes, contribuintes e utentes	127 389,79 €	1,35%	112 587,85 €	760,63%	14 801,94 €	0,16%
Outras contas a receber	4 573,83 €	0,05%	4 340,69 €	1 861,84%	233,14 €	0,00%

Diferimentos	5 249,98 €	0,06%	-290,69 €	-5,25%	5 540,67 €	0,06%
Caixa e depósitos	17 645,69 €	0,19%	5 180,22 €	41,56%	12 465,47 €	0,13%
Total	9 444 449,24 €	100,00%	-43 340,40 €	-0,46%	9 487 789,64 €	100,00%

Património Líquido e Passivo

Pela tabela 37 verifica-se que globalmente os fundos próprios diminuíram em 46 822,46€, o resultado líquido do exercício foi negativo em 7 034,60 €, cuja evolução reflete a melhoria dos resultados operacionais, representando uma evolução positiva de 96 %. Após dois anos de contração das receitas provocada pelo contexto pandémico, a recuperação da atividade, cujas receitas superaram já os valores pré-covid, foi determinante para a evolução positiva dos resultados em 2022.

A variação na rubrica Resultados transitados em 2022 resultou essencialmente da aplicação do resultado líquido de 2021, negativo em 176 510,47 €. A variação negativa de 35 933,04 € na rubrica de Outras variações no património líquido reflete o reconhecimento dos subsídios para a aquisição de ativos depreciáveis, relativo ao projeto SASocial.

Tabela 37 – Variação dos fundos próprios entre 2022 e 2021

Fundos próprios	2022		Variação		2021	
	Valor	%	valor	%	Valor	%
Património	495 714,29 €	5%	- €	0%	495 714,29 €	5%
Reservas						
Resultados Transitados	8 221 532,64 €	91%	- 180 365,29 €	-2%	8 401 897,93 €	93%
Outras variações no património líquido	361 903,85 €	4%	- 35 933,04 €	-9%	397 836,89 €	4%
Resultado Líquido do período	- 7 034,60 €	0%	169 475,87 €	-96%	- 176 510,47 €	-2%
Total	9 072 116,18 €	100%	- 46 822,46 €	-0,51%	9 118 938,64 €	100%

Através da análise da tabela 38, verifica-se que o passivo se manteve praticamente inalterado relativamente ao ano anterior. A rubrica de fornecedores diminuiu em 7 570, 62 €, a rubrica de adiantamento de clientes, onde fica registado o montante dos carregamentos dos alunos na aplicação SASocial que ainda não converteram em consumo/receita representa 36 686,39 €, o Estado e outros entes públicos diminuiu em 13 134,40, tendo sido pagos os descontos relativos a dezembro de 2022 ainda no mês de dezembro. A rubrica Outras contas a pagar aumentou em 13 839,09€ e a rubrica diferimentos diminuíram 41%, o que se explica nomeadamente pela diminuição dos diferimentos relativos a projeto cofinanciado.

Tabela 38 – Variação do passivo entre 2022 e 2021.

Passivo	2022		Variação		2021	
	Valor	%	valor	%	Valor	%
Fornecedores (CC e Ativos)	121 292,35 €	33%	-7 570,62 €	-6%	128 862,97 €	35%
Adiantamentos de clientes	36 686,39 €	10%	36 686,39 €	#DIV/0!	0,00 €	0%
Estado e outros entes públicos	4 361,28 €	1%	-13 134,40 €	-75%	17 495,68 €	5%
Financiamentos obtidos	0,00 €	0%	0,00 €	#DIV/0!	0,00 €	0%
Outras contas a pagar	172 231,72 €	46%	13 839,09 €	9%	158 392,63 €	43%
Diferimentos	37 761,32 €	10%	-26 338,40 €	-41%	64 099,72 €	17%
Total	372 333,06 €	100%	3 482,06 €	0,94%	368 851,00 €	100%

1.4.2. Análise desempenho financeiro: Demonstração dos Resultados

Tabela 39 – Resumo demonstração resultados

Resumo Demonstração Resultados	Períodos		Variação	
	2022	2021	valor	%
Impostos, contribuições e taxas	49 690,68	39 994,67	9 696,01	24%
Prestações de serviços e concessões	1 302 911,54	662 124,23	640 787,31	97%
Transferências e subsídios correntes obtidos	859 649,93	813 598,68	46 051,25	6%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-343 078,70	-208 156,95	-134 921,75	65%
Fornecimentos e serviços externos	-589 870,61	-372 397,72	-217 472,89	58%
Gastos com pessoal	-1 064 720,39	-892 150,81	-172 569,58	19%
Transferências e subsídios concedidos	-86 890,08	-80 250,44	-6 639,64	8%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-1 109,01	-1 124,74	15,73	-1%
Outros rendimentos e ganhos	92 141,48	41 141,53	50 999,95	124%
Outros gastos e perdas	-4 202,60	-207,12	-3 995,48	1929%
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento	214 522,24	2 571,33	211 950,91	8243%
Gastos / reversões de depreciação e amortização	-221 556,84	-179 081,80	-42 475,04	24%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	-7 034,60	-176 510,47	169 475,87	-96%
Resultado antes de impostos	-7 034,60	-176 510,47	169 475,87	-96%
Resultado líquido do período	-7 034,60	-176 510,47	169 475,87	-96%

Em suma, verifica-se que apesar de os resultados líquidos do exercício serem negativos em 7 034,60 €, melhoraram relativamente ao ano anterior em 169 475, 87 €, uma melhoria superior a 96%. Os resultados antes de depreciações e gastos de financiamento foram positivos em 214 522,24 €, de facto estes resultados comparativamente ao ano anterior aumentaram em 211 950,91 €, refletindo, como já foi mencionado, um retomar da atividade pós-pandemia, tendo inclusive ultrapassado já os valores de 2019. Contudo, apesar destes resultados muito positivos comparativamente ao período homólogo, os mesmos ainda não foram suficientes para fazer face ao peso dos gastos com depreciações, no montante de 221 556,84 €.

Evolução dos Resultados

A tabela 40 apresenta a evolução dos rendimentos e ganhos do exercício de 2022 comparativamente a 2021, na generalidade todas as rubricas de rendimentos aumentaram relativamente ao ano anterior. Pode-se verificar que as prestações de serviços de alimentação e alojamento tiveram um grande aumento relativamente a 2021 em 640 787,31 €, um aumento de 96 %, assumindo-se como a principal fonte de receitas da instituição. O ano de 2022 foi um ano com um regresso á normalidade relativamente à pandemia 2019, não existindo qualquer restrição quer ao uso de toda a capacidade de camas nos alojamentos dos SAS, quer ao nível da utilização dos espaços de alimentação. Acresce que no ano de 2022 foi protocolada mais duas unidades de alojamento, uma em Melgaço e outra em Arcos de Valdevez, contribuído significativamente para o aumento da atividade dos SAS. Na rubrica de Impostos e taxas refere-se exclusivamente à receita arrecadada com o seguro escolar cobrado aos alunos, notando um aumento de 9 696,01 €. As transferências e subsídios correntes obtidos refere-se às transferências de Orçamento de Estado, as transferências do IPVC e as transferências dos Municípios, aumentaram relativamente ao ano anterior em 46 051,25 €. Outros rendimentos e ganhos aumentaram também em 50 999,95 €, nesta rubrica estão essencialmente o reconhecimento dos proveitos referentes aos projetos cofinanciados, e a venda de imobilizado de lavandaria no montante de 5 500,00 €.

Tabela 40 – Estrutura Rendimentos

Rendimentos e ganhos	2022	Peso	2021	Peso	variação absoluta
Impostos, contribuições e taxas	49 690,68	2%	39 994,67	3%	9 696,01
Prestações de serviços e concessões	1 302 911,54	57%	662 124,23	43%	640 787,31
Transferências e subsídios correntes obtidos	859 649,93	37%	813 598,68	52%	46 051,25
Outros rendimentos e ganhos	92 141,48	4%	41 141,53	3%	50 999,95
Total rendimentos e ganhos	2 304 393,63	100%	1 556 859,11	100%	747 534,52

Estrutura dos Gastos

Como podemos verificar pela tabela 41, em termos gerais os gastos e perdas aumentaram 578 058,65 €, fruto do regresso à normalidade da atividade no ano de 2022, contudo o aumento dos gastos e perdas foi inferior ao aumento dos rendimentos e ganhos em 169 475,87, daí se explica a evolução positiva do resultado líquido do exercício. De salientar que os custos com mercadorias aumentaram 134 921, 75 €, os custos com FSE's aumentaram 217 472,89 €, os custos com pessoal aumentaram em 172 659,58 €, contudo o peso relativo na estrutura de gastos diminuiu 5 %. Os gastos com depreciações aumentaram em 42 475,04 € devido essencialmente às depreciações com a plataforma SASocial, tendo sido reconhecido este intangível no início de 2022.

Tabela 41 – Evolução dos gastos e perdas

Gastos e Perdas	2022	Peso	2021	Peso	variação absoluta
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-343 078,70	15%	-208 156,95	12%	134 921,75
Fornecimentos e serviços externos	-589 870,61	26%	-372 397,72	21%	217 472,89
Gastos com pessoal	-1 064 720,39	46%	-892 150,81	51%	172 569,58
Transferências e subsídios concedidos	-86 890,08	4%	-80 250,44	5%	6 639,64
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-1 109,01	0%	-1 124,74	0%	-15,73
Outros gastos e perdas	-4 202,60	0%	-207,12	0%	3 995,48
Gastos / reversões de depreciação e amortização	-221 556,84	10%	-179 081,80	10%	42 475,04
Total gastos e perdas	-2 311 428,23	100%	-1 733 369,58	100%	578 058,65

1.5. Indicadores de Gestão

Em 2022 o peso das receitas próprias aumentou 20 % e o peso da receita de orçamento de estado diminuiu 7 %. A receita cobrada líquida aumentou 485 022,82 € e o peso das despesas com pessoal diminuiu 3 %. Os prazos médios de pagamento tiveram uma grande volatilidade ao longo dos trimestres, reflexo da flutuação da atividade e a respetiva arrecadação de receita dos SAS estar muito interligada ao ano letivo escolar e não tanto numa base mensal ao longo do ano.

Tabela 42 – Indicadores orçamentais

Indicador	Formula de calculo	Ano 2022	Ano 2021
Peso Receitas próprias	(Receitas próprias cobradas líquidas totais) /Receitas cobradas líquidas totais (Não incluir SGA)	63%	43%
Peso Orçamento Estado	OE/Receitas cobradas líquidas totais (Sem SGA)	25%	32%
Receita cobrada líquida	Receita cobrada líquida (Sem SGA)	2 189 916,65 €	1 704 893,83 €
Peso despesas com pessoal	Despesas Pessoal Processadas (só assim será comparável com anos anteriores) /Despesas Totais Pagas	48%	51%
Peso despesas capital	Despesas capital/despesas totais	5%	6%
Total Receitas sem OE	Receitas próprias + Receitas FC + transferências IPVC	1 633 946,65 €	1 159 193,83 €
Prazo médio de pagamento a fornecedores 1 trimestre	$PMP = \frac{\sum_{t-3}^t DF}{\sum_{t-3}^t A} \times 365$	28,82	28,28
Prazo médio de pagamento a fornecedores 2 trimestre		63,98	74,18
Prazo médio de pagamento a fornecedores 3 trimestre		75,25	82,04
Prazo médio de pagamento a fornecedores 4 trimestre		25,16	29,31

Sendo,
DF – Dívida a fornecedores de Aquisição de Bens e Serviços e Aquisição de Bens de Capital no trimestre.
A – Aquisição de Bens e Serviços e Aquisição de Bens de Capital no trimestre.
A média não inclui os serviços que não efetuaram o reporte da informação de base necessária ao apuramento dos PMP

Da análise da tabela 43 podemos verificar que o indicador da solvabilidade foi de 24,37 não tendo uma variação significativa relativamente ao anterior, este rácio tendo o valor superior a 1, representa uma situação estável da organização. O indicador do EBITDA aumentou em 211 950,91 €, o que demonstra a capacidade de gerar caixa através da atividade operacional e evidencia o peso das depreciações no resultado negativo em 2022, este rácio teve uma melhoria muito significativa.

O rácio de liquidez geral apresenta um resultado superior a 1, ou seja, a liquidez dos SAS-IPVC é confortável, isto é, para pagar as dívidas de curto prazo dispõe de valores circulantes suficientes e apresenta-se equilibrada financeiramente.

O valor das receitas orçamento de estado não foi suficiente para suportar a totalidade das despesas com pessoal, cobriu apenas 52 % dos gastos com pessoal.

Tabela 43 – indicadores financeiros

Indicador	Fórmula de cálculo	2022	2021
Solvabilidade	Património Líquido/Passivo	24,37	24,72
EBITDA	RLE antes de depreciações e gastos de funcionamento	214 522,24 €	2 571,33 €
Liquidez Geral	Ativo/Passivo	25,37	25,72
Volume de Negócios	Vendas e Prestações de serviços	1 302 911,54 €	662 124,23 €
Contribuição do OE para financiamento dos gastos com pessoal	Transf. OE/Gastos com Pessoal	52%	61%
Vendas/ Gastos Totais	Vendas e Prestações de serviços/ Gastos Totais	56%	38%

1.6. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Após o termo do exercício e até à presente data, não ocorreram factos relevantes que possam alterar os pressupostos na base dos quais este documento é produzido.

1.7. Perspetivas para o exercício de 2023

As perspetivas económicas para o ano de 2023 apontam para um cenário global favorável. Embora haja alguns desafios a serem enfrentados, como o aumento dos custos de energia e uma inflação muito grande nos preços dos géneros alimentares, há também sinais encorajadores de que a economia global está em uma trajetória ascendente. Perspetiva-se também que seja um ano positivo na rentabilização das unidades de alojamento em alturas não utilizadas pelos estudantes, bem como serviços de alimentação para grandes eventos que se realizam ao longo do ano na cidade de Viana do Castelo.

A estrutura organizacional dos SAS-IPVC é a que decorre dos estatutos do IPVC e do regulamento funcional dos serviços de ação social.

Os responsáveis pelas demonstrações financeiras e orçamentais:

Tabela 44 – Identificação dos Responsáveis

Responsabilidade	Órgão/cargo	Nome
Elaboração	Contabilista público	Pedro Gonçalves da Rocha
Apresentação e Divulgação	Administrador SAS-IPVC	José Luís da Rocha Ceia
Aprovação	Conselho de Gestão IPVC	
	<i>Presidente</i>	Carlos Manuel da Silva Rodrigues
	<i>Vice-presidente</i>	Ana Paula Moreira Rodrigues do Vale
	<i>Diretor ESTG</i>	Pedro Miguel do Vale Moreira
	<i>Diretor ESCE</i>	Luís Manuel Cerqueira Barreto
	<i>Administradora IPVC</i>	Paula Cristina Ferreira da Silva

Pelo Despacho n.º 10914/2018 de 23 de novembro de 2018 é designada como fiscal único do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, a sociedade de revisores oficiais de contas Jorge Macedo & Nuno Borges, SROC, Lda. representada pelo revisor oficial de contas Dr. Jorge Miguel Barreira de Macedo, inscrito na Ordem de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 1494.

1.8. Proposta de Aplicação dos Resultados

Dado que o resultado líquido do período foi negativo em 7 034,60 €, propõem-se que o mesmo seja transferido para Resultados Transitados

1.9. Outras informações

No ano de 2022 não foi possível aplicar a Norma de Contabilidade Pública (NCP) 27 – Contabilidade de Gestão, prevista no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, na medida em que, por um lado, não foi possível alocar recursos humanos, com os conhecimentos técnicos especializados necessários, a esta área de atuação, e por outro lado, não foram disponibilizadas pela software house todas as funcionalidades necessárias à aplicabilidade da referida norma.

Não existiam, à data de encerramento das contas, dívidas em mora perante o Estado e Outros Entes Públicos, nem perante a Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações

Demonstrações Financeiras

2.1. Balanço individual em 31 de dezembro de 2022

Entidade: Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Viana do Castelo

Balanço individual em 31 de dezembro de 2022

Montante expresso
em Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31/12/2022	31/12/2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5.1/5.2	8 817 802,17	8 928 379,11
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis	3	393 073,08	423 837,79
Ativos biológicos			
Investimentos financeiros			
Devedores por empréstimo, bonificados e subsídios reembolsáveis			
Acionistas / sócios / associados			
Diferimentos			
Outros ativos financeiros			
Ativos por impostos diferidos			
		9 210 875,25	9 352 216,90
Ativo corrente			
Inventários	10.1/10.2	29 114,58	25 248,70
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18.1-A	49 600,12	77 282,82
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes	18.1-B	127 389,79	14 801,94
Estado e outros entes públicos			
Acionistas / sócios / associados			
Outras contas a receber	18.1-C	4 573,83	233,14
Diferimentos	23.2	5 249,98	5 540,67
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Caixa e depósitos	18.1-D	17 645,69	12 465,47
		233 573,99	135 572,74
Total do Activo		9 444 449,24	9 487 789,64
Património Líquido			
Património Líquido			
Património Líquido			
Património / Capital	23.3	495 714,29	495 714,29
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas			
Resultados transitados	23.3	8 221 532,64	8 401 897,93
Ajustamentos em ativos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no património líquido	23.3	361 903,85	397 836,89
Resultado líquido do período	23.3	-7 034,60	-176 510,47
Total do Património Líquido		9 072 116,18	9 118 938,64
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimento			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Diferimentos			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar			
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Passivo corrente			
Credores por transferência e subsídios não reembolsáveis concedidos			
Fornecedores	18.2-A	121 292,35	83 753,12
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	18.1-B	36 686,39	
Estado e outros entes públicos	18.2-B	4 361,28	17 495,68
Acionistas / sócios / associados			
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos	18.2-A	0,00	45 109,85
Outras contas a pagar	18.2-C	172 231,72	158 392,63
Diferimentos	23.2	37 761,32	64 099,72
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
		372 333,06	368 851,00
Total do Passivo		372 333,06	368 851,00
Total do Património Líquido e Passivo		9 444 449,24	9 487 789,64

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Demonstração dos Resultados por Naturezas Individual do período findo em 31 de dezembro de 2022

Entidade: Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Viana do Castelo

Demonstração dos resultados por natureza individual do período findo em 31 de dezembro de 2022

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2022	2021
Impostos, contribuições e taxas	14	49 690,68	39 994,67
Vendas			
Prestações de serviços e concessões	13	1 302 911,54	662 124,23
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	859 649,93	813 598,68
Rendimentos/Gastos imputados entidades controladas, assoc. e empreend. conjuntos			
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10.2	-343 078,70	-208 156,95
Fornecimentos e serviços externos	23.1-A	-589 870,61	-372 397,72
Gastos com pessoal	19	-1 064 720,39	-892 150,81
Transferências e subsídios concedidos	23.1-B	-86 890,08	-80 250,44
Prestações sociais			
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	18.1-B	-1 109,01	-1 124,74
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos / reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	14	92 141,48	41 141,53
Outros gastos e perdas	23.1-C	-4 202,60	-207,12
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento		214 522,24	2 571,33
Gastos / reversões de depreciação e amortização	3.2 e 5.2	-221 556,84	-179 081,80
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		-7 034,60	-176 510,47
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos		-7 034,60	-176 510,47
Imposto sobre os rendimentos			
Resultado líquido do período		-7 034,60	-176 510,47

2.2. Demonstração Individual das Alterações no Património Líquido em 31 de dezembro de 2022

Entidade: Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Viana do Castelo

Demonstração individual das Alterações no Património Líquido, em 31 de dezembro de 2022

Montante expresso em Euros

Descrição	Notas	Capital/ Património realizado	Outros instrumentos de Capital Próprio	Reservas legais	Reservas decorrentes da transferência de ativos	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total do património Líquido
Posição no Início do Período 2022	1	495 714,29	0,00	0,00		0,00	8 401 897,93			397 836,89	-176 510,47	9 118 938,64	0,00	9 118 938,64
Alterações no período:														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização														
Transferências e subsídios de capital										-35 933,04		-35 933,04		-35 933,04
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido							-180 365,29				176 510,47	-3 854,82		-3 854,82
	2	0,00	0,00	0,00		0,00	-180 365,29			-35 933,04	176 510,47	-39 787,86		-39 787,86
Resultado Líquido do Período	3										-7 034,60	-7 034,60		-7 034,60
Resultado Integral	4 = 2 + 3										169 475,87	-46 822,46		-46 822,46
Operações com detentores de capital no período:														
Realizações de capital / Património														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
	5	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no Fim do Período 2022	6 = 1 + 2 + 3 + 5	495 714,29	0,00	0,00	0,00	0,00	8 221 532,64	0,00	0,00	361 903,85	-7 034,60	9 072 116,18	0,00	9 072 116,18

2.3. Demonstração Individual de Fluxos de Caixa do período findo em 31 de dezembro de 2022

RUBRICAS	NOTAS	Períodos	
		2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		108 115,65	13 375,63
Recebimentos de contribuintes			
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		853 346,93	794 015,70
Recebimentos de utentes		1 192 241,67	651 273,57
Pagamentos a fornecedores		-1 019 324,63	-743 366,41
Pagamentos ao pessoal		-1 054 107,48	-869 141,58
Pagamentos a contribuintes / utentes			
Pagamentos de transferências e subsídios			
Pagamentos de prestações sociais			
Caixa gerada pelas operações	+/-	80 272,14	-153 843,09
Pagamento / recebimento do Imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos / pagamentos		-12 602,30	59 453,06
Fluxos de caixa das actividades operacionais	(1) +/-	67 669,84	-94 390,03
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	-	-106 572,05	-105 316,53
Activos intangíveis	-		
Propriedades de Investimento	-		
Investimentos financeiros	-		
Outros activos	-		
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis	+	5 500,00	
Activos intangíveis	+		
Propriedades de Investimento	+		
Investimentos financeiros	+		
Outros activos	+		
Subsídios ao investimento	+	38 582,43	191 033,45
Transferências de capital	+		
Juros e rendimentos similares	+		
Dividendos	+		
Fluxos de caixa das actividades de investimento	(2) +/-	-62 489,62	85 716,92
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	+		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	+		
Cobertura de prejuízos	+		
Doações	+		
Outras operações de Financiamento	+		
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-		
Juros e gastos similares	-		
Dividendos	-		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-		
Outras operações de financiamento	-		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	(3)	0,00	0,00
Varição de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)	5 180,22	-8 673,11
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	12 465,47	21 138,58
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	17 645,69	12 465,47
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período			
- Equivalentes a caixa no início do período		12 465,47	21 138,58
- Variações cambiais de caixa no início do período		0,00	0,00
= Saldo da gerência anterior		12 465,47	21 138,58
De execução orçamental		7 471,67	20 938,66
De operações de tesouraria		4993,8	199,92
Caixa e seus equivalentes no fim do período			
- Equivalentes a caixa no fim do período		17 645,69	12 465,47
- Variações cambiais de caixa no fim do período		0,00	0,00
= Saldo da gerência seguinte		17 645,69	12 465,47
De execução orçamental		4 220,99	7 471,67
De operações de tesouraria		13424,7	4993,8

2.4. Anexo às Demonstrações Financeiras

NOTA 1 – Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1 – Identificação da entidade, período de relato

a) Designação: Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Viana do Castelo;

b) Endereço: Largo 9 de Abril – Apartado 186 – 4900-339 Viana do Castelo;

c) Código de Classificação Orgânica:

12 – Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

1 – MEC – Funcionamento - SFA

03 – Estabelecimentos de Ensino Superior e Serviços de Apoio

80 – Instituto Politécnico de Viana do Castelo

00 – Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Viana do Castelo;

d) Tutela: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

e) Legislação que criou a instituição e principal legislação aplicável: Lei n.º 62/2007 de 10 de setembro: Regime jurídico das instituições de ensino superior, decreto-Lei n.º 129/93 De 22 de Abril, despacho normativo n.º 7/2009: Estatutos do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, regulamento n.º 292/2010: Regulamento Funcional dos Serviços de Ação social do IPVC.

f) Designação e sede da entidade que controlo final e local onde podem ser obtidas cópias das demonstrações financeiras consolidadas: Instituto Politécnico de Viana do Castelo, Rua Escola Industrial e Comercial de Nun'Álvares, n.º 34, 4900-347 Viana do Castelo.

1.2. Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

a) As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a entidade.

d) e e) Desagregação dos valores inscritos na rubrica caixa e em depósitos bancários

Os valores apresentados em depósitos bancários e caixa são apresentados em Euros para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

Todos os montantes incluídos nestas rubricas são passíveis de ser realizados no curto prazo não existindo penhoras ou garantias prestadas sobre estes ativos.

Tabela 45 – Desagregação de caixa e depósitos.

Conta	2022	2021
Caixa	- €	550,00 €
Depósitos à ordem	17 645,69 €	11 915,47 €
Depósitos à ordem no Tesouro	15 768,71 €	10 673,51 €
Depósitos bancários à ordem	1 876,98 €	1 241,96 €
Depósitos a prazo		
Depósitos consignados		
Depósitos de garantias e cauções		
Total de caixa e depósitos	17 645,69 €	12 465,47 €

Todos os saldos de caixa e depósitos bancários encontram-se disponíveis para uso.

NOTA 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem.

2.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a NCP 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras e são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

2.2 – Outras políticas contabilísticas relevantes

Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa SAS. Neste sentido, estas demonstrações representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com as definições e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na Estrutura Concetual e nas NCP.

Informação comparativa

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados pela entidade no período de 2022 foram consistentes com os aplicados pela entidade na preparação da informação financeira relativa ao período anterior.

Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras.

Compensação

A compensação nas demonstrações financeiras, exceto quando reflita a substância da transação ou de outro acontecimento, retira a capacidade dos utilizadores de compreenderem as transações, outros acontecimentos e condições que ocorreram, e de avaliarem os fluxos de caixa futuros da entidade. Neste sentido, os ativos e os passivos e os rendimentos e os gastos não foram compensados, exceto se o mesmo for exigido ou permitido por uma NCP.

Continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas numa base de continuidade na medida em que o SAS-IPVC continuará em atividade e cumprirá as suas obrigações no futuro previsível.

2.3 Julgamentos e principais fontes de incerteza das estimativas

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites requer que se realizem estimativas que afetam os montantes dos ativos e passivos registados, a apresentação de ativos e passivos contingentes no final de cada exercício, bem como os proveitos custos reconhecidos no decurso de cada exercício. Os resultados atuais poderiam ser diferentes dependendo das estimativas atualmente realizadas.

As estimativas de valores futuros que se justificaram e se reconheceram nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Instituição no quadro do seu plano estratégico, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade das estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

2.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal. Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.

As bases de mensuração e políticas contabilísticas usadas em cada item das presentes demonstrações financeiras, encontram-se detalhadas nas notas abaixo.

NOTA 3 – Ativos intangíveis

A Instituição reconhece ativos intangíveis sempre que seja provável que fluirão para si benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperado atribuível ao ativo, e desde que seja possível a sua mensuração com fiabilidade.

Os ativos intangíveis da Instituição encontram-se mensurados pelo custo, o qual inclui o custo de compra (incluindo impostos não dedutíveis) e qualquer outro custo diretamente atribuível à preparação do ativo para o uso pretendido.

O valor registado na rubrica de ativos fixos intangíveis respeita a um único ativo, nomeadamente uma Framework de interoperabilidade de serviços básicos para os alunos, tendo sido alvo de candidatura a um projeto cofinanciado (fi@SAS) por fundos europeus em 2017, desenvolvida por três instituições, IPVC, IPB e IPCA. No ano de 2019 foi aprovada uma nova candidatura (projeto SASocial) para continuidade desta framework, desta feita o consórcio é em conjunto com os Serviços de Ação Social do Politécnico de Leiria, tendo inicialmente o prazo de finalização de 31/12/2020, contudo o prazo foi alargado até vinte e oito de fevereiro de 2022.

Atendendo a este novo prazo de finalização do projeto, entendeu-se transferir para ativo intangível no início de 2022, quando um conjunto maior de funcionalidades se encontravam operacionais e muitos dos problemas encontrados inicialmente foram corrigidos.

Esta plataforma constitui-se como a estrutura tecnológica central de todo o projeto, assegurando a capacidade tecnológica de base para interoperar os Sistemas de Informação dos vários Serviços de Ação Social, a disponibilização dos diversos serviços de acordo com o conceito multiplataforma e assegurar a autenticação dos utilizadores. No BackOffice estarão ainda alojadas todas as plataformas e serviços a desenvolver no âmbito do projeto bem como os processos/serviços já existentes em cada um dos serviços de ação social e/ou outros que venham a ser criados no futuro. Toda a relação de prestação de serviços de alojamento, alimentação, consultas de enfermagem ou medicina, a utilização do Bus académico, etc, que os Serviços de Ação Social têm com os seus alunos, passa agora pela plataforma SASocial

A plataforma SASocial teve um tempo de implementação/ desenvolvimento das características principais de 5 anos, com o financiamento durante esse período de dois projetos europeus. No ano de 2022 esta plataforma, em regime de opensource, foi disponibilizada a todos os politécnicos do ensino superior podendo estes utilizar e desenvolver/acrescentar serviços, sendo por isso expeável que a durabilidade da utilização da plataforma SASocial seja para além do comum software adquirido. O SNC estabelece que a vida útil de um ativo intangível deve ser estimada com base na sua capacidade de gerar benefícios econômicos/ potencial de serviço para a entidade, e não deve exceder 10 anos, tendo sido assim estabelecido este prazo para a amortização deste ativo.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e imparidades acumuladas foi seguinte:

3.1. – Ativos Intangíveis – variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Rúbricas	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Amortizações	Perdas por Imparidade	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações	Perdas por Imparidade	Quantia Escriturada
Ativos intangíveis de domínio público património histórico artístico e cultural								
Ativos intangíveis em curso	423 837,79			423 837,79				
Goodwill								
Outros								
Programas de computador e sistemas de informação					436 747,87	43 674,79		393 073,08
Projetos de desenvolvimento								
Propriedade industrial e intelectual								
Total	423 837,79			423 837,79	436 747,87	43 674,79		393 073,08

Durante o exercício de 2022, ocorreram as seguintes variações:

3.2. – Ativos intangíveis – quantia escriturada e variações do período

Rúbricas	Quantia	Variações								Quantia
	Escriturada Inicial	Adições	Transferências Internas à Entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações do Período	Diferenças cambiais	Diminuições	Escriturada Final
Ativos intangíveis de domínio público patrimônio histórico artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento										
Programas de computador e sistemas de informação			436 747,87				-43 674,79			393 073,08
Propriedade industrial e intelectual										0,00
Outros										0,00
Ativos intangíveis em curso	423 837,79	12 910,08	-436 747,87							0,00
Total	423 837,79	12 910,08	0,00	0,00	0,00	0,00	-43 674,79	0,00	0,00	393 073,08

Durante o exercício de 2022, ocorreram as seguintes adições:

3.2 A – Ativos intangíveis – adições

Rúbricas	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou Troca	Doação, Herança, Legado ou Perdido a Favor do Estado	Dação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público patrimônio histórico artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento										
Programas de computador e sistemas de informação										
Propriedade industrial e intelectual										
Outros										
Ativos intangíveis em curso		12 910,08								12 910,08
Total		12 910,08								12 910,08

3.2B – Ativos intangíveis – diminuições

O quadro 3.2B não consta no presente anexo, uma vez que nele não consta qualquer informação.

NOTA 5 – Ativos fixos tangíveis

No que respeita às bases de mensuração dos ativos fixos tangíveis, manteve-se o critério de valorização dos bens adquiridos até 31 de dezembro de 2017. Para os bens adquiridos a partir de 01 de janeiro de 2018, e para efeitos de determinação da quantia escriturada bruta dos bens considerou-se como critério de mensuração o custo de aquisição destes bens.

Método de depreciação usado e vidas úteis/taxas de depreciação

As depreciações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, tendo sido utilizado o método da linha reta.

Os bens adquiridos até 31 de dezembro de 2017 continuaram a ser depreciados com base nas taxas de depreciação previstas na Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril, que aprovou o CIBE - Cadastro e Inventário dos Bens do Estado.

Os bens adquiridos a partir de 1 de janeiro de 2018 foram depreciados considerando a vida útil de referência definida no Classificador Complementar 2 - Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, publicado na Portaria n.º 198/2016, de 14 de julho, que aprova as notas de enquadramento ao plano de contas multidimensional.

Esta Portaria estabelece que “(...)os bens duradouros (que se destinam a permanecer ao serviço da entidade por períodos superiores a 1 ano), não destinados a venda, são em regra registados na Classe 4, exceto os que tenham valores individuais inferiores a (euro) 100 e sejam enquadráveis nas subcontas da conta 62(...)”.

Esta contabilização como gasto iria abranger muitas aquisições de bens duradouros que eram anteriormente inventariadas no âmbito da aplicação do POC-Educação, tais como, material de ensino, material informático ou mobiliário. Neste sentido, considerou-se que o controlo destes ativos é relevante, tendo-se optado por continuar a inventariar estes bens, derogando o exposto nas notas de enquadramento referido no parágrafo anterior e tendo sido seguido o seguinte procedimento de contabilização:

* Contabilização destes bens na classe 4 procedendo-se à sua inventariação;

* Depreciação a 100% no ano da aquisição destes bens.

O efeito contabilístico destes registos nas demonstrações financeiras é equivalente ao indicado na nota explicativa da conta 62 e, desta forma, continua-se a garantir o controlo destes ativos através da sua inventariação.

No que respeita à análise dos ativos tangíveis, o SNC-AP estabelece que estes cumprem os critérios de reconhecimento se:

- a) For provável que fluirão para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem;
- b) O custo ou o justo valor do bem puder ser mensurado com fiabilidade.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada, de acordo com a tabela 43:

Tabela 46 – Taxas de depreciações.

Rubrica	Vida útil	Taxas
Bens de domínio público	0	100%
Edifícios e Outras Construções	50 anos	2%
Equipamento básico	4 a 8 anos	12,5% a 25%
Equipamento de transporte	8 anos	12,5%
Equipamento Administrativo	4 a 8 anos	12,5% a 25%
Outros ativos fixos tangíveis	2 a 8 anos	12,5% a 50%

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos/gastos operacionais”

O edifício do Centro Académico é um edifício centenário, construídos em alvenaria de pedra granítica. As caixilharias dos vãos envidraçados são em madeira envernizada e as coberturas são inclinadas em estrutura de madeira revestida a telha cerâmica, os revestimentos interiores das paredes são estucados e pintados a tinta plástica, e os pavimentos são revestidos a madeira, pedra natural ou material cerâmico. Face a esta caracterização, a vida útil estimada para este edifício foi de 100 anos;

Prevendo o SNC-AP a possibilidade dos prédios rústicos e urbanos serem mensurados pelo Valor Patrimonial Tributário (VPT), quando não existir informação fiável e atualizada sobre o custo ou sobre o custo depreciado, no decurso de 2019 procedeu-se à regularização desta situação, tendo-se apurado o VPT destes prédios, pelo que os terrenos e edifícios passaram a serem mensurados pelo respetivo VPT, com referência à data de 01/01/2018

Considerando os critérios de reconhecimento de ativos tangíveis constantes da NCP n.º 5, entendeu-se que os edifícios e terrenos afetos à atividade operacional dos SAS, na medida em que contribuem para o seu potencial de serviço, deveriam ficar contabilizados nas demonstrações financeiras desta entidade, seguindo-se o princípio da substância sob a forma.

Neste sentido, e partindo dos VPT apurados, efetuou-se uma distribuição destes VPT de forma proporcional entre IPVC e SAS, em função da área de construção afeta à atividade de cada instituição. Para efeitos de apuramento da área de construção afeta à atividade dos SAS, foram consideradas as áreas dos seguintes espaços – bares, cantinas e residências.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e imparidades acumuladas foi seguinte:

5.1. – Ativos fixos tangíveis – Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Rúbricas	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Ajustamentos de transição e transferências	Quantia Escriturada
Ativos fixos em concessão								
Património histórico artístico e cultural								
Ativos fixos em concessão em curso								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Infraestruturas								
Bens de domínio público património histórico artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Infraestruturas								
Património histórico artístico e cultural	1 902,67	835,24		1 067,43	1 902,67	835,24		1 067,43
Outros								
Bens de domínio público em curso								
	1 902,67	835,24		1 067,43	1 902,67	835,24		1 067,43
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	2 265 913,43			2 265 913,43	2 265 913,43			2 265 913,43
Edifícios e outras construções	6 797 740,29	378 046,56		6 419 693,73	6 797 740,29	472 558,20		6 325 182,09
Equipamento básico	699 342,28	643 756,42		55 585,86	759 596,19	664 023,99		95 572,20
Equipamento de transporte	40 255,24	31 043,48		9 211,76	40 255,24	34 589,59		5 665,65
Equipamento administrativo	309 908,80	176 366,67		133 542,13	310 863,40	221 062,03		89 801,37
Equipamentos biológicos				0,00				0,00
Outros	397 587,59	354 222,82		43 364,77	403 684,19	369 084,19		34 600,00
Ativos fixos tangíveis em curso								
	10 510 747,63	1 583 435,95	0,00	8 927 311,68	10 578 052,74	1 761 318,00	0,00	8 816 734,74
Total	10 512 650,30	1 584 271,19	0,00	8 928 379,11	10 579 955,41	1 762 153,24	0,00	8 817 802,17

Durante o exercício de 2022, ocorreram as seguintes variações:

5.2. – Ativos fixos tangíveis – Quantia escriturada e variações do período

Rúbricas	Quantia	Variações								Quantia
	Escriturada Inicial	Adições	Ajustamentos SNC-AP	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	Escriturada Final
Bens de domínio público património histórico artístico e cultural										
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções										
Infraestruturas										
Património histórico artístico e cultural	1 067,43									1 067,43
Outros										
Bens de domínio público em curso										
	1 067,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 067,43
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	2 265 913,43									2 265 913,43
Edifícios e outras construções	6 419 693,73						-94 511,64			6 325 182,09
Equipamento básico	55 585,86	60 253,91					-20 267,57			95 572,20
Equipamento de transporte	9 211,76						-3 546,11			5 665,65
Equipamento administrativo	133 542,13	954,60					-44 695,36			89 801,37
Equipamentos biológicos	0,00									0,00
Outros	43 364,77	6 096,60					-14 861,37			34 600,00
Ativos fixos tangíveis em curso										
	8 927 311,68	67 305,11	0,00	0,00	0,00	0,00	-177 882,05	0,00	0,00	8 816 734,74
Ativos fixos em concessão										
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções										
Infraestruturas										
Património histórico artístico e cultural										
Ativos fixos em concessão em curso										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	8 928 379,11	67 305,11	0,00	0,00	0,00	0,00	-177 882,05	0,00	0,00	8 817 802,17

Durante o exercício de 2021, ocorreram as seguintes adições:

5.2 A – Ativos fixos tangíveis – adições

Rúbricas	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Ajustamentos SNC-AP	Doação, Herança, Legado ou Perdido a Favor do Estado	Dação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público património histórico artístico e cultural Ativos fixos em concessão Outros ativos fixos tangíveis										
Ativos fixos em concessão em curso Ativos fixos em concessão										
Equipamento básico Outros ativos fixos tangíveis		60 253,91								60 253,91
Equipamento de transporte Outros ativos fixos tangíveis										0,00
Equipamento administrativo Outros ativos fixos tangíveis		954,60								954,60
Equipamentos biológicos Outros ativos fixos tangíveis										
Ativos fixos tangíveis em curso Outros ativos fixos tangíveis										
Edifícios e outras construções Bens de domínio público património histórico artístico e cultural Ativos fixos em concessão Outros ativos fixos tangíveis										
Infraestruturas Bens de domínio público património histórico artístico e cultural Ativos fixos em concessão										
Património histórico artístico e cultural Bens de domínio público património histórico artístico e cultural Ativos fixos em concessão										
Outros Bens de domínio público património histórico artístico e cultural Outros ativos fixos tangíveis		6 096,60								6 096,60
Bens de domínio público em curso Bens de domínio público património histórico artístico e cultural										
Total	0,00	67 305,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	67 305,11

NOTA 10 – Inventários

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou pelo valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os custos de compra e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compra incluem o preço de compra, os custos de transporte e de manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. O SAS adota o sistema do custo médio ponderado como fórmula de custeio dos seus inventários.

Os inventários do SAS englobam os bens alimentares adquiridos para a prossecução da prestação de serviços de alimentação, no âmbito da sua ação social.

10.1 – Inventários

Rúbricas (1)	2022			2021		
	Quantia Bruta (2)	Imparidades Acumuladas (3)	Quantia Recuperável (4)=(2)-(3)	Quantia Bruta (2)	Imparidades Acumuladas (3)	Quantia Recuperável (4)=(2)-(3)
Mercadorias						
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	29 114,58		29 114,58	25 248,70		25 248,70
Produtos acabados e intermédios						
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos						
Produtos e trabalhos em curso						
Total	29 114,58		29 114,58	25 248,70		25 248,70

10.2 – Inventários: Movimentos do período

Rúbricas	Quantia Escriturada Inicial (1)	Movimentos do Período							Quantia escriturada final (9)=(1)+(2)-(3)- /(4)-(5)+(6)- (7)+(8)
		Compras Líquidas (2)	Consumos/Gastos (3)	Variações nos inventários da produção (4)	Perdas por imparidade (5)	Reversões de perdas por imparidades (6)	Outras reduções de inventários (7)	Outros aumentos de inventários (8)	
Mercadorias									
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	25 248,70	346 944,58	343 078,70						29 114,58
Produtos acabados e intermédios									
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
Produtos e trabalhos em curso									
Total	25 248,70	346 944,58	343 078,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29 114,58

NOTA 13 – Rendimento de transações com contraprestação

Conforme previsto na NCP 13 os rendimentos com contraprestação são reconhecidos quando for provável que fluam para a Instituição benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

O rendimento das Vendas é reconhecido na demonstração dos resultados:

- i. Quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador;
- ii. Quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse;
- iii. Quando o montante dos réditos possa ser fiavelmente quantificado;
- iv. Quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade;
- v. Quando os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados;

O rendimento das Prestações de Serviços é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviço à data do balanço, estes rendimentos são todos oriundos de serviços de alimentação e alojamento.

A quantia de rendimento proveniente de uma transação é determinada por acordo entre os SAS-IPVC e os seus utentes, contribuintes ou clientes.

Os rendimentos de transações com contraprestação referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, têm a seguinte decomposição, tendo sido mensurados pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

Tabela 47 – Rendimentos de transações com contraprestação.

Descrição	Ano 2022	Ano 2021
Prestações de serviços e concessões	1 302 911,54	662 124,23
Serviços de Alimentação - Alunos	557 101,89	307 623,10
Serviços de Alimentação - Terceiros	108 762,10	6 455,94
Serviços de alojamento - Aluno	597 924,12	335 499,23
Serviços de alojamento - Terceiros	39 123,43	12 545,96
Recintos desportivos	0,00	0,00

NOTA 14 – Rendimento de transações sem contraprestação

Conforme previsto na NCP 14, em algumas transações sem contraprestação, uma entidade recebe recursos, mas não dá como retorno qualquer retribuição ou dá apenas uma retribuição simbólica. Existem igualmente outras transações sem contraprestação em que a entidade pode proporcionar alguma retribuição diretamente como contrapartida dos serviços recebidos.

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação, englobam impostos e transferências (sejam de caixa ou não) incluindo transferências financeiras (correntes e de capital), subsídios, perdão de dívidas, multas e outras penalidades, legados, ofertas, doações e bens em espécie e a parte não transacionada em mercado de empréstimos bonificados.

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação relativos ao exercício de 2022 respeitam a impostos, contribuições e taxas, transferências correntes e subsídios, imputação de subsídios e transferências para investimentos e receitas de mecenato

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação recebidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, têm a seguinte decomposição na demonstração dos resultados

Tabela 48 – Rendimento de transações sem contraprestação

Descrição	Ano 2022	Ano 2021
Impostos, contribuições e taxas	49 690,68	39 994,67
Seguro Escolar	49 690,68	39 994,67
Transferências e subsídios correntes obtidos	859 649,93	813 598,68
Transferências e subsídios correntes obtidos do IPVC	222 521,20	228 315,70
Transferências e subsídios correntes obtidos - MECTS	555 970,00	545 700,00
Transferências e subsídios correntes obtidos - Municípios	0,00	20 000,00
Transferências e subsídios correntes obtidos - Sasocial	0,00	19 582,98
Transferências e subsídios correntes obtidos - outras entidades	81 158,73	
Outros rendimentos e ganhos	92 141,48	41 141,53
Outros rendimentos suplementares	2,83	36,46
Rendimentos em investimentos não financeiros	5 500,00	0,00
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	75 888,65	36 105,07
outros não especificados - Receitas de Mecenato	10 750,00	5 000,00

O valor inscrito na rubrica de impostos e taxas refere-se na sua totalidade ao valor do seguro escolar cobrado aos alunos inscritos no IPVC.

As transferências e subsídios correntes respeitam às transferências do Orçamento de Estado, a transferências efetuadas pelo IPVC, transferências relativas a projetos cofinanciados a transferências dos municípios e transferências de outras entidades com protocolos com os SAS.

Na categoria de outros rendimentos e ganhos, na rubrica rendimentos em investimentos não financeiros foram reconhecidos os proveitos relativos à alienação de AFT, na rubrica subsídios ao investimento foram reconhecidos em rendimento do ano corrente, pela imputação do rendimento na proporção da depreciação dos ativos objeto e financiamento, na rubrica de receitas de mecenato foi registado o rendimento relativo a transferências de mecenato que outras entidades atribuem aos SAS-IPVC

NOTA 17 – Acontecimentos após a data de balanço

17.1 As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão 02/05/2023 – pelo Conselho de Gestão do IPVC.

Não são conhecidos, à data, quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

17.2 Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

NOTA 18 – Instrumentos Financeiros

18.1 Ativos Financeiros

A entidade classifica os ativos financeiros na categoria na categoria de Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis, Clientes, contribuintes e utentes e Caixa e depósitos

A) Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis

No quadro abaixo encontram-se discriminados os valores apresentados na conta de devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos à data de 31 de dezembro de 2022. O montante de 34 284,39 € é referente ao projeto fi@sas e SASocial, refere-se ao montante dos 5 % retido pela entidade fiscalizadora do projeto.

Tabela 49 – Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos.

Descrição	Ano 2022	Ano 2021
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos	49 600,12	77 282,82
Instituto Politécnico de Viana do Castelo - Transferências	0,00	4 416,00
Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	34 284,39	56 137,31
IFDR - SAMA-APNOR	0,00	16 729,51
Câmara Municipal de Melgaço	15 315,73	0,00

B) Cientes, contribuintes e utentes

As dívidas de clientes, alunos, utentes e de outros terceiros não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal deduzidas de eventuais perdas de imparidade reconhecidas nas rubricas de perdas por imparidade acumuladas, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

No quadro abaixo encontram-se discriminados os valores apresentados na conta de clientes, contribuintes e utentes à data de 31 de dezembro de 2022:

Tabela 50 – Clientes, contribuintes e utentes.

Descrição	Ano 2022	Ano 2021
Clientes, contribuintes e utentes	90 703,40	14 801,94
Clientes c/c	81 919,13	8 922,40
Utentes	45 470,66	5 879,54
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
Utentes	-36 686,39	0,00

O saldo desta conta apresenta um grande aumento de 74 892,41 € entre 2022 e 2021 fruto do aumento das dívidas de clientes, apenas quatro clientes explicam a maior parte do saldo, nomeadamente a Movijovem no montante de 10 467,59 €, a câmara municipal de Viana do Castelo, no montante de 19 765,40 €, o Instituto politécnico de Viana do Castelo, no montante de 14 568,46 €, e a Moyg, Lda. no montante de 32 520,91€. O saldo relativo a utentes refere-se a dívidas dos alunos alojados nas residências dos SAS.

Está considerada na conta 2183 adiantamentos de utentes do SAS o valor de 36 686,39 €, este era o valor existente em carregamentos do SASocial por parte dos alunos e que ainda não tinha sido utilizado para consumir, não sendo ainda receita dos SAS.

Foi feita uma avaliação de imparidade a data de cada demonstração da posição financeira e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique o montante pelo qual um ativo se encontra registado possa não ser recuperado.

A imparidade de 2022 relativa a clientes de cobrança duvidosa foi reconhecida para a totalidade dos clientes que possuíam saldos devedores há mais de doze meses, ou seja, cuja faturação tinha sido emitida até 31/12/2021.

Os movimentos ocorridos na rubrica de “Perdas por imparidade para clientes de cobrança duvidosa”, em 2022, foi o seguinte:

Tabela 51 – Cobranças duvidosas.

Ativo	31/12/2021	Aumentos	Diminuições	31/12/2022
Cientes de cobrança duvidosa	11 292,34	686,88	0,00	11 979,22
Utentes de cobrança duvidosa	12 353,08	3 369,04	2 946,91	12 775,21
Total	23 645,42	4 055,92	2 946,91	24 754,43

Tabela 52 – Perdas por imparidade

Descrição	Ano 2022	Ano 2021
Perdas por imparidade	1 109,01	1 124,74
Clientes, contribuinte e utentes	1 109,01	1 124,74

c) Outras contas a receber

O saldo de outras contas a receber em 2022, corresponde à conta de devedores por acréscimos de rendimentos, nomeadamente devido às comissões a cobrar do mês de dezembro da concessão das máquinas vending e à conta de outros devedores, referente ao valor que o IPVC não transferiu para os SAS-IPVC dos carregamentos efetuados nos balcões únicos.

Tabela 53 – Outros devedores

Descrição	Ano 2022	Ano 2021
Devedores por acréscimos de rendimentos	2 866,27	0
Outros acréscimos de rendimentos	2 866,27	0
Outros devedores	1 707,56	233,14
Saldo outros devedores	1 707,56	233,14

d) Caixa e depósitos

Esta categoria inclui depósitos à ordem no tesouro e outras instituições bancárias. Os depósitos bancários contêm valores em Euros para os quais o risco de alteração de valor não é significativo. Todos os montantes incluídos nestas rubricas são passíveis de ser realizados no curto prazo não existindo penhoras ou garantias prestadas sobre estes ativos.

A desagregação dos valores em caixa e em depósitos bancários, a 31 de dezembro de 2022 tem a seguinte composição:

Tabela 54 – Caixa e depósitos.

Conta	2022	2021
Caixa	- €	550,00 €
Depósitos à ordem	17 645,69 €	11 915,47 €
Depósitos à ordem no Tesouro	15 768,71 €	10 673,51 €
Depósitos bancários ordem	1 876,98 €	1 241,96 €
Depósitos a prazo		
Depósitos consignados		
Depósitos de garantias e cauções		
Total de caixa e depósitos	17 645,69 €	12 465,47 €

18.2 Passivos Financeiros

Resulta de uma obrigação contratual, para entregar dinheiro ou outro ativo financeiro, que os SAS-IPVC tem para com os seus fornecedores e credores, para em troca receber benefícios. Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

A) Fornecedores e Fornecedores de investimento

Os fornecedores c/c compreendem os movimentos com as entidades, singulares ou coletivas, vendedoras de bens ou serviços, com exceção da aquisição de ativos fixos. Os fornecedores de investimento compreendem os movimentos com fornecedores de bens e serviços destinados a capitalizar como ativo não corrente da entidade (ativo fixo tangível, ativo intangível ou propriedades de investimento).

A rubrica de fornecedores encontrava-se em 31 de dezembro de 2022 repartida da seguinte forma:

Tabela 55 – Fornecedores e fornecedores de investimento.

Descrição	Ano 2022	Ano 2021
Fornecedores e Fornecedores de investimento	121 292,35	128 862,97
Fornecedores c/c	121 292,35	83 753,12
Fornecedores de investimentos c/c	0,00	45 109,85

B) Estado e outros entes públicos

A dívida ao Estado e outros entes públicos em 31 de dezembro de 2022 era de 4 361,28 €.

Esta dívida encontra-se no quadro abaixo e respeita exclusivamente ao apuramento do IVA do quarto trimestre de 2022, a ser regularizado até fevereiro do ano seguinte.

No quadro abaixo encontram-se discriminados os valores apresentados nas rubricas de Estado e outros entes públicos à data de 31 de dezembro de 2022:

Tabela 56 – Estado e outros entes públicos

Descrição	Ano 2022	Ano 2021
Estado e outros entes públicos	4 361,28	17 495,68
Retenções Impostos sobre o Rendimento	0,00	2 846,00
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	4 361,28	1 096,44
Segurança Social	0,00	13 553,24
Caixa geral de aposentações	0,00	0,00

O SAS-IPVC não possui dívidas em mora ao Estado ou outras instituições públicas (Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e ADSE).

C) Outras contas a pagar

A categoria outras contas a pagar respeita à rubrica remunerações a liquidar, onde foi registada a estimativa do valor de férias, subsídio de férias e encargos relacionados, que em 31 de dezembro os trabalhadores já tenham direito a receber, mas cujo processamento e pagamento apenas se verificará em 2023.

A rubrica outros acréscimos de gastos, está relacionada com gastos com água, eletricidade, gás, despesas com formação e bolsas de apoio social, e outros fornecimentos e serviços externos cujo gasto é de 2022, pese embora o documento do fornecedor tenha a data de 2023.

O valor da rubrica outros credores é referente à verba que ficou por repor à Direção Geral do Ensino Superior, referente a reposições de bolsas de estudo.

No quadro abaixo encontram-se discriminados os valores apresentados nas outras contas a pagar à data de 31 de dezembro de 2022:

Tabela 57 – Outras contas a pagar

Descrição	Ano 2022	Ano 2021
Outras contas a pagar	172 231,72	158 392,63
Remunerações a Liquidar	153 909,51	127 698,79
Outros acréscimos de gastos	17 905,77	25 700,04
Outros credores	416,44	4 993,80

NOTA 19 – Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados de curto prazo incluem salários, ordenados, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais.

Todo o pessoal ao serviço da Instituição foi remunerado de acordo com as suas funções durante o exercício. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os gastos com pessoal relativos a 2022 totalizaram 1 064 720,39 €, apresentando-se abaixo a respetiva desagregação subconta:

Tabela 58 – Gastos com pessoal.

Descrição	Ano 2022	Ano 2021
Gastos com pessoal	1 064 720,39	892 150,81
Remunerações Pessoal	838 043,53	720 603,68
Encargos sobre remunerações	186 722,70	161 531,92
Acidentes no trabalho e doenças	31 837,00	10 015,21
Outros gastos com pessoal	5 913,63	0
Outros encargos sociais	2 203,53	0

A 31 de Dezembro de 2022 os SAS-IPVC tinham 62 funcionários, no final do ano de 2021 eram 58 funcionários.

NOTA 20 – Divulgações de partes relacionadas

Os termos e condições associados a transações com partes relacionadas não diferem dos normalmente associados a transações semelhantes com partes não relacionadas. Os SAS-IPVC são uma unidade funcional do IPVC, pelo que se considera uma entidade relacionada.

No quadro a seguir apresentado encontram-se refletidos os saldos devedores e credores relativos às transações efetuadas com os Serviços de Ação Social, assim como, os respetivos valores acumulados para cada uma das contas indicadas.

As vendas e prestações de serviços referem-se essencialmente à prestação de serviços de alimentação para colóquios, formações, reuniões e outras atividades promovidas pelo IPVC. O montante relativo a transferências obtidas é referente a transferências que o IPVC efetua para os SAS para apoiar a ação social escolar estando incluído nesta conta o valor do seguro escolar que o IPVC cobra aos alunos, mas que é receita pertencente aos SAS. O valor com aquisições de serviços foi feito relativo a material de escritório que os SAS compram ao IPVC e a propinas que os SAS pagam ao IPVC pelos funcionários que estão inscritos em licenciaturas nesta entidade.

Tabela 59 – Movimento de contas com o IPVC

Conta	Descrição	Saldo inicial	Movimentos débito	Movimentos Crédito	Saldo final
20150376187701	Instituto Politécnico de Viana do Castelo	4 416,00	255 431,90	259 847,90	0,00
211150376187701	Instituto Politécnico de Viana do Castelo	2 000,90	31 998,54	19 430,98	14 568,46
221150376187701	Instituto Politécnico de Viana do Castelo	0,00	2 303,00	2 774,64	-471,64
22550376187701	Instituto Politécnico de Viana do Castelo		2 646,45	2 763,81	-117,36
278919150376187701	outros devedores - Instituto Politécnico de Viana do Castelo		1 707,56	0,00	1 707,56
278929150376187701	Instituto Politécnico de Viana do Castelo	-4 993,80	7 062,00	2 068,20	0,00

Tabela 60 – Tipos de transação com o IPVC

tipo de transação			
	Vendas e prestações de serviços	transferências obtidas	Aquisições de serviços
Instituto Politécnico de Viana do Castelo - Serviços Centrais	8 173,65€	283 077,70€	0,00€

É competência do Conselho de Gestão do IPVC conduzir a gestão administrativa, patrimonial e financeira da instituição.

Os membros que compõem o Conselho de Gestão do IPVC, à data do fecho contabilístico, 31 de dezembro de 2022, são os seguintes:

- Carlos Manuel da Silva Rodrigues, Presidente;
- Ana Paula Moreira Rodrigues do Vale, Vice-Presidente;
- César Augusto Araújo Fernandes Meira de Sá, Diretor da Escola Superior de Educação;
- Maria Isabel Valín Sanjiao, Diretora da Escola Superior Agrária;
- Paula Cristina Ferreira da Silva, Administradora do IPVC;

A remuneração anual dos membros que constituem o Conselho de Gestão é a que se apresenta na seguinte tabela. De referir que relativamente aos diretores das unidades orgânicas, apenas se apresenta o montante do suplemento auferido pelo exercício deste cargo, na medida em que a remuneração base corresponde à remuneração da categoria de origem (docente).

Tabela 61 – Remuneração dos órgãos de gestão

Cargo	Remuneração base	Despesas de representação	suplementos
Presidente	86 340,94 €		
Vice-Presidente	82 792,78 €		
Administrador	45 869,18 €	8 271,62€	
Diretor de Unidade orgânica			6 493,48 €

É Competência do Administrador dos Serviços de Ação Social apresentar o relatório de atividades e contas. Em 2022 o cargo era ocupado por José Luís da Rocha Ceia, sendo a sua remuneração idêntica à categoria de administrador apresentada na tabela 55.

NOTA 23 – Outras divulgações

23.1 Outras divulgações relacionadas com a Demonstração de Resultados por Natureza

A) Fornecimentos e serviços externos

Encontram-se abaixo discriminados os fornecimentos e serviços externos reconhecidos à data de 31 de dezembro de 2022, e respetivos comparativos:

Tabela 62 – Fornecimentos e Serviços Externos

Descrição	Ano 2022	Ano 2021
Fornecimentos e Serviços Externos	589 870,61	372 397,72
Serviços de saúde	23 290,23	1 590,00
Serviços de alojamento e de restauração	208 078,02	96 768,72
Outros subcontratos ou parceiras	17 219,50	0,00
Trabalhos especializados	13 831,08	11 413,21
Publicidade, comunicação e imagem	1 137,75	1 832,21
Vigilância e segurança	21 481,20	14 416,12
Honorários	23 763,26	27 887,50
Comissões	6 055,66	587,07
Conservação e reparação	46 262,10	41 635,33
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	14 394,08	14 612,23
Material de escritório	1 065,42	473,93
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	1 400,81	15 090,12
Medicamentos e artigos para a saúde	1 408,28	519,74
Outros materiais	6 043,06	5 069,99
Eletricidade	34 654,79	18 179,25
Combustíveis e lubrificantes	78 592,34	53 554,40
Água	35 144,30	28 130,88
Deslocações e estadas	946,15	355,30
Transportes de mercadorias e outros bens vendidos	167,55	2 396,52
Transporte escolar	4 580,00	0,00
Comunicação	3 379,06	1 992,55
Seguros	8 855,82	7 633,41
Royalties	14 871,24	0,00
Despesas de representação dos Serviços	0,00	521,32
Limpeza, higiene e conforto	21 890,58	7 447,42
Outros serviços	1 358,33	20 290,50

B) Transferências e subsídios concedidos

As transferências e subsídios concedidos relativos a 2022 aumentaram 6 639,64 €, na subconta subsídios atribuídos a outras entidades incluem-se os subsídios atribuídos às diversas associações de estudantes do IPVC, subsídios atribuídos a estudantes para participações em atividades desportivas e culturais e o maior valor desta conta é para apoios concedidos à Federação Académica do IPVC apresentando-se abaixo a respetiva distinção por subconta:

Tabela 63 – Transferências e subsídios concedidos

Descrição	Ano 2022	Ano 2021
Transferências e subsídios concedidos	86 890,08	80 250,44
Bolsas de apoio social	34 723,63	9 031,25
Subsídios atribuídos a outras entidades	52 166,45	71 219,19

C) Outros gastos e perdas

O total da rubrica de outros gastos e perdas ascendeu, à data de 31 de dezembro de 2022, a 4 202,60 € euros, conforme informação discriminada abaixo.

Tabela 64 – Outros gastos e perdas

Descrição	Ano 2022	Ano 2021
Outros gastos e perdas	4 202,60	207,12
Quotizações	0,00	207,12
Taxas	132,60	0,00
Outros não especificados	4 070,00	0,00

23.2 Divulgações relacionadas com os diferimentos

Os diferimentos no montante de 5 249,98 Euros respeitam ao diferimento do custo do seguro escolar do ano letivo 2022/2023.

Tabela 65 – Diferimentos (Ativo)

Diferimentos (Ativo)	Ano 2022	Ano 2021
Gastos a Reconhecer	5 249,98 €	5 540,67 €
Seguro escolar	5 249,98 €	5 250,00 €
Seguro carrinha Toyota		290,67 €

A rubrica dos diferimentos do passivo engloba os rendimentos a reconhecer relativamente ao seguro escolar de 2022/2023.

No quadro abaixo encontram-se discriminados os valores apresentados na rubrica de diferimentos - passivo à data de 31 de dezembro de 2022:

Tabela 66 – Diferimentos (Passivo)

Diferimentos (Passivo)	Ano 2022	Ano 2021
Rendimento a Reconhecer	37 761,32	64 099,72
Transferências e subsídios correntes	0,00	0,00
Transferências e subsídios capital	0,00	6 903,15
Seguro escolar	37 761,32	35 226,00
Bolsas outras entidades	0,00	0,00
Receita Alojamento	0,00	0,00
Receita Alimentação	0,00	21 970,57

23.3 Divulgações relacionadas Património Líquido

A) Património Líquido

Abaixo encontram-se discriminados os movimentos ocorridos durante o período de 2022:

Tabela 67 – Património Líquido

Fundos próprios	Ano 2021	Movimentos débito	Movimentos a crédito	Ano 2022
Património	495 714,29	0,00		495 714,29
Reservas	0,00	0,00		0,00
Resultados Transitados	8 401 897,93	208 002,19	27 636,90	8 221 532,64
Outras variações no património líquido	397 836,89	44 396,93	8 463,89	361 903,85
Resultado Líquido do período	-176 510,47	2 318 462,83	2 487 938,70	-7 034,60
Total	9 118 938,64	2 570 861,95	2 524 039,49	9 072 116,18

As alterações no património líquido na rubrica de resultado transitados devem-se à aplicação do resultado líquido do exercício de 2021 no montante de -176 510,47 €, à imputação de subsídios ao investimento a rendimentos correspondente ao valor das depreciações do projeto fi@sas e redezero no montante de 31 491,72 €, ao reconhecimento do saldo inicial das contas correntes no SASocial no montante de 25 127,64 €, ao ajustamento final do valor correspondente a capital do projeto fi@sas no montante de 2 509, 26 €.

As outras variações no património líquido que ocorreram no ano de 2022 refere-se à imputação de subsídios ao investimento a rendimentos correspondente ao valor das depreciações do projeto SASocial no montante de 44 396,93 €, e ao reconhecimento da execução financeira do projeto SASocial através da regularização da respetiva conta de passivo no montante de 6 903,15 € e ao ajustamento final do valor correspondente a capital do projeto SASocial no montante de 1 560,74 €.

A variação na conta de resultados líquidos surge do natural apuramento de resultados.

Outras Informações

No ano de 2022 não foi possível aplicar a Norma de Contabilidade Pública (NCP) 27 – Contabilidade de Gestão, prevista no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, na medida em que, tendo sido um ano de alteração do software da contabilidade, tendo a mesma implementação ocorrido ao longo do ano de 2022, não foi ainda possível alocar recursos humanos, com os conhecimentos técnicos especializados necessários, a esta área de atuação.

2. Demonstrações Orçamentais

3.1. Demonstração do desempenho orçamental

RUBRICA	RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						N-1	RUBRICA	Pagamentos	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						N-1			
		RP	RG	EU	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL				RP	RG	EU	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL				
	Saldo de gerência anterior																			
	Operações orçamentais [1]	7 321,53	9,07	141,07		0,00	7 471,67	20 938,66												
	Restituição do saldo oper. orçamentais						0,00	0,00												
	Operações de tesouraria [A]					4 993,80	4 993,80	199,92												
	Receita corrente						0,00	0,00												
R1	Receita fiscal						0,00	0,00		D1	Despesas com o pessoal	499 019,44	555 508,87			1 054 528,31		871 247,71		
R11	Impostos diretos						0,00	0,00		D11	Remunerações Certas e Permanentes	342 196,79	448 062,47			790 259,26		696 086,18		
R12	Impostos indiretos						0,00	0,00		D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	25 414,08	5 430,20			30 844,28		14 393,90		
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde						0,00	0,00		D13	Segurança social	131 408,57	102 016,20			233 424,77		160 767,63		
R3	Taxas, multas e outras penalidades	56 642,00					56 642,00	47 102,00		D2	Aquisição de bens e serviços	931 796,81				931 796,81		659 127,24		
R4	Rendimentos de propriedade						0,00	0,00		D3	Juros e outros encargos	5 184,99				5 184,99		587,07		
R5	Transferências e subsídios correntes	255 021,20	555 970,00	38 582,43			849 573,63	985 049,15		D4	Transferências e subsídios correntes	85 170,46				85 170,46		82 125,56		
R51	Transferências correntes	255 021,20	555 970,00	38 582,43			849 573,63	985 049,15		D41	Transferências correntes	85 170,46				85 170,46		82 125,56		
R511	Administrações Públicas	255 021,20	555 970,00	0,00			810 991,20	794 015,70		D411	Administrações Públicas					0,00		0,00		
R5111	Administração Central - Estado Português		555 970,00				555 970,00	545 700,00		D4111	Administração Central - Estado Português					0,00		0,00		
R5112	Administração Central - Outras entidades	222 521,20					222 521,20	228 315,70		D4112	Administração Central - Outras entidades					0,00		0,00		
R5113	Segurança Social						0,00	0,00		D4113	Segurança Social					0,00		0,00		
R5114	Administração Regional						0,00	0,00		D4114	Administração Regional					0,00		0,00		
R5115	Administração Local	32 500,00					32 500,00	20 000,00		D4115	Administração Local					0,00		0,00		
R512	Exterior - UE			38 582,43			38 582,43	191 033,45		D412	Entidades do setor não lucrativo	52 166,45				52 166,45		71 219,19		
R513	Outras						0,00	0,00		D413	Famílias	33 004,01				33 004,01		10 906,37		
R52	Subsídios Correntes						0,00	0,00		D414	Outras					0,00		0,00		
R6	Venda de bens e serviços	1234 108,02					1234 108,02	666 727,45		D42	Subsídios correntes					0,00		0,00		
R7	Outras receitas correntes	44 093,00					44 093,00	6 015,23		D5	Outras despesas correntes	7 762,21				7 762,21		536,30		
	Receita de capital						0,00	0,00			Despesa de capital									
R8	Venda de bens de investimento	5 500,00					5 500,00	0,00		D6	Aquisição de bens de capital	70 469,04		38 255,51		108 724,55		104 736,94		
R9	Transferências e subsídios de Capital						0,00	0,00		D7	Investimento									
R91	Transferências de Capital									D71	Transferências de capital									
R911	Administrações Públicas						0,00	0,00		D711	Administrações Públicas									
R9111	Administração Central - Estado Português						0,00	0,00		D7111	Administração Central - Estado Português									
R9112	Administração Central - Outras entidades						0,00	0,00		D7112	Administração Central - Outras entidades									
R9113	Segurança Social						0,00	0,00		D7113	Segurança Social									
R9114	Administração Regional						0,00	0,00		D7114	Administração Regional									
R9115	Administração Local						0,00	0,00		D7115	Administração Local									
R912	Exterior - UE						0,00	0,00		D712	Entidades do setor não lucrativo									
R913	Outras						0,00	0,00		D713	Famílias									
R9.2	Subsídios de capital						0,00	0,00		D714	Outras									
R10	Outras receitas de capital						0,00	0,00		D72	Subsídios de capital									
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos						0,00	0,00		D8	Outras despesas de capital									
	Receita efetiva [2]	1 595 364,22	555 970,00	38 582,43	0,00	0,00	2 189 916,65	1 704 893,83			Despesa efetiva [5]	1 599 402,95	555 508,87	38 255,51	0,00	2 193 167,33		1 718 360,82		
	Receita não efetiva [3]										Despesa não efetiva [6]									
R12	Receita com ativos financeiros									D10	Ativos financeiros									
R13	Receita com passivos financeiros									D11	Passivos financeiros									
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	1 602 685,75	555 979,07	38 723,50	0,00	0,00	2 197 388,32	1 725 832,49			Soma [7]=[5]+[6]	1 599 402,95	555 508,87	38 255,51	0,00	2 193 167,33		1 718 360,82		
	Operações de tesouraria [B]					4 1936,62	4 1936,62	34 556,99			Operações de tesouraria [C]					33 505,72		33 505,72		
	Saldo para a gerência seguinte						3 282,80	470,20	467,99	0,00					13 424,70		17 645,69		12 465,47	
	Operações orçamentais [8] = [4]-[7]						3 282,80	470,20	467,99	0,00					0,00		4 220,99		7 471,67	
	Operações de tesouraria [D]=[A]-[B]-[C]						0,00	0,00	0,00	0,00					13 424,70		13 424,70		4 993,80	
	Saldo global [2] - [5]						-4 038,73	461,13	326,92	0,00					-3 250,68		-13 466,99			
	Despesa primária	1 594 217,96	555 508,87	38 255,51	0,00	0,00	2 187 982,34	1 717 773,75												
	Saldo corrente																		99 973,87	
	Saldo de capital																		-103 224,55	
	Saldo primário																		1 934,31	
	Receita total [1] + [2] + [3]	1 602 685,75	555 979,07	38 723,50	0,00	0,00	2 197 388,32	1 725 832,49												
	Despesa total [5] + [6]	1 599 402,95	555 508,87	38 255,51	0,00	0,00	2 193 167,33	1 718 360,82												

3.2. Demonstração de execução orçamental da receita

Rubrica	Descrição	Previsões Corrigidas (1)	Receitas por cobrar de períodos anteriores (2)	Receitas liquidadas (3)	Liquidações anuladas (4)	Receitas cobradas brutas (5)	Reembolsos e restituições		Receitas cobradas líquidas			Receitas por cobrar no final do período (11)	Grau de execução orçamental		
							Emitidos (6)	Pagos (7)	Períodos anteriores (8)	Período corrente (9)	Total (10)=(5)-(7)		Períodos anteriores (12)=(8)/(1)×100	Período corrente (13)=(9)/(1)×100	
	Receita corrente														
R1	Receita fiscal														
R11	Impostos diretos														
R12	Impostos indiretos														
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde														
R3	Taxas, multas e outras penalidades	56 642,00		56 642,00		56 642,00				56 642,00	56 642,00	0,00	0%	100%	
R4	Rendimentos de propriedade														
R5	Transferências e subsídios correntes	867 425,00	0,00	849 573,63	0,00	849 573,63	0,00	0,00	0,00	849 573,63	849 573,63	0,00	0%	98%	
R51	Transferências correntes	867 425,00	0,00	849 573,63	0,00	849 573,63	0,00	0,00	0,00	849 573,63	849 573,63	0,00	0%	98%	
R511	Administrações Públicas	811 254,00	0,00	810 991,20	0,00	810 991,20	0,00	0,00	0,00	810 991,20	810 991,20	0,00	0%	100%	
R5111	Administração Central - Estado Português	555 970,00	0,00	555 970,00	0,00	555 970,00	0,00	0,00	0,00	555 970,00	555 970,00	0,00	0%	100%	
R5112	Administração Central - Outras entidades	222 784,00	0,00	222 521,20	0,00	222 521,20	0,00	0,00	0,00	222 521,20	222 521,20	0,00	0%	100%	
R5113	Segurança Social														
R5114	Administração Regional														
R5115	Administração Local	32 500,00		32 500,00		32 500,00	0,00	0,00	0,00	32 500,00	32 500,00	0,00	0%	100%	
R512	Exterior - UE	38 583,00	0,00	38 582,43	0,00	38 582,43	0,00	0,00	0,00	38 582,43	38 582,43	0,00	0%	100%	
R513	Outras	17 588,00											0%	0%	
R52	Subsídios Correntes														
R6	Venda de bens e serviços	1 494 076,00	38 447,36	1 430 733,32	110 525,68	1 234 112,02	4,00	4,00	12 664,21	1 221 443,81	1 234 108,02	124 546,98	1%	82%	
R7	Outras receitas correntes	45 343,00	0,00	44 093,00	0,00	44 093,00	0,00	0,00	0,00	44 093,00	44 093,00	0,00	0%	97%	
	Receita de capital														
R8	Venda de bens de investimento	5 500,00		5 500,00		5 500,00				5 500,00	5 500,00	0,00	0%	100%	
R9	Transferências e subsídios de Capital														
R91	Transferências de Capital														
R911	Administrações Públicas														
R9111	Administração Central - Estado Português														
R9112	Administração Central - Outras entidades														
R9113	Segurança Social														
R9114	Administração Regional														
R9115	Administração Local														
R912	Exterior - UE														
R913	Outras														
R9.2	Subsídios de capital														
R10	Outras receitas de capital														
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos														
R12	Receita com ativos financeiros														
R13	Receita com passivos financeiros														
R14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	7 474,00	0,00	7 471,67	0,00	7 471,67	0,00	0,00	0,00	7 471,67	7 471,67			100%	
	Total	2 476 460,00	38 447,36	2 394 013,62	110 525,68	2 197 392,32	4,00	4,00	12 664,21	2 184 724,11	2 197 388,32	124 546,98	1%	88%	

3.3. Demonstração de execução orçamental da despesa

Rubrica	Descrição	Despesas por pagar de períodos anteriores (1)	Dotações corrigidas (2)	Cativos/descativos (3)	Compromissos (4)	Obrigações (5)	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar (9)=(4)-(5)	Obrigações por pagar (10)=(5)-(8)	Grau de execução orçamental	
							Períodos anteriores (6)	Período corrente (7)	Total (8)=(6)+(7)			Períodos anteriores (11)=(6)/(2)×100	Período corrente (12)=(7)/(2)×100
	Despesa corrente												
D1	Despesas com o pessoal	16 399,24	1 102 121,00	0,00	1 054 625,31	1 054 625,31	16 399,24	1 038 129,07	1 054 528,31	0,00	97,00	1%	94%
D11	Remunerações Certas e Permanentes	7 136,24	836 547,00		790 259,26	790 259,26	7 136,24	783 123,02	790 259,26	0,00	0,00	1%	94%
D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00	30 880,00		30 844,28	30 844,28	0,00	30 844,28	30 844,28	0,00	0,00	0	100%
D13	Segurança social	9 263,00	234 694,00		233 521,77	233 521,77	9 263,00	224 161,77	233 424,77	0,00	97,00	4%	96%
D2	Aquisição de bens e serviços	79 621,31	1 151 667,00		1 050 141,55	1 047 205,91	79 617,92	852 178,89	931 796,81	2 935,64	115 409,10	7%	74%
D3	Juros e outros encargos	0,00	5 268,00		5 184,99	5 184,99	0,00	5 184,99	5 184,99	0,00	0,00	0	98%
D4	Transferências e subsídios correntes	0,00	86 722,00	0,00	85 170,46	85 170,46	0,00	85 170,46	85 170,46	0,00	0,00	0	98%
D41	Transferências correntes	0,00	86 722,00	0,00	85 170,46	85 170,46	0,00	85 170,46	85 170,46	0,00	0,00	0	98%
D411	Administrações Públicas												
D4111	Administração Central - Estado Português												
D4112	Administração Central - Outras entidades												
D4113	Segurança Social												
D4114	Administração Regional												
D4115	Administração Local												
D412	Entidades do setor não lucrativo	0,00	52 193,00		52 166,45	52 166,45	0,00	52 166,45	52 166,45	0,00	0,00	0%	100%
D413	Famílias	0,00	34 529,00		33 004,01	33 004,01	0,00	33 004,01	33 004,01	0,00	0,00	0%	96%
D414	Outras												
D42	Subsídios correntes												
D5	Outras despesas correntes	0,00	13 609,00		7 762,21	7 762,21	0,00	7 762,21	7 762,21	0,00	0,00	0	57%
	Despesa de capital												
D6	Aquisição de bens de capital	45 109,85	117 073,00		115 830,57	112 663,32	45 109,85	63 614,70	108 724,55	3 167,25	3 938,77	39%	54%
D7	Investimento												
D71	Transferências de capital												
D711	Administrações Públicas												
D7111	Administração Central - Estado Português												
D7112	Administração Central - Outras entidades												
D7113	Segurança Social												
D7114	Administração Regional												
D7115	Administração Local												
D712	Entidades do setor não lucrativo												
D713	Famílias												
D714	Outras												
D72	Subsídios de capital												
D8	Outras despesas de capital												
D10	Ativos financeiros												
D11	Passivos financeiros												
	Total	141 130,40	2 476 460,00	0,00	2 318 715,09	2 312 612,20	141 127,01	2 052 040,32	2 193 167,33	6 102,89	119 444,87	6%	83%

3.4. Anexo às demonstrações orçamentais

3.4.1. Alterações orçamentais da receita

Rúbricas	Tipo	Receita					Observações
		Previsões iniciais	Alterações orçamentais			Previsões corrigidas	
			Inscrições / reforços	Diminuições / anulações	Créditos especiais		
R1 - Receita fiscal	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R1.1 - Impostos diretos	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R1.2 - Impostos indiretos	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R10 - Outras receitas de capital	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R11 - Reposição não abatidas aos pagamentos	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R12 - Receita com ativos financeiros	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R13 - Receita com passivos financeiros	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R14 - Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	P/M	0,00	0,00	0,00	7 474,00	7 474,00	
R2 - Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R3 - Taxas multas e outras penalidades	P/M	35 872,00	20 770,00	0,00	0,00	56 642,00	
R4 - Rendimentos de propriedade	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5 - Transferências e subsídios correntes	P/M	742 843,00	568 470,00	555 970,00	112 082,00	867 425,00	
R5.1 - Transferências correntes	P/M	742 843,00	568 470,00	555 970,00	112 082,00	867 425,00	
R5.1.1 - Administrações Públicas	P/M	690 970,00	568 470,00	555 970,00	107 784,00	811 254,00	
R5.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	P/M	0,00	555 970,00	0,00	0,00	555 970,00	
R5.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	P/M	690 970,00	0,00	555 970,00	87 784,00	222 784,00	
R5.1.1.3 - Segurança Social	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.1.4 - Administração Regional	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.1.5 - Administração Local	P/M	0,00	12 500,00	0,00	20 000,00	32 500,00	
R5.1.2 - Exterior - U E	P/M	34 285,00	0,00	0,00	4 298,00	38 583,00	
R5.1.3 - Outras	N/A	17 588,00	0,00	0,00	0,00	17 588,00	
R5.2 - Subsídios correntes	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R6 - Venda de bens e serviços	P/M	1 282 572,00	0,00	68 925,00	280 429,00	1 494 076,00	
R7 - Outras receitas correntes	P/M	15 188,00	30 155,00	0,00	0,00	45 343,00	
R8 - Venda de bens de investimento	P/M	0,00	5 500,00	0,00	0,00	5 500,00	
R9 - Transferências e subsídios de capital	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1 - Transferências de capital	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.1 - Administração Central - Estado	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.1.3 - Segurança Social	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.1.4 - Administração Regional	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.1.5 - Administração Local	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.2 - Exterior - U E	P/M	34 285,00	0,00	0,00	4 298,00	38 583,00	
R9.1.3 - Outras	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.2 - Subsídios de capital	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Total:		2 076 475,00	624 895,00	624 895,00	399 985,00	2 476 460,00
--------	--	--------------	------------	------------	------------	--------------

3.4.2. Alterações orçamentais da despesa

Rúbricas	Descrição	Despesa					Observações
		Dotações iniciais	Alterações orçamentais			Dotações corrigidas	
			Inscrições / reforços	Diminuições / anulações	Créditos especiais		
D1 - Despesas com o pessoal	P/M	983 337,00	130 023,00	131 361,00	120 122,00	1 102 121,00	
D1.1 - Remunerações Certas e Permanentes	P/M	796 475,00	95 183,00	121 640,00	66 529,00	836 547,00	
D1.2 - Abonos Variáveis ou Eventuais	P/M	11 978,00	12 536,00	1 275,00	7 641,00	30 880,00	
D1.3 - Segurança social	P/M	174 884,00	22 304,00	8 446,00	45 952,00	234 694,00	
D10 - Despesa com passivos financeiros	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D2 - Aquisição de bens e serviços	P/M	938 602,00	221 306,00	249 174,00	240 933,00	1 151 667,00	
D3 - Juros e outros encargos	P/M	1 250,00	4 018,00	0,00	0,00	5 268,00	
D4 - Transferências e subsídios correntes	P/M	76 000,00	9 414,00	18 885,00	20 193,00	86 722,00	
D4.1 - Transferências correntes	P/M	76 000,00	9 414,00	18 885,00	20 193,00	86 722,00	
D4.1.1 - Administrações Públicas	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.1.3 - Segurança Social	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.1.4 - Administração Regional	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.1.5 - Administração Local	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.2 - Entidades do setor não lucrativo	P/M	39 000,00	0,00	4 000,00	17 193,00	52 193,00	
D4.1.3 - Famílias	P/M	37 000,00	9 414,00	14 885,00	3 000,00	34 529,00	
D4.1.4 - Outras	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.2 - Subsídios correntes	P/M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D5 - Outras despesas correntes	P/M	1 000,00	10 691,00	0,00	1 918,00	13 609,00	
D6 - Aquisição de bens de capital	P/M	76 286,00	71 863,00	47 895,00	16 819,00	117 073,00	
D7 - Transferência e subsídios de capital	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1 - Transferências de capital	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.1 - Administrações Públicas	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.1.3 - Segurança Social	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.1.4 - Administração Regional	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.1.5 - Administração Local	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.2 - Entidades do setor não lucrativo	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.3 - Famílias	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.4 - Outras	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D8 - Outras despesas de capital	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D9 - Despesa com ativos financeiros	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total:		2 076 475,00	447 315,00	447 315,00	399 985,00	2 476 460,00	

3.4.3. Operações de tesouraria

Código das contas	Saldo inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo final
07.1.1 / 07.2.1 - Recebimentos / pagamentos por Intermediação de fundos	0,00	4 993,80	4 993,80	0,00
07.1.2.1.1 / 07.2.1.1 - Autarquias Locais	0,00	0,00	0,00	0,00
07.1.2.1.2 / 07.2.2.1.2 - Entidade Contabilística Estado	0,00	0,00	0,00	0,00
07.1.2.1.3 / 07.2.2.1.3 - Região Autónoma Açores	0,00	0,00	0,00	0,00
07.1.2.1.4 / 07.2.2.1.4 - Região Autónoma Madeira	0,00	0,00	0,00	0,00
07.1.2.1.5 / 07.2.2.1.5 - Outras entidades beneficiárias	0,00	0,00	0,00	0,00
07.1.2.2 / 07.2.2.2 - Receita não Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00
07.1.3 / 07.2.3 - Constituição e reforço/devolução de cauções e garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
07.1.4 / 07.2.4 - Cobrança/Entrega de recursos próprios europeus	0,00	0,00	0,00	0,00
07.1.5 / 07.2.5 - Receção/receitas de receitas próprias – duplo cabimento	0,00	0,00	0,00	0,00
07.1.6 / 07.2.6 - Retenções - Transição para o SNC-AP	0,00	0,00	0,00	0,00
07.1.9 / 07.2.9 - Outras receitas/despesas de operações tesouraria	4 993,80	36 942,82	28 511,92	13 424,70
07.2.8- Conversão de operações de tesouraria em receita orçamental	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	4 993,80	41 936,62	33 505,72	13 424,70

3.4.4. Contratação administrativa

Este mapa por ser demasiado extenso foi propositadamente excluído do relatório, tendo, contudo, sido submetido no sítio do tribunal de Contas.

3.4.5. Situação dos contratos

Este mapa por ser demasiado extenso foi propositadamente excluído do relatório, tendo, contudo, sido submetido no sítio do tribunal de Contas.

3.4.6. Adjudicação por tipo de procedimentos

Tipo de Contrato	Adjudicações por tipo de procedimento								Total	
	Concurso Público		Consulta Prévia		Ajuste Direto		Outros			
	Nº de Contratos	Preço Contratual	Nº de Contratos	Valor	Nº de Contratos	Valor	Nº de Contratos	Valor	Nº de Contratos	Valor
Aquisição de bens	48	1 063 082,39	15	216 961,38	583	304 986,92	1	257,23	647	1 585 287,92
Aquisição de serviços	3	102 188,60	20	342 227,42	325	288 557,52	11	46 534,66	359	779 508,20
Outro	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	803,00	2	803,00
Total	51	1 165 270,99	35	559 188,80	908	593 544,44	14	47 594,89	1 008	2 365 599,12

3.4.7. Transferências e subsídios

3.4.7.1. Transferências e subsídios obtidos

Tipos de receita	Disposições	Finalidade	Entidade	Receita	Receita	Receita prevista e	Devolução de
	legais		financiadora	prevista	recebida	não recebida	subsídios ocorrida no
							exercício
Transferências Correntes							
060301 - Estado	Orçamento Estado 2022	Orçamento Estado 2022	DGO - Transferências OE	45475,00	45475,00	0,00	0,00
060301 - Estado	Orçamento Estado 2022	Orçamento Estado 2022	DGO - Transferências OE	45475,00	45475,00	0,00	0,00
060301 - Estado	Orçamento Estado 2022	Orçamento Estado 2022	DGO - Transferências OE	45475,00	45475,00	0,00	0,00
060301 - Estado	Orçamento Estado 2022	Orçamento Estado 2022	DGO - Transferências OE	45475,00	45475,00	0,00	0,00
060301 - Estado	Orçamento Estado 2022	Orçamento Estado 2022	DGO - Transferências OE	45475,00	45475,00	0,00	0,00
060301 - Estado	Orçamento Estado 2022	Orçamento Estado 2022	DGO - Transferências OE	45000,00	45000,00	0,00	0,00
060301 - Estado	Orçamento Estado 2022	Orçamento Estado 2022	DGO - Transferências OE	45000,00	45000,00	0,00	0,00
060301 - Estado	Orçamento Estado 2022	Orçamento de estado 2022	DGO - Transferências OE	49601,00	49601,00	0,00	0,00
060301 - Estado	Orçamento Estado 2022	Orçamento de estado 2022	DGO - Transferências OE	50000,00	50000,00	0,00	0,00
060301 - Estado	Orçamento Estado 2022	Orçamento de estado 2022	DGO - Transferências OE	46350,00	46350,00	0,00	0,00
060301 - Estado	Orçamento Estado 2022	Orçamento de estado 2022	DGO - Transferências OE	46350,00	46350,00	0,00	0,00
060301 - Estado	Orçamento Estado 2022	Orçamento de estado 2022	DGO - Transferências OE	46294,00	46294,00	0,00	0,00
060307 - Serviços e fundos autónomos	Orçamento Estado 2022	Orçamento Estado 2022	Instituto Politécnico de Viana do Castelo	14359,00	14359,00	0,00	0,00
060307 - Serviços e fundos autónomos	Orçamento Estado 2022	Orçamento Estado 2022	Instituto Politécnico de Viana do Castelo	35000,00	35000,00	0,00	0,00
060307 - Serviços e fundos autónomos	Orçamento Estado 2022	Orçamento Estado 2022	Instituto Politécnico de Viana do Castelo	1800,00	1800,00	0,00	0,00
060307 - Serviços e fundos autónomos	Orçamento Estado 2022	Orçamento Estado 2022	Instituto Politécnico de Viana do Castelo	28718,00	28718,00	0,00	0,00
060307 - Serviços e fundos autónomos	Orçamento Estado 2022	Orçamento Estado 2022	Instituto Politécnico de Viana do Castelo	27717,20	27717,20	0,00	0,00
060307 - Serviços e fundos autónomos	Orçamento Estado 2022	Orçamento Estado 2022	Instituto Politécnico de Viana do Castelo	21027,00	21027,00	0,00	0,00
060307 - Serviços e fundos autónomos	Orçamento Estado 2022	apoio ação social escolar	Instituto Politécnico de Viana do Castelo	14312,00	14312,00	0,00	0,00
060307 - Serviços e fundos autónomos	Orçamento Estado 2022	transferências IPVC para apoio estudantil	Instituto Politécnico de Viana do Castelo	28624,00	28624,00	0,00	0,00
060307 - Serviços e fundos autónomos	Orçamento Estado 2022	Colaboração técnica especializada Dr. Ceia	Instituto Politécnico de Viana do Castelo	2240,00	2240,00	0,00	0,00
060307 - Serviços e fundos autónomos	Orçamento Estado 2022	Transferências para apoios a atividades estudantis	Instituto Politécnico de Viana do Castelo	20474,00	20474,00	0,00	0,00
060307 - Serviços e fundos autónomos	Orçamento Estado 2022	Apoio para atividades estudantis	Instituto Politécnico de Viana do Castelo	9416,00	9416,00	0,00	0,00
060307 - Serviços e fundos autónomos	Orçamento Estado 2022	Apoio para atividades estudantis	Instituto Politécnico de Viana do Castelo	9416,00	9416,00	0,00	0,00
060307 - Serviços e fundos autónomos	Orçamento Estado 2022	Apoios para atividades estudantis	Instituto Politécnico de Viana do Castelo	9416,00	9416,00	0,00	0,00
060307 - Serviços e fundos autónomos	Orçamento Estado 2022	apoios a atividades estudantis	Instituto Politécnico de Viana do Castelo	2,00	2,00	0,00	0,00
060501 - Continente	Orçamento Estado 2022	Orçamento Estado 2022	Câmara Municipal de Arcos de Valdevez	20000,00	20000,00	0,00	0,00
060501 - Continente	Orçamento Estado 2022	Equipar a residência de estudantes dos Arcos de Valdevez	Câmara Municipal de Arcos de Valdevez	12500,00	12500,00	0,00	0,00
060901 - União Europeia - Instituições	Orçamento Estado 2022	Orçamento Estado 2022	Agência para o desenvolvimento e coesão IP	38582,43	38582,43	0,00	0,00
Total transferências correntes				849 573,63	849 573,63	-	-
Transferências de Capital							
...							
Total transferências de capital							
Subsídios							
...							
subsídios							

3.4.7.2. Transferências e subsídios concedidos

Tipos de despesa	Disposições legais	Finalidade	Entidade beneficiária	Despesas orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transferências/subsídios ocorrida no exercício
Transferências Correntes								
040701 - Instituições sem fins lucrativos	Competência do Presidente do IPVC conforma alinea c9 nº5 do art.º20 da LEI nº 62/2007 de 10 de Setembro.	Apoio para participação no CNU de Atletismo pista coberta		339	339	339	0	0
040701 - Instituições sem fins lucrativos	Competência do Presidente do IPVC conforma alinea c9 nº5 do art.º20 da LEI nº 62/2007 de 10 de Setembro.	Apoio para participação no CNU Futsal Feminino 1ª Jornada	Federação Académica do IPVC	1195	1195	1195	0	0
040701 - Instituições sem fins lucrativos	Competência do Presidente do IPVC conforma alinea c9 nº5 do art.º20 da LEI nº 62/2007 de 10 de Setembro.	Apoio para participação no CNU Futsal Feminino 1ª Jornada	Federação Académica do IPVC	1012	1012	1012	0	0
040701 - Instituições sem fins lucrativos	Competência do Presidente do IPVC conforma alinea c9 nº5 do art.º20 da LEI nº 62/2007 de 10 de Setembro.	Apoio para participação no CNU Futsal Feminino 1ª Jornada	Federação Académica do IPVC	1566	1566	1566	0	0
040701 - Instituições sem fins lucrativos	Competência do Presidente do IPVC conforma alinea c9 nº5 do art.º20 da LEI nº 62/2007 de 10 de Setembro.	Apoio pagamento coima ACT	Associação de Estudantes da ESTG	2040	2040	2040	0	0
040701 - Instituições sem fins lucrativos	Competência do Presidente do IPVC conforma alinea c9 nº5 do art.º20 da LEI nº 62/2007 de 10 de Setembro.	Apoio para participação no CNU Futsal Feminino 1ª Jornada	Federação Académica do IPVC	1864	1864	1864	0	0
040701 - Instituições sem fins lucrativos	Competência do Presidente do IPVC conforma alinea c9 nº5 do art.º20 da LEI nº 62/2007 de 10 de Setembro.	Apoio para participação no CNU Futsal Feminino 1ª Jornada	Federação Académica do IPVC	1750	0	0	0	0
040701 - Instituições sem fins lucrativos	Competência do Presidente do IPVC conforma alinea c9 nº5 do art.º20 da LEI nº 62/2007 de 10 de Setembro.	Apoio para participação no CNU Futsal Feminino 1ª Jornada	Federação Académica do IPVC	35000	35000	35000	0	0
040701 - Instituições sem fins lucrativos	Competência do Presidente do IPVC conforma alinea c9 nº5 do art.º20 da LEI nº 62/2007 de 10 de Setembro.	Apoio para participação no CNU Futsal Feminino 1ª Jornada	Federação Académica do IPVC	1750	1750	1750	0	0
040701 - Instituições sem fins lucrativos	Competência do Presidente do IPVC conforma alinea c9 nº5 do art.º20 da LEI nº 62/2007 de 10 de Setembro.	Apoio para participação no CNU REMO	Federação Académica do IPVC	440	440	440	0	0
040701 - Instituições sem fins lucrativos	Competência do Presidente do IPVC conforma alinea c9 nº5 do art.º20 da LEI nº 62/2007 de 10 de Setembro.	Apoio para participação no CNU Atletismo Ar Livre	Federação Académica do IPVC	1237	1237	1237	0	0
040701 - Instituições sem fins lucrativos	Competência do Presidente do IPVC conforma alinea c9 nº5 do art.º20 da LEI nº 62/2007 de 10 de Setembro.	Apoio para a realização do Lethes	Hinoportuna - Tuna Académica do I.P.V.C.	5120,45	5120,45	5120,45	0	0
040701 - Instituições sem fins lucrativos	Competência do Presidente do IPVC conforma alinea c9 nº5 do art.º20 da LEI nº 62/2007 de 10 de Setembro.	Apoio para participação no CNU Atletismo Ar Livre	Federação Académica do IPVC	425	425	425	0	0
040701 - Instituições sem fins lucrativos	Competência do Presidente do IPVC conforma alinea c9 nº5 do art.º20 da LEI nº 62/2007 de 10 de Setembro.	Apoio para participação no CNU FADU de Judo. Apoio para participação no CNU FADU de Judo.	Joana Raquel Teixeira Morgado	128	128	128	0	0
040701 - Instituições sem fins lucrativos	Competência do Presidente do IPVC conforma alinea c9 nº5 do art.º20 da LEI nº 62/2007 de 10 de Setembro.	Apoio para participação no CNU FADU de Karting.	Rui António Gomes de Mendonça	50	50	50	0	0
040802 - Outras	alínea b), do nº1, do artigo 24º da Lei 62/2007 de 10 de Setembro conjugado com o 1 e 2 do artigo 11º do D.L. 129/93 de 22 de Abril	Bolsas de Apoio Social - SAS	Alunos bolsas de apoio social SAS	775,28	775,28	775,28	0	0
040802 - Outras	alínea b), do nº1, do artigo 24º da Lei 62/2007 de 10 de Setembro conjugado com o 1 e 2 do artigo 11º do D.L. 129/93 de 22 de Abril	Bolsas de Apoio Social - SAS	Alunos bolsas de apoio social SAS	1050,48	1050,48	1050,48	0	0
040802 - Outras	alínea b), do nº1, do artigo 24º da Lei 62/2007 de 10 de Setembro conjugado com o 1 e 2 do artigo 11º do D.L. 129/93 de 22 de Abril	Bolsas de Apoio Social - SAS	Alunos bolsas de apoio social SAS	149,52	149,52	149,52	0	0
040802 - Outras	alínea b), do nº1, do artigo 24º da Lei 62/2007 de 10 de Setembro conjugado com o 1 e 2 do artigo 11º do D.L. 129/93 de 22 de Abril	Bolsas de Apoio Social - SAS	Alunos bolsas de apoio social SAS	2279,2	2279,2	2279,2	0	0
040802 - Outras	alínea b), do nº1, do artigo 24º da Lei 62/2007 de 10 de Setembro conjugado com o 1 e 2 do artigo 11º do D.L. 129/93 de 22 de Abril	Bolsas de Apoio Social - SAS	Alunos bolsas de apoio social SAS	184,72	184,72	184,72	0	0
040802 - Outras	alínea b), do nº1, do artigo 24º da Lei 62/2007 de 10 de Setembro conjugado com o 1 e 2 do artigo 11º do D.L. 129/93 de 22 de Abril	Bolsas de Apoio Social - SAS	Alunos bolsas de apoio social SAS	500	500	500	0	0
040802 - Outras	alínea b), do nº1, do artigo 24º da Lei 62/2007 de 10 de Setembro conjugado com o 1 e 2 do artigo 11º do D.L. 129/93 de 22 de Abril	Bolsas de Apoio Social - SAS	Alunos bolsas de apoio social SAS	1609,6	1609,6	1609,6	0	0
040802 - Outras	alínea b), do nº1, do artigo 24º da Lei 62/2007 de 10 de Setembro conjugado com o 1 e 2 do artigo 11º do D.L. 129/93 de 22 de Abril	Bolsas de Apoio Social - SAS	Alunos bolsas de apoio social SAS	2948,8	2948,8	2948,8	0	0
040802 - Outras	alínea b), do nº1, do artigo 24º da Lei 62/2007 de 10 de Setembro conjugado com o 1 e 2 do artigo 11º do D.L. 129/93 de 22 de Abril	Apoio mecenato social para pagamento de propinas e bus académico a alunos do IPVC	Instituto Politécnico de Viana do Castelo	2068,2	2068,2	2068,2	0	0
040802 - Outras	alínea b), do nº1, do artigo 24º da Lei 62/2007 de 10 de Setembro conjugado com o 1 e 2 do artigo 11º do D.L. 129/93 de 22 de Abril	Bolsas de Apoio Social - SAS	Alunos bolsas de apoio social SAS	1040	1040	1040	0	0
040802 - Outras	alínea b), do nº1, do artigo 24º da Lei 62/2007 de 10 de Setembro conjugado com o 1 e 2 do artigo 11º do D.L. 129/93 de 22 de Abril	Bolsas apoio social de Abril	Alunos bolsas de apoio social SAS	1540	1540	1540	0	0
040802 - Outras	alínea b), do nº1, do artigo 24º da Lei 62/2007 de 10 de Setembro conjugado com o 1 e 2 do artigo 11º do D.L. 129/93 de 22 de Abril	Bolsas de Apoio Social - SAS	Alunos bolsas de apoio social SAS	240	240	240	0	0

040802 - Outras	alínea b), do nº1, do artigo 24º da Lei 62/2007 de 10 de Setembro conjugado com o 1 e 2 do artigo 11º do D.L. 129/93 de 22 de Abril	Bolsas de Apoio Social - SAS	Alunos bolsas de apoio social SAS	250	250	250	0	0
040802 - Outras	alínea b), do nº1, do artigo 24º da Lei 62/2007 de 10 de Setembro conjugado com o 1 e 2 do artigo 11º do D.L. 129/93 de 22 de Abril	Bolsas apoio social de Maio	Alunos bolsas de apoio social SAS	3203,2	3203,2	3203,2	0	0
040802 - Outras	alínea b), do nº1, do artigo 24º da Lei 62/2007 de 10 de Setembro conjugado com o 1 e 2 do artigo 11º do D.L. 129/93 de 22 de Abril	Bolsas de Apoio Social - SAS	Alunos bolsas de apoio social SAS	250	250	250	0	0
040802 - Outras	alínea b), do nº1, do artigo 24º da Lei 62/2007 de 10 de Setembro conjugado com o 1 e 2 do artigo 11º do D.L. 129/93 de 22 de Abril	Bolsas Apoio Social de Julho	Alunos bolsas de apoio social SAS	2284,8	2284,8	2284,8	0	0
040802 - Outras	alínea b), do nº1, do artigo 24º da Lei 62/2007 de 10 de Setembro conjugado com o 1 e 2 do artigo 11º do D.L. 129/93 de 22 de Abril	Bolsas de Apoio	Alunos bolsas de apoio social SAS	2133,12	2133,12	2133,12	0	0
040802 - Outras	alínea b), do nº1, do artigo 24º da Lei 62/2007 de 10 de Setembro conjugado com o 1 e 2 do artigo 11º do D.L. 129/93 de 22 de Abril	Bolsas de Apoio Social - SAS	Alunos bolsas de apoio social SAS	560	560	560	0	0
040802 - Outras	alínea b), do nº1, do artigo 24º da Lei 62/2007 de 10 de Setembro conjugado com o 1 e 2 do artigo 11º do D.L. 129/93 de 22 de Abril	Bolsas de Apoio Social - SAS	Alunos bolsas de apoio social SAS	353,44	353,44	353,44	0	0
040802 - Outras	alínea b), do nº1, do artigo 24º da Lei 62/2007 de 10 de Setembro conjugado com o 1 e 2 do artigo 11º do D.L. 129/93 de 22 de Abril	Bolsas de Apoio Social - SAS	Alunos bolsas de apoio social SAS	211,2	0	0	0	0
040802 - Outras	alínea b), do nº1, do artigo 24º da Lei 62/2007 de 10 de Setembro conjugado com o 1 e 2 do artigo 11º do D.L. 129/93 de 22 de Abril	Bolsas de Apoio Social - SAS	Alunos bolsas de apoio social SAS	384	384	384	0	0
040802 - Outras	alínea b), do nº1, do artigo 24º da Lei 62/2007 de 10 de Setembro conjugado com o 1 e 2 do artigo 11º do D.L. 129/93 de 22 de Abril	Bolsas de Apoio Social	Alunos bolsas de apoio social SAS	715,2	715,2	715,2	0	0
040802 - Outras	alínea b), do nº1, do artigo 24º da Lei 62/2007 de 10 de Setembro conjugado com o 1 e 2 do artigo 11º do D.L. 129/93 de 22 de Abril	Bolsas de Apoio Social - SAS	Alunos bolsas de apoio social SAS	7535	7535	7535	0	0
040802 - Outras	alínea b), do nº1, do artigo 24º da Lei 62/2007 de 10 de Setembro conjugado com o 1 e 2 do artigo 11º do D.L. 129/93 de 22 de Abril	Bolsas Mecenato	Instituto Politécnico de Viana do Castelo	949,45	949,45	949,45	0	0
Total Transferências Correntes				87131,66	85170,46	85170,46	0	0
Transferências de Capital								
...								
Total transferências de capital								
Subsídios								
...								
subsídios								

Elaboração:

Contabilista Público,

(Pedro Gonçalves da Rocha)

Apresentação e Divulgação:

O Administrador dos SAS-IPVC,

(José Luís da Rocha Ceia)

Aprovação:

Conselho de Gestão IPVC,

(Carlos Manuel da Silva Rodrigues)

(Ana Paula Moreira Rodrigues do Vale)

(Pedro Miguel do Vale Moreira)

(Luís Manuel Cerqueira Barreto)

(Paula Cristina Ferreira da Silva)



177